



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS

TRANSCRIÇÃO DA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2022

Em 25 de março de 2022, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades Minerárias (CMI), do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência, conforme condições estabelecidas pela deliberação conjunta COPAM CRH nº 19/2020, de 24 de abril de 2020. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, da Diretoria de Controle Processual da Supram Norte de Minas. Representantes do Poder Público: Verônica Ildefonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia de Monteiro de Castro e Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Joana Moraes Rebelo Horta Lopes, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Pedro Paulo Ribeiro, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em Minas Gerais (Ibama); Claudinei Oliveira Cruz, da Agência Nacional de Mineração (ANM). Representantes da Sociedade Civil: Denise Bernardes Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas (Fiemg); José Ângelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Tobias Tiago Pinto Vieira da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG). **Assuntos em Pauta. 1. EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Bom dia senhores Conselheiros, senhoras Conselheiras, servidores da SEMAD, bom dia aqueles que nos acompanham pelo canal do YouTube. Declaro aberta a 85ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Minerárias, CMI, do Conselho de Política Ambiental do COPAM, no dia 25 de março de 2022 às 09h14min. Nós já temos quórum, convido a todos para a Execução do Hino Nacional [Execução do Hino Nacional Brasileiro]. **2. ABERTURA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS (CMI), YURI RAFAEL DE OLIVEIRA TROVÃO.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais uma vez bom dia a todos, que Deus abençoe a nossa reunião. Hoje na nossa reunião nós temos muitos inscritos, são quase 170 inscritos na reunião de hoje. Então, eu vou passar algumas orientações em geral para a gente não ter nenhum problema no andamento em relação à nossa reunião. A primeira dela é em relação aos inscritos. Cada inscrito tem o prazo, segundo o Regimento Interno, Deliberação Normativa COPAM nº 177, 5 minutos para se manifestar, podendo o Presidente dar 1 minuto e o Conselho dar mais 5 minutos. Então, de direito o inscrito tem 5 minutos para se manifestar e só manifesta apenas uma vez, não tem réplica, não tem tréplica ao inscrito. Eu abro uma exceção para o inscrito se manifestar mais de uma vez quando por solicitação de algum Conselheiro, havendo alguma dúvida por parte do Conselho, eu abro a palavra novamente ao inscrito, mas nesses casos é uma exceção, e o Conselheiro que solicita essa prerrogativa, eu acho que é até uma prerrogativa do Conselho, porque ele tem que votar de acordo com o seu convencimento para ter ciência do que se vota, ele especifica o ponto o qual ele quer que seja repetido ou qual que ele quer que seja esclarecido. Mais uma vez então, o inscrito tem 5 minutos fala somente uma vez, podendo dar 1 minuto pelo Presidente da Sessão, nesse caso sou eu, e mais 5 minutos no caso do Conselho deliberar, então esse é a questão em relação aos inscritos. Em relação ao pedido de diligência, retirada de pontos de pauta, é prerrogativa do Presidente retirar um ponto de pauta ou baixar o processo em diligência. A diligência, segundo também o Regimento Interno, ela deve ser requerida por um Conselheiro em algum assunto que não possa ser esclarecida no momento da reunião. Então esse é o conceito da baixa em diligência, solicitação por Conselheiro. Então

nesse caso quem não é Conselheiro não tem prerrogativa de baixar o processo em diligência. E assim também se ela não poder ser esclarecida no momento da reunião é por um poder discricionário do Presidente baixar, então não há votação em relação à baixa em diligência ou retirada de ponto de pauta. Terceiro item que eu gostaria de esclarecer para os senhores, o item 3 de pauta, nós temos várias pessoas inscritas e eu peço, se possível, que não adiantem pontos de pauta. Por exemplo, vou citar um exemplo aqui, a pessoa se inscreveu no item 3: Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais, o próprio nome já indica “Assuntos Gerais”, a pessoa se inscreve no item 3 e fala do item 5.1. Então ela deveria se inscrever no 5.1 e tratar do item 5.1 no item específico. Porque aí fica adiantando e hoje mesmo, nós temos quase 170 inscritos, isso pode alongar. Então se possível eu solicito àqueles que se inscreveram no item 3, Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais, que deixem esse ponto para tratar realmente de assuntos gerais e não de item específico da pauta. Outro assunto que eu gostaria de esclarecer para aquelas pessoas que se inscreveram que às vezes não tem costume aqui na nossa Câmara, quando há um pedido de vistas o processo sai de pauta, ele não entra em discussão e muito menos em deliberação. Então aquelas pessoas, vou citar um exemplo aqui, item 8.1, CSN Mineração, um Conselheiro ou vários Conselheiros pediram vistas do processo, tem vários inscritos nesse processo, eu vou escutar algum inscrito? Não, não vou. O Regimento Interno também indica que quando é solicitado vistas ele sai da discussão, ou seja, eu não vou ouvir nenhuma daquelas pessoas que se inscreveram. O processo necessariamente retorna na próxima reunião, a pessoas que se inscreveu no item 8.1, o processo foi pedido vistas, ele vai voltar na próxima reunião, a pessoa ainda tem interesse de se manifestar, a inscrição dela feita hoje vale para a próxima reunião? Não, não vale. A pessoa que se inscreveu hoje para o item 8.1 deverá obrigatoriamente se inscrever na próxima reunião caso queira falar sobre o item 8.1. Então são essas as considerações iniciais. Jeiza está me falando aqui, me assessorando, o seguinte: Aquelas pessoas que se inscreveram para os itens como tem muita gente, após se manifestar em cada item, sai da sala, porque a nossa sala só comporta até 100 pessoas, mas mesmo com a sala cheia, tendo menos de 100 pessoas, a assessoria aqui fica difícil verificar quem está inscrito, quem não está em relação à nossa organização, então a gente solicita encarecidamente que aquela pessoa que se manifestou saia da sala. Por que que nós mesmos não retiramos a pessoa? Porque se nós retirarmos a pessoa, a Secretaria retirar o inscrito ela não consegue voltar em um próximo item. Por exemplo, eu me inscrevi no item 5.1 e 6.1, a sala está cheia e vamos supor que aqui a assessoria retire alguém, retirando do 5.1 a gente não consegue voltar ela para o 6.1, então é por isso que o inscrito deve sair e não ser retirado aqui pela assessoria. Creio que são esses os assuntos gerais que eu queria tratar com os senhores, nós temos 4 vídeos institucionais, vamos passá-los então Felipe?” *[Vídeo Dia Mundial da Água]; [Vídeo 60 anos CIEF]; [Vídeo sobre o Programa de Ambientação];* **3. COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Passados os vídeos institucionais eu vou para o item 3 da nossa pauta. Algum Conselheiro quer fazer o uso da palavra? Nenhum Conselheiro? Nós temos inscritos para esse item, só um momento. Primeiro inscrito é a senhora Maria Tereza de Freitas Corujo, a senhora tem 5 minutos. A senhora está me ouvindo? Senhora Maria Tereza está na sala? Não está na sala. Eu retorno à senhora Maria Tereza daqui a pouco. A próxima inscrita é a senhora Jeanine Oliveira, está na sala, a senhora ainda não conectou o áudio, senhora Jeanine, parece que conectou agora. Consegue se manifestar? Senhora Jeanine? O áudio da senhora está fechado, tenta abrir para ver se a senhora consegue se manifestar. Enquanto a senhora Jeanine não consegue, eu passo depois eu retorno de novo.” Inscrita Jeanine Oliveira: “Eu consigo, estou aqui. Oi.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Conseguiu? Agora estamos ouvindo a senhora. A senhora tem 5 minutos, pois não.” Inscrita Jeanine Oliveira: “Primeiro vamos dar uma passada nos itens de pauta. O primeiro processo é da Serra do Brigadeiro, retorno de parecer de vista, a gente tinha conquistado uma Unidade de Conservação, a FIEMG entrou com um processo, derrubou a Unidade de Conservação e a gente não sabe nem mais o que vai ser da própria Serra do Brigadeiro, mais um território em Minas Gerais comprometido. A gente tem o segundo item na sequência, Bemil em Ouro Preto, um crime, vai ter hoje retorno do Parecer de Vistas, a gente ajudou a compor pelo Instituto Guaicuy o parecer de vistas e é um crime. A gente tem o terceiro item em sequência, a Samarco, uma LOC, uma Licença de Operação Corretiva. Quantas mais Licenças de Operação Corretiva a Samarco vai requerer desse estado e vai conseguir, independente do que ela já causou? Descomissionar mesmo as instalações, não está na pauta, impressionante. CSN, mais uma vez, descomissionar barragem, a gente passou um aperto agora na época de cheia, de enchente, conseguiu uma outorga horrenda de enorme em volume de água, não se fala sobre o descomissionamento dessa barragem que deve ser o maior terror que a gente tem no Alto

Velhas, e está aqui de novo e muito provavelmente vai conseguir o que quer. A Mosaic parece inofensiva por se tratar de fertilizantes, mas pouca gente sabe que as jazidas de Potássio e Fósforo que a gente tem aqui elas são casadas com coisas altamente radioativas, tipo Urânio, mas também com certeza vai passar. A gente na sequência Mineração Taquaril, que é uma mineradora que quer fazer do Pico Belo Horizonte, o novo Pico Itabirito, porque a Cava Oeste dessa mineradora vai acabar com a Serra do Curral, vai acabar com a Zona Leste e Centro Sul de Belo Horizonte e muito possivelmente os senhores Conselheiros que estão aqui que não são responsáveis com a saúde das pessoas, somente com a saúde do mercado da mineração também irão aprovar no momento oportuno. Paracatu, que é brita e pedra, senhor, barulho, tremor de terra e poeira haja, Paracatu também quem sabe dura mais uns 10 anos desse jeito fica meio difícil. Dizer que a gente ficou sabendo, eu sou Conselheira do Parque do Baleia Estadual, e a gente votou contrário notoriamente, unanimemente, viu Conselheiros do COPAM, da CMI, esse processo passou pelas duas Unidades de Conservação afetas desse processo, tanto no Baleia quanto no Parque do Rola-Moça eles foram negados, todos os pareceres de vistas foram contrários de todos os setores, inclusive os setores do estado, econômicos, etc., e o IEF deu autorização no mês passado, isso não passou, não entrou na pauta do Conselho do Baleia. O IEF não prestou nenhum esclarecimento para os Conselheiros, a gente deixa aqui também para ficar registrado essa falta de cuidado mesmo, tanto com a vontade de quem está *in loco* e mais uma vez me dirigindo diretamente aos Conselheiros dessa Câmara, os Conselheiros do Parque Estadual do Baleia disseram não. Vocês não estão no território, vocês não conhecem a realidade, muito de vocês não são técnicos, não são especialistas, não entendem do processo de mineração, e eu acho, acredito eu, que deveriam levar em conta os outros Conselheiros parceiros, já que também somos Conselheiros e estamos para prestar esse trabalho para o estado. A gente teve que assistir agora mais de 10 minutos de vídeos sobre o Dia da Água, onde vocês colocam que todos somos água e esses processos todos vão impactar diretamente na nossa água. Então fica aqui também um adendo a tortura mesmo que esse Conselho, ele implica em cima das pessoas, porque a gente vem aqui falar exatamente para vocês resguardarem água e tomarem conta, fazerem uma gestão mais responsável com nossos recursos hídricos, que a gente já está em uma situação de estresse hídrico e a gente tem que ouvir durante 10 minutos. E eu queria dar parabéns à Marília que implementou uma prática que é a retirada dos copos descartáveis enquanto política dentro do estado, não sei quanto milhões de economia que a gente vai ter, só que dizer que ela está atrasada uns 30 anos, porque isso é uma política, isso é um processo que a gente está tentando pregar na sociedade desde a época de 90. E se a gente continuar nesse passo, viu Marília, Zema, e demais gestores responsáveis pela gestão do nosso território, assim demorando 30 anos para tirar copo descartável da cidade administrativa, não vai dar tempo, não vai sobrar água, não vai sobrar a possibilidade de a gente ter vida no estado e vocês vão colocar a gente em uma situação mesmo de exilados. Eu me despeço, não precisa me interromper não Yuri, faça o seu trabalho muito bem, tchau.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço por ter cumprido o tempo e agradeço também o elogio por ter falado que eu faço o meu trabalho muito bem. Senhora Maria Tereza tem condições de se manifestar nesse momento? Eu chamo a senhora Maria Tereza daqui a pouco. Senhor Marcus Vinícius Polignano. Desculpa senhor Marcus, o senhor tem 5 minutos, podendo ser prorrogado. Pois não, com a palavra.” Inscrito Marcus Polignano: “Muito obrigado pela palavra. Eu estou aqui de certa forma para informar aos Conselheiros e ao mesmo tempo representando o Projeto Manuelzão da UFMG, mais de 100 entidades ambientalistas muito preocupados exatamente com o que foi propagandeado nas falas ou nas projeções iniciais, que é o nosso futuro hídrico, e o nosso futuro das reservas ambientais. Quero dizer que essas coisas não se resolvem somente com propaganda, eu vi o vídeo do IEF, e tem bons técnicos, o IEF é uma boa entidade, mas remontando a coisas do passado, como o Parque o Rio Doce que é de 1944, e por uma iniciativa de um arcebispo de Mariana que tomou essa iniciativa, assim como foi a construção da maioria dos parques. Nós não temos parques novos, nós temos parque antigos, alguns deles ainda com várias questões relativas a gestão e a administração. Falar que “somos todos água” é difícil dado o que nós temos hoje na realidade, quando nós temos aqui mesmo nessa pauta várias atividades que vão para dentro dos nossos mananciais, vão para as áreas de recarga hídrica. Então pensar que “somos todos água” é brincadeira. Quando o órgão de estado, que é o IEF, não se propõe a preservar nem as reservas da biosfera, como é a Serra do Curral, preocupa muito qual que é o papel dessas entidades hoje. Eu quero defender a Serra do Curral, não quero falar da mineração, quero falar da Serra do Curral. A Serra do Curral é um patrimônio histórico, cultural, da história de Belo Horizonte, de Minas, por ali passaram os nossos antepassados, foi origem dessa capital. Então essa Serra faz parte da reserva da biosfera, tem um bioma absolutamente incrível,

nós temos Mata Atlântica, nós temos uma diversidade absurda de fauna e flora, e desde 2018, 2019, muito antes disso, nós estamos em um processo pelo tombamento da Serra. Então é absolutamente inadequado, inoportuno, inconsequente, votar em um projeto de mineração quando o que se está se discutindo é exatamente o que vamos preservar. Eu sou natural de Belo Horizonte, não sei quantos de vocês são naturais de Belo Horizonte, e natural, está lá escrito na certidão de nascimento, não é uma palavra qualquer, diz da natureza, diz daquilo que somos, diz do terreno que pertencemos, diz daquilo que nos identifica. Eu não acredito que os Conselheiros aqui sejam capazes de passar para a história como aqueles que efetivamente destruíram um patrimônio geológico de mais de 2 bilhões de anos, um patrimônio histórico que tem a ver com a história de Minas e do Brasil, e que seja capaz de fazer tamanha leviandade, porque isso é expropriar as gerações futuras de um patrimônio, de uma história, é expropriar tudo isso que nós temos. E aqui fica o papel que deveria ser do estado, deveria ser da SEMAD, do Governo do Estado, está no artigo nº 255 da Constituição que é dever do estado zelar pela preservação ambiental para gerações futuras e do patrimônio histórico também. Então nós estamos falando, e a mineração diz que quer ser sustentável, quer ser aceitável pela sociedade, quer ser respeitada por ela. Como respeitar, quem não respeita história, quem não respeita aquilo que é mais sagrado, que é a identidade de um povo? A Serra do Curral não é um mero acidente geográfico, todo mundo que olha de manhã cedo, com certeza olha para aquela Serra com carinho, com amor, com dedicação. Então nós não estamos falando só de ganância, de ferro, de minério de ferro, nós estamos falando de água que existe lá, nós estamos falando de área de recarga, nós estamos falando de corredor ecológico, nós estamos falando de biodiversidade, nós estamos falando de diversidade histórico-cultural e que infelizmente a gente tem visto, ser atropelada. Eu acredito, olha bem a minha palavra aos Conselheiros, que há de se ter bom senso e que vocês não hão de querer passar para a história como aqueles que foram capazes de destruir um patrimônio coletivo, histórico e fundamental para identidade do belo-horizontino. Então quem é dessa área eu acho que absolutamente há que ter, para além de todas essas avaliações que tem aí e cheia de problemas, há que ter o sentimento de pertencimento ao mundo, há que ter a dedicação ao sentimento de pertencer a essa cidade que lhes deu as condições adequadas de vida, a possibilidade de ter aqui o seu habitat, a sua sustentação econômica, e a sua capacidade de resiliência. Isso aqui inclusive foi um paredão que um paisagístico da cidade e que inclusive na época, só para lembrar a todos aqui, da tuberculose, muitos vieram para cá exatamente pelo clima que essa região oferecia e a Serra do Curral é uma referência disso. Transformar aquilo em pó, poeira para jogar para a cidade de Belo Horizonte e destruir um ecossistema que a gente não vai recompor nunca mais, é uma insanidade. E eu acredito, Presidente, tudo bem, estou terminando. Eu só quero ponderar em nome do que há de mais ético, justo e até para o setor minerário, de que isso não vai ser de exemplo, para nenhum modelo, ou de mineração ou de sociedade. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, agradeço. Agradeço a manifestação do senhor Marcus. Senhora Cláudia Natália Leite? Não está na sala. Eu chamo a senhora Cláudia novamente. Senhora Gabriela Carolina Vicente Alves? Também não está na sala. Senhora Ana Paula de Silva? Também não está na sala. Elisa Araújo Fonseca? Também não está na sala. Senhora Luciana Dias Rosaini? Não está na sala. Senhora Maria Luiza Lelis Moreira? Também não está na sala. Senhora Mariana Ribeiro dos Santos Lima. Está na sala. Senhora Mariana tem condições de se manifestar? A senhora está com o microfone desligado, senhora Mariana. Se a senhora está no computador o microfone está aí na sua mão esquerda. Senhora Mariana? Inscrita Mariana Ribeiro dos Santos Lima: “Sim, bom dia.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Bom dia, senhora Mariana. A senhora tem 5 minutos. Pois não, com a palavra.” Inscrita Mariana Ribeiro dos Santos Lima: “Espero que todos estejam me ouvindo bem, meu nome é Mariana Lima e eu sou arquiteta, sou cidadã e faço parte do movimento Pró Parque Lagoa Seca, que é um movimento que existe desde 2012 e ele visa a preservação de uma área que fica do lado da mineração. Uma área de 2 milhões e meio de metros quadrados entre os bairros Mangabeiras, bairro Sion e o bairro Belvedere, a última área verde e grande área nobre de Belo Horizonte. Então eu estou aqui improvisada no meu trabalho, sou também arquiteta do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais com muito orgulho, e mais uma vez, ambientalista, cidadã e improvisada para participar dessa reunião que foi marcada de uma forma, todos sabem, não é? De uma forma rápida, sem muita participação popular, sem muita chance de participação popular. E eu gostaria de dizer que quando fala sobre a água, quando a gente fala sobre o meio ambiente, quando a gente fala sobre a preservação, muito bem falado também pelos antecessores a mim, quando se falam de preservação do meio ambiente da nossa querida cidade de Belo Horizonte que carrega esse nome, que o Estado de Minas Gerais também carrega esse nome de uma forma tão bonita, e quando a gente vê

tentativas de aprovação de uma mineração que já era para ter sido completamente parada nesse momento, que já não poderia ter nenhuma possibilidade de ser voltada para a mineração nesse momento, e a gente vê tentativas de continuação dessa atividade que ela é completamente prejudicial ao meio ambiente, à água, ao povo de Minas Gerais, de Belo Horizonte como um todo, a única palavra que eu tenho, sinceramente, é vergonha, não tem outra palavra. Vergonha para nós cidadãos, vergonha para nós ambientalistas, vergonha para nós que estamos tentando defender o verde. Então eu gostaria de dizer, não vou precisar nem de gastar todo o tempo que estamos aqui, eu representando o movimento Pró Parque Lagoa Seca, que é vizinha de toda essa área de mineração, não sei até que ponto inclusive que seremos afetados com tudo isso, mas não falo de uma forma particular, como movimento Pró Parque Lagoa Seca, eu falo como movimento geral de Belo Horizonte, como mais uma ambientalista, como mais uma defensora dos espaços verdes da nossa querida cidade. Estamos de olho, estamos acompanhando e estamos todos juntos para que as nossas áreas verdes sejam sempre preservadas. Então eu queria fazer um apelo a todos que irão votar nesse dia de hoje, nessa manhã de hoje, dia 25/03, ao invés de pensar no dia de hoje, vamos pensar sempre no dia de amanhã, vamos pensar sempre no que a gente quer deixar para os nossos filhos, nossos netos e todos os nossos descendentes, é uma cidade muito mais verde, é uma cidade bonita, é uma cidade que preserva, que vai levar esse nome, de ser verdadeiro exemplo como tantas outras cidades no Brasil, inclusive no mundo. Então ao invés de fazer mais uma atitude, mais uma ação que visa só uma forma particular, que visa o lucro, vamos pensar o que a gente pode fazer de fato para a gente ter um retorno, dar um retorno para Belo Horizonte, para a nossa cidade, e para o nosso estado de uma forma geral. É isso, eu agradeço e um bom dia a todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação da senhora Mariana. A senhora Maria Teresa, a senhora tem condição de se manifestar nesse momento?” Inscrita Maria Teresa Freitas Corujo: “Eu consegui entrar com a ajuda da assessoria sempre competente. Então eu estou pronta a me manifestar, eu queria já pedir a questão dos 5 minutos. Eu tentarei reduzir o tempo, mas pode ser que aconteça um pouco mais do que 6.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Em votação 5 minutos adicionais. Pode levantar a mão digital, a mão física. Sim, pelo Paulo Eugênio, Verônica também sim. Sim pela Maria Eugênia. Então 5 minutos adicionais, coloco 1 minuto pela Presidência, 11 minutos. Pois não, senhora Maria Teresa, a senhora tem 11 minutos.” Maria Teresa Freitas Corujo: “Eu me inscrevi em Assuntos Gerais para tocar em 3 questões. A primeira tem a ver com a convocação de duas audiências públicas no Norte de Minas que tem a ver com o empreendimento da SAM, lá naquela região, e eu me manifesto no sentido de que a convocação dessas audiências públicas foi intempestiva, e ela tem vícios, ao meu ver, de origem, e que no caso essas audiências públicas deveriam ser de imediato canceladas, e inclusive acatando a recomendação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Eu vou trazer aqui, além das questões apontadas pelo Ministério Público, que se atentam na violação de direitos das comunidades geraizeiras, que estão em um processo de declaração da sua tradicionalidade, em respeito a OIT 169 não deveria ter sido convocada essas audiências públicas no processo de licenciamento, mas tudo isso é de conhecimento da SEMAD, porque já receberam a recomendação do Ministério Público. Eu vou trazer aqui duas outras questões que justificam também o cancelamento, tem a ver com os ritos administrativos. Quando houve a publicação do edital em 2019, o EIA e o RIMA eram daquela ocasião e houve requerimento de audiência pública, inclusive por uma ONG que eu represento em algumas instancias do COPAM. Hoje, o que está disponibilizado para essas audiências públicas são um EIA daquela época com adendos técnicos após o período entre 2018 e 2022, o que ao meu ver fere a questão estabelecida pelas resoluções inclusive federais, no sentido que tem que ter o EIA e seu respectivo RIMA, e essa questão de adendo técnicos a EIAs pretéritos realmente não coadunam com o edital de convocação e que na realidade o que teria que acontecer era a publicação de um novo edital com um EIA e um RIMA adequados e completos para conhecimento da sociedade, esse é um ponto. O outro ponto mais grave ainda, é que a SUPPRI convocou as audiências públicas, no bojo de um empreendimento que tem várias questões no seu complexo, lava, mineroduto, torre, muitas estruturas, inclusive barragens de rejeito. E a Lei “Mar de Lama Nunca Mais”, Lei nº 23.291/2019, ela estabelece que em relação a barragens de rejeitos, aí também entra de água para processos industriais, e isso está no empreendimento da SAM, estabelece que antes da questão da LP e de analisar a LP, é exigido que se realizem audiências públicas nos municípios da bacia hidrográfica onde estão as estruturas pretendidas, na fase conceitual das estruturas, na fase conceitual e isso não aconteceu. Então nós estamos diante de uma convocação intempestiva com alguns vícios que a meu ver justificam o cancelamento imediato das audiências do dia 29 e 30, esse é um ponto. O segundo ponto é: considerando no Regimento Interno é estabelecido que as

questões de retirada de pauta ou apontamentos para baixa em diligência tem que ser apresentadas antes de se tratar dos itens de pauta, eu me inscrevi também para falar de dois itens da pauta, eu analisei e considero que os Conselheiros e o próprio Presidente da CMI deveriam retirar de pauta, e eu não tenho outra oportunidade, porque na hora em que se lê os itens de pauta já se inicia um processo de discussão, salvo o Conselheiro peça vistas, sei que a prerrogativa de decidir é do Presidente da CMI, mas a sociedade, o único momento que tem para dizer para essa Câmara que existem questões no processo de licenciamento que demandam uma retirada de pauta ou uma baixa em diligência é assuntos gerais, então eu vou de uma forma resumida justificar os dois itens da pauta onde eu consegui me aprofundar mais que demandam essa decisão por parte dos Conselheiros e do Presidente da CMI. Um dos itens é o item 6.1, que é da Bemil, consegui ter mais tempo de olhar o processo que só foi me disponibilizado uns dois dias antes da reunião de fevereiro, então constatei e consegui entender o que é essa Licença Ambiental Simplificada que está no bojo do processo hoje em pauta para decisão. No parecer único é colocado que o processo em decisão hoje tem a ver com um processo que é de renovação de uma LO e junto uma Licença Ambiental Simplificada. Quando eu fui olhar o processo dessa Licença Ambiental Simplificada eu constatei que foi omitido do parecer único que essa Licença Ambiental Simplificada tem uma sequência de questões afetas a licenciamento. Primeiro que era inicialmente uma licença para operação corretiva, com quem alto de fiscalização da época, se percebeu que a Bemil tinha duas unidades de tratamento de minerais operando sem licença. Esse LOP na caminhada se transformou em um termo de ajustamento de conduta, esse termo de ajustamento de conduta teve dois pedidos do empreendedor de aditivo. Então essas duas UTM's vieram funcionando esse tempo todo por conta de um Termo de Ajustamento de Conduta mais dois aditivos, e no final desse histórico a SUPRAM concedeu uma Licença Ambiental Simplificada. Isso foi tudo omitido do parecer único que está aqui hoje para conhecimento dos Conselheiros e da sociedade, o que ao meu ver é gravíssimo, além de todas as outras questões que a comunidade vem colocando tanto para a SUPRAM Central quanto para SUPRAM Norte de Minas, e é isso. E por último o item 10.1 que é da Taquaril Mineração que também justifica que os Conselheiros requeiram retirada de pauta e o Presidente assim determine, pelas razões que já são de conhecimento, mas que eu trago aqui de uma forma resumida. Se existe um processo de tombamento em curso e que não foi ainda chegado ao seu final no sentido dessa avaliação e deliberação, não há como se deliberar sobre esse processo de licenciamento, porque inverte completamente a ordem do que tem que ser feito em relação a esse rito. Fora todas as outras questões que eu imagino que já apontaram ou vão apontar que é a insensatez de pensar em mais destruição à Serra do Curral, inclusive sabem que lá nessa área de Taquaril tem um poço chamado emergencial dentro do plano para atender a possíveis escassez hídrica de Belo Horizonte? Esse poço emergencial ele está à disposição, se houver um colapso de água, para ser usado. Então qual é o sentido de se pautar ou de se pensar o licenciamento na Serra de Taquaril se a questão paisagística, e a questão inclusive da segurança hídrica de Belo Horizonte, da região metropolitana estão em jogo? É completamente insensato, não faz o menor sentido, e por isso eu quis me inscrever para justificar como cidadã que esse processo precisa ser retirado de pauta e não teria como eu falar isso depois no item de pauta, porque se vai ter item de pauta é porque não foi retirado de pauta. Então eu estou encerrando, agradeço que foi dado os 5 minutos e que eu acho que é fundamental sim se conceder à sociedade essa oportunidade, e lamentar que no âmbito de tantos inscritos, de uma pauta tão extensa, com tantos processos complexos não se tenha invertido a pauta no sentido das apresentações de marketing do governo, a meu ver feriu o princípio da eficiência pelo objetivo dessa reunião, e é isso. Vou me ausentar da reunião para dar espaço para os demais.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. A próxima inscrita, senhora Isabela Gonçalves Miranda. Senhora Isabela está na sala? Senhora Amanda Medeiros. Senhora Amanda está na sala, tem condições de manifestar, senhora Amanda? A senhora tem 5 minutos, pois não.” Inscrita Amanda Medeiros: “Perfeito, entro aqui neste momento para em primeiro lugar trazer o informe que a Isabela Gonçalves deve, talvez, conseguir entrar dentro dos próximos minutos. Coloco aqui o reforço, a necessidade urgente de ser retirado de pauta a discussão em relação ao projeto da Taquaril Mineração, sobretudo por quê? Recentemente entre os dias 8 e 20 de março, Belo Horizonte e região metropolitana enfrentaram, em diversos bairros e regiões, rodízio de abastecimento hídrico em função de um rompimento de uma adutora do reservatório do Manso. Paralelo a isso sabemos que desde o crime ocorrido pelo rompimento da barragem do Córrego de Feijão, em Brumadinho, já perdemos a capacitação a fio no Rio Paraopeba. E colocar esse projeto em discussão significa colocar em risco toda a nossa segurança hídrica da cidade de Belo Horizonte, toda a segurança hídrica da região metropolitana, porque a Serra do Curral constitui

também aquífero, constitui área de recarga, constitui elemento fundamental e a gente sabe quanto a execução da atividade minerária acarreta em graves riscos, e grave dano à nossa segurança hídrica que já está, já estamos, sofrendo as consequências e iminente risco, ainda mais também em face de várias barragens e níveis dois e três de alerta que ameaçam a bacia do Rio das Velhas. Considerando tudo isso, atentar contra o nosso patrimônio, que é a Serra do Curral, e que representa de fato esse projeto em discussão aqui hoje, que esperamos que seja retirado de pauta, é atentar não somente contra o meio ambiente, mas atentar contra toda a população de Belo Horizonte e região metropolitana, inclusive com municípios que dependem exclusivamente de todos esses sistemas, isso afetaria todos os nossos cursos d'água, Ribeirão Arrudas, toda a nossa área de recarga que representa os nossos lençóis. Então, é absurdo que esse projeto seja discutido, toda a manifestação já feita, realizada antes de mim, eu endosso, faço coro, em nome do mandato da Vereadora Bela Gonçalves também, porque faço parte da sua assessoria, venho aqui trazer o absurdo e deixar registrado o nosso forte ênfase de que esse projeto seja retirado de pauta. Encerro aqui a minha fala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da senhora Amanda. Senhor Vinícius Papatella, está na sala? Pois não, senhor Vinícius, estamos escutando o senhor, o senhor tem 5 minutos, pois não?” Vinícius Papatella: “Bom dia eu sou cidadão de Belo Horizonte, nascido em Belo Horizonte, primeira coisa eu acho que tinha que ser moralmente correto que os Conselheiros estivessem com a câmara aberta para que a gente pudesse vê-los, para ver as reações, porque como disse um agricultor aqui da região metropolitana, pode ser que tenha gente tomando whisky em copo de água, a gente não está vendo. E por quê? Lembrar os senhores Conselheiros e Conselheiras que existe uma ação civil pública em trâmite aqui no Poder Judiciário sobre o que vocês fazem e continuam fazendo nessa Câmara Técnica, tem que ter muitas aspas para citar relatoria da auditoria da CGE, inclusive da CCP. Essa Câmara Minerária e suas decisões desastrosas, que inclusive ceifaram vidas, certo? E seguem operando, e executando “licenciamentos inadequados”, foram feitas importantes recomendações ao longo dos últimos 4, 5 anos, mas apesar desses discurso conciliador e desses vídeos constitucionais que ferem o princípio da eficiência nesse momento em que nós estamos, nada foi feito na prática, embora na própria ação civil pública estivesse dizendo que o São Secretário de Meio Ambiente antigo, atual, inclusive o atual Presidente dessa comissão aqui, tem o nome citado numa nota de rodapé. Então assim, convido a vocês, comunico a vocês que está desenhado e provado matematicamente que o desfecho dos processos de tomada de decisão dessa Câmara é uma verdadeira ficção, isso não é fala minha não, isso está no auto da ação civil pública, certo? E eu queria fazer um endosso à fala da senhora Maria Teresa e dos demais sobre o caso da SAM, porque aqui me dá até medo, porque nós estamos aqui com presença de gente da máfia de carvão, o histórico é perigoso, é perigoso o que está acontecendo aqui. Então o caso da SAM, as audiências públicas foram convocadas de forma incorreta, vocês sabem disso, e nós temos que fazer coro aqui, porque muitos defensores de lá inclusive estão recebendo ameaça de morte, aqui na Serra do Curral é a mesma coisa, é um absurdo que vocês estejam, que a gente tenha, porque votar tem que votar mesmo, o processo de licenciamento é para deferir ou indeferir, então esse momento tem que acontecer. Agora o absurdo é a sociedade mineira estar com medo de vocês darem essa licença para transformar Serra do Curral em minério, é a mesma coisa do Rio de Janeiro transformar o Pão de Açúcar em brita, vocês tinham que ter vergonha na cara, certo? Então eu acredito hoje que vocês vão ter o mínimo de consciência, porque a gente sabe, espera-se que esse processo seja pedido de vistas se não for retirado de pauta, porque ainda eu imagino que pode cair uma luz na consciência do Presidente e retirar esse processo de pauta, retirar esse processo de pauta, tem o tombamento no CONEP, tem os Conselheiros dos Parques Estaduais do Baleia que assinaram. Então está muito fácil para vocês, Conselheiros, votarem não, vocês vão entrar na fila de quem está sendo coerente com a lógica da história da nossa cidade, a nossa identidade, essa Serra está escrita no brasão da nossa cidade, vocês tinham que ter vergonha na cara. Eu encerro por aqui a minha participação, obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhora Adriana Cristina Araújo? Está entrando na sala, eu retorno a ela daqui a pouco. Senhora Liliane Ferreira dos Santos? A Liliane também está entrando. Andréia Silva Luciano? Não está na sala? Eu vou retornar aos inscritos, aqueles que não puderam se manifestar para ver se alguém conseguiu entrar na sala. Senhora Cláudia Natália Leite? Está entrando? Gabriela Carolina Vicente Alves, está na sala? Não está na sala. Ana Paula de Silva? Elisa Araújo Fonseca? Não entrou? Luciana Dias Rosaine? Maria Luiza Leles Moreira? Não está na sala. Eu deixei marcado aqui, Adriana Cristina, conseguiu entrar? Adriana Cristina Araújo. A senhora precisa aceitar o áudio, senhora Adriana. Liliane também está presente? Então nós temos aqui que estão tentando entrar, senhora Adriana Cristina Araújo, Liliane Ferreira dos Santos, Andréia Silva Luciano e a Cláudia Natália, não

é isso? Senhora Cláudia Natália a senhora tem condições de se manifestar? Tem que aceitar o áudio. Maria Luiza está entrando? Adriana Cristina, Liliane Ferreira, Andréia Silva, Cláudia Natália? Nenhuma consegue se manifestar? A Secretaria Executiva está informando aqui que nós estamos tentando entrar em contato com as senhoras, o celular indicado toca até desligar, porém não nos atende. Tem que aceitar o áudio. Vou ler os nomes aqui novamente. Senhora Adriana Cristina Araújo? Não aceitou o áudio. Liliane Ferreira dos Santos? Não está na sala. Senhora Andréia Silva Luciano? Acho que a Isabela Gonçalves Miranda também, acho que a senhora Amanda falou que ela iria entrar. Senhora Isabela Gonçalves Miranda? Não está na sala também. Tem uma senhora que entrou com um Galaxy M31. Pois não, senhora Maria Luiza, a senhora está inscrita aqui, a senhora pode se manifestar, a senhora tem 5 minutos, pois não.” Inscrita Maria Luiza: “Ok. Então bom dia a todas e a todos militantes da causa ambiental. Eu sou Maria Luiza, sou integrante do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, faço parte também do movimento do Parque Isidoro, sou Conselheira no subcomitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, do Ribeirão Onça, e assim como a Amanda também faço parte da assessoria da Vereadora Bela Gonçalves. Minha fala aqui vai ser breve, eu reitero as falas que me antecederam sobre a importância da Serra do Curral, já falaram aqui que ela é considerada patrimônio natural, histórico, cultural, paisagístico, ambiental, hídrico e efetivo para todo o Estado de Minas Gerais. Além disso, ela é considerada também um corredor ecológico que conecta unidades de conservação, ela abriga milhares de espécies de árvores, plantas nativas e também animais que são ameaçados de extinção. Então o que eu gostaria de fazer aqui é coró, deixar registrado também o meu pedido de suspensão de todos os processos de licenciamento em curso que afetam a Serra do Curral, bem como a retirada de pauta do projeto de mineração de Taquiril. Queria também que foi comunicado aqui uma pergunta, porque que os comentários não estão aparecendo no chat da transmissão ao vivo do YouTube, esse também é um pedido. Então acho que é isso, a Serra do Curral ela é nossa, mexeu com a Serra do Curral, mexeu comigo, então eu queria deixar mesmo registrado o pedido de suspensão e retirada de pauta, tendo em vista que está em curso o tombamento estadual da Serra do Curral, é isso, encerro a minha fala aqui.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Senhora Adriana Araújo, ela vai conectar o áudio? Felipe, Secretaria Executiva: “Várias pessoas estão questionando por que que o chat no YouTube fica fechado. Preciso lembrar que o chat do YouTube é na internet, e na internet tem de tudo, tem spam, tem divulgação de conteúdo indevido, todo tipo de coisas. Então para manter o chat aberto nós teríamos que ter uma equipe de moderação que ficasse monitorando o chat para coibir esse tipo de conteúdo indevido. Não estou falando de opinião de A ou B, contrário, a favor de nada, apenas conteúdo indevido típico de internet. Nós não temos uma equipe para fazer esse controle por isso que o chat fica fechado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço ao Felipe pelo esclarecimento, nós temos algumas pessoas que estão inscritas que entraram com a marca do celular. Parece que tem outra pessoa com Galaxy A1 e Galaxy 71. Nós até aceitamos, mas a gente fica sem saber quem é a pessoa que se inscreveu. Senhora Adriana, a senhora já tem condições de se manifestar? A senhora não aceitou o áudio ainda. Aquelas pessoas que se inscreveram com a marca do celular, por favor, abra o áudio e a câmera, por favor, e se manifeste porque talvez é uma dessas pessoas que estão inscritas aqui, mas eu não consigo aqui definir. Galaxy A1, quem é? A pessoa que está aqui, eu acho que o Galaxy A1, a Galaxy 71, nós solicitamos a abertura do vídeo e a pessoa fechou. O Galaxy 71, por favor algum para se identificar. Lê, por favor, as pessoas que não se manifestaram ainda. Os inscritos que não se manifestaram.” Geisa, Secretaria Executiva SEMAD: “Nós ainda temos para se manifestar a Senhora Cláudia Natália Leite, Gabriela Caroline, Ana Paula da Silva, Elisa Araújo Fonseca, Luciana Dias, Isabela Gonçalves, Liliane Ferreira, Andréia Silva e Adriana Cristina. Essas pessoas estão para se manifestar, e só registrando: os dois Galaxys que não estão com nome, se for possível entrar na sala e se manifestar para a gente ver se são alguns inscritos, para a gente dar continuidade, por favor. E nós também, a Secretaria Executiva, estamos tentando contato com todos os inscritos que ainda não se manifestaram desde o início da reunião e continuamos o contato, caso não seja manifestado, o Presidente irá prosseguir com a reunião. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhora Adriana Araújo, a senhora não aceitou o áudio. Só vou aguardar a senhora Adriana que está aqui, os demais nós já tentamos entrar em contato, estamos ligando nesse momento e ninguém responde. Então eu vou dar andamento à nossa reunião. Alguns até já informaram aqui que não vão entrar mais. Senhora Adriana, estamos aguardando a senhora. Tenta ligar de novo para a Adriana, por favor, Vânia, senhora Adriana Araújo. Porque nós temos quase 170 inscritos, se não fica complicada aqui a situação. Senhora Adriana nós estamos tentando ligar para a senhora, eu estou vendo a imagem da senhora aqui, eu não sei se a senhora está me escutando, talvez pelo YouTube,

por favor atenda o telefone para a gente dar sequência. Senhora Adriana, eu vou colocar aqui em viva voz o telefone, por favor a senhora se manifeste, que é a forma que a gente encontrou aqui para dar seguimento. Pois não, a senhora tem 5 minutos.” Inscrita Adriana Araújo: “Eu sou Adriana Araújo, coordenadora do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, e coordenadora da Comissão Interinstitucional de Saúde Humana na sua relação com os animais do Conselho Municipal de Saúde, e manifesto meu total repúdio a essa absurda ameaça de retomada da mineração no maior santuário histórico, ambiental e cultural de Belo Horizonte, por todos os motivos já expostos por nossos pares, em especial por ser o último refúgio da fauna silvestre em Belo Horizonte. Lembrando também que essa é uma importante área de recarga e de captação de água das chuvas e a sua degradação vai comprometer em muito tudo o que a gente já vivencia a cada ano no período de chuvas torrenciais, considerando também a crise hídrica, é totalmente descabida a retomada da mineração nessa região que vai comprometer também as cidades vizinhas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Agradeço a manifestação da senhora Adriana. Senhora Liliane? O áudio da senhora está fechado. Senhora Liliane? Quais são as pessoas que faltam se manifestar, por favor, assessoria.” Geisa, Secretária Executiva SEMAD: “Ainda falta para se manifestar a senhora Cláudia Natália, Gabriela Carolina, Ana Paula de Silva, Luciana Dias, Liliane Ferreira e Andréia Silva.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Alguma dessas pessoas está na sala?” Geisa, Secretária Executiva SEMAD: “A Liliane está na sala, senhor Presidente, e a senhora Andréia também, as duas tem que conectar o áudio, por favor.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhora Liliane e Andréia, por favor, aceitem o áudio. A Liliane cancelou a inscrição. Então só falta a senhora Andréia. Senhora Andréia, se estiver com problema no áudio atenda a nossa ligação, porque eu faço igual eu fiz agora com a senhora Adriana Araújo, coloco aqui na viva voz para a gente dar seguimento à nossa reunião. Vamos tentar uma última vez. Senhora Andréia a gente está ligando para a senhora, eu estou vendo a senhora se manifestando no chat aqui, por favor, atenda o telefone para a gente dar seguimento na nossa reunião. Senhora Andréia atendeu o telefone e desligou, eu vou passar o ponto de pauta. Conselheiros, os senhores me desculpem, mas pelo adiantar da hora aqui nós estamos tentando aqui ligar várias vezes. Senhora Andréia, estou com o telefone aqui em viva voz perto do microfone. A senhora pode se manifestar, a senhora tem um prazo de 5 minutos. Desligou. Bem, senhores Conselheiros, vou passar para o próximo item de pauta, nós tentamos aqui contato várias vezes com as pessoas inscritas, ligamos e não houve êxito. Eu solicito àqueles que têm interesse em se manifestar em outros pontos de pauta que saiam da sala, retornem a sala novamente, testando o áudio no item específico que queriam se manifestar. Por fim, tem mais algum, eu perguntei se havia algum destaque por parte do Conselho, não havia no início. Alguma Conselheiro quer se manifestar antes de passar para o próximo item? Pois não, Doutor Orsini.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Bom dia a todos, bom dia meus caros colegas Conselheiros. Eu queria apenas fazer um comentário com relação as palavras da nossa Secretária Marília que foi muito bem colocada, esse trabalho que vem sendo feito no chamado Projeto ou Programa Ambientação dentro do próprio Estado de Minas Gerais, das duas Secretarias, autarquias, empresas. É muito importante o que a Marília falou, porque isso realmente vem dar uma posição muito boa em termos da própria economia em função dessa nova concepção de resíduos, contrariamente outras pessoas que falam e criticam, eu acho que a Marília foi muito bem-sucedida nessa colocação dela e dou os parabéns a ela. O segundo ponto que eu queria comentar é apenas uma atuação que a gente tem visto através da Agência Nacional de Mineração, eu acho que o colega nosso depois pode, eu acho hoje que o Luis que está hoje, não sei, o Claudinei está aí, exatamente comentar a respeito da importância que a ANM está dando à questão relacionada com fechamento, com o plano de fechamento de mina, de mineração. Então isso é muito importante que isso vem junto com o mesmo pensamento da SEMAD, eu considero hoje não só abertura de mina como o seu fechamento. Então a gente tem sempre que fazer aquele pensamento positivo da mineração, eu sou um defensor da mineração, vocês sabem muito bem disso. E nós temos sempre que pensar a mineração do futuro e o futuro da mineração, eu acho que isso está dentro dessa nova estrutura de controle, estrutura de trabalho que vem sendo desenvolvido tanto pela SEMAD, através das suas superintendências, como também pela ANM. Eu queria colocar isso de uma forma muito enfática e parabenizar tanto a SEMAD quanto a ANM por essas iniciativas que são importantes. Eu acho que quando a gente trabalha dentro desse prisma da mineração do futuro e o futuro da mineração nós estamos diante de uma capacidade muito importante e dando valor à sustentabilidade. Então é isso, Presidente, eu queria comentar e desculpa que a minha entrada foi agora porque eu estava exatamente fazendo uma palestra para os colegas da Secretaria do Meio Ambiente de Goiás, a respeito inclusive desse assunto de fechamento de

mina. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação, Doutor Orsini. Foram feitas, realizadas aqui, pedidos de vistas e baixa em diligência, eu só queria esclarecer às pessoas que se inscreveram, que já tem costume de assistir as nossas reuniões ou o próprio Conselho sabe que eu não retiro processo em baixa em diligência em outro item a não ser no item específico. Salvo exceção se isso foi conversado com a própria equipe que analisou o processo em questão. Eu vou ler o artigo nº 32 do Regimento Interno, peço vênha aqui ao tempo, sei que já está alongado, mas só para esclarecer àquelas pessoas que solicitaram referido pedido. “Diligência ou Requerimento por Conselheiro ao Órgão Ambiental de informações, providências, esclarecimentos sobre matéria pautada em discussão quando não for possível o atendimento no ato da reunião”. Tem um conceito da baixa em diligência, a retirada de ponto de pauta ela não está conceituada, mas seria tudo aquilo que não se enquadraria aqui no conceito da diligência. E por que eu não faço a baixa em diligência ou retirada do ponto de pauta em outro momento a não ser aquele no item? Porque eu sempre questiono a equipe que fez a análise do processo sobre a pertinência da baixa ou da retirada do processo de pauta. Porque a equipe que analisou o processo que vai ter condições de subsidiar a minha decisão se aquele pedido tem ou não pertinência. Não adianta nada eu baixar um processo em diligência ou retirar um ponto de pauta, sendo que o processo retornará na próxima reunião ou em outra reunião com o mesmo parecer. Então a primeira coisa que nós temos que ter na visão de uma baixa em diligência ou uma retirada de ponto de pauta, é acrescer um conhecimento, um adendo ao parecer. Então é por isso que eu não baixo ou não retiro processos em ponto de pauta a não ser no item específico, sem prejuízo, e eu já falei isso várias vezes aqui, caso tenha sido um equívoco meu, baixá-lo antes da votação, retirar o ponto de pauta antes da votação, isso já foi feito aqui em algumas vezes. Somente para esclarecer aqui qual é o meu procedimento em relação a referidos pedidos. Primeiro eu escuto a equipe que fez a análise do processo, que eles sim têm a competência para me subsidiar na decisão sobre a retirada do ponto de pauta ou então a baixa indiligência, por isso que eu só faço isso no ponto de pauta específico.”

4. EXAME DA ATA DA 84ª RO DE 25/02/2022. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Feito esses esclarecimentos passo para o item 4. Algum destaque por parte do Conselho? Pois não, Joana.” Conselheira Joana Moraes Rebelo Horta Lopes: “Só na linha 11, ao invés de Secretaria do Estado de Trabalho, só Secretaria de Desenvolvimento Social, só isso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, obrigada Joana. Mais algum outro Conselheiros? Nós temos 12 inscritos para este ponto de pauta, para a Ata, creio que se inscreveram de forma equivocada, mas de qualquer forma eu vou pedir à Secretaria Executiva para ler, para verificar se realmente tem interesse em se manifestar em relação à nossa Ata. Por favor, Geisi.” Geisa, Secretaria Executiva SEMAD: “Nós temos 12 inscritos. 2 já solicitaram retirada. A senhora Liliane e a senhora Cláudia não vão se manifestar. Então nós temos a senhora Andréia Luciano, Gabriela Carolina, Elisângela de Carvalho, Ana Paula da Silva, Liliane Ferreira, que já solicitou, Luciana Dias, Elias Araújo, e a senhora Silva Regiane. As demais solicitaram retirada e fizeram a inscrição mais de uma vez, senhor Presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “As pessoas, aqueles inscritos para este item têm interesse de se manifestar em relação a Ata? Não havendo eu vou colocar a Ata em votação com a correção feita pela SEDESE. Ok, a Secretaria Executiva está me falando aqui que o Paganini ele fez duas observações em relação a vírgulas. Em relação a Ata, a Ata já está sendo colocada com essas retificações solicitadas pelo Paganini.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a SEGOV?” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a SEDE?” Conselheira Maria Eugênia de Monteiro de Castro e Silva: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota SEDESE?” Conselheira Joana Moraes Rebelo Horta Lopes: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota CODEMIG?” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota IBAMA? Pedro? Eu retorno ao Pedro daqui a pouco. Como vota ANM?” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota SINDIEXTRA?” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota FIEMG?” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota RELICTOS?” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota PROMUTUCA?” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota SME?” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota ABES?” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Retorno ao IBAMA.” Conselheiro Pedro Paulo Ribeiro: “Senhor Presidente, vou exercer o meu direito de abstenção a esse voto por não ter participado da última sessão que gerou essa Ata.” Presidente

Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, justificado. Então Ata aprovada com as alterações já solicitadas por 11 votos favoráveis e uma abstenção. Senhores Conselheiros agora nós passamos para os processos deliberativos. Questiono se algum dos senhores Conselheiros se dá por suspeito ou impedido de que trata o Regimento Interno, Deliberação Normativa COPAM nº 177, ou no mesmo sentido a Lei Estadual nº 14.184. Ninguém se dá por suspeito ou impedido, conforme Regimento eu vou ler a Ata por inteiro. Em relação ao item 5.1; 6.1; 7.1, já são retorno de vistas, ou seja, eles já têm obrigatoriamente destaques. Então eu vou começar a ler a pauta no item 8, porque aí caso haja algum pedido de vistas o processo já sai em discussão. Processo Administrativo para exame de Licença Ambiental Simplificada: 8.1 CSN Mineração S.A. - Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a úmido - Congonhas/MG - PA/SLA/Nº 5573/2021 - ANMs: 832.997/2002; 043.306/1956; 006.763/1953; 833.057/2002; 830.512/1982; 004.384/1945 e 003.664/1942 - Classe 6. Apresentação: Suppri. Algum destaque por parte do Conselho?” Jeiza, Secretaria Executiva SEMAD: “Sem destaque por parte do Conselho, mas temos 21 inscritos. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “De forma independente?” Jeiza, Secretaria Executiva SEMAD: “Independente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Então não vai para o bloco, nós temos inscritos. Item 9. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia “Ampliação”: 9.1. Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. - Barragem de contenção de rejeitos/resíduos - categoria de classe III (Barragem b6) - Araxá/MG - PA/SLA/Nº 2863/2021 - ANM: 035.101/1946 - Classe 6. Apresentação: Supram TM. Algum destaque por parte do Conselho?” Geisa, Secretaria Executiva SEMAD: “Sem destaque por parte do Conselho. Nós temos 19 inscritos também, todos vão se manifestar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Item **10. PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO: 10.1** Taquaril Mineração S.A./Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST) - Lavra a céu aberto - Minério de ferro, Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco, Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a úmido e Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro - Nova Lima/MG - PA/SLA/Nº 218/2020 - ANMs: 4.791/1961; 831.207/1985; 833.232/2003 e 831.142/2005 - Classe 6. Apresentação: Suppri. Algum destaque por parte do Conselho? Doutor Orsini, pois não?” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Presidente, eu quero pedir vista no processo. Primeiramente em função do relatório da SUPPRI que é um relatório extremamente robusto de 243 páginas, eu tive a oportunidade de lê-lo e em função de alguns aspectos levantados eu quero pedir vista para uma avaliação mais conscienciosa desse projeto.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Justificado. Algum outro Conselheiro acompanha as vistas do Doutor Orsini?” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Senhor Presidente eu também vou pedir vista do processo para análise das condicionantes.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Doutor Thiago?” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Vista do processo também para avaliação das condicionantes inseridas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais algum outro Conselheiros?” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Também vou pedir vistas para análise mais criteriosa do processo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Mais algum outro Conselheiro faz vista em conjunto?” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “A minha intenção, senhor Presidente, era colocar o processo em discussão. A gente tem muitos pontos para debater, eu acho que não era o momento de a gente pedir vistas, mas já que não há meio de não conceder as vistas, eu sei muito bem do regimento. Então eu vou pedir vistas também, Presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Mais algum outro Conselheiro. Então, vistas em conjunto: SME, SINDIEXTRA, FIEMG, RELICTOS e PROMUTUCA. Então naquilo que eu falei aqui os inscritos no início da reunião, o processo que é solicitado vistas ele sai da discussão. Então aqueles que se inscreveram não serão ouvidos nesse momento, e caso tenham interesse de se manifestar nesse processo, deverão se inscrever novamente na próxima reunião. Item 11. Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação concomitante com a Licença de Operação: 11.1 Paracal - Paracatu Calcário Ltda./Fazenda Grutinha - Extração de rocha para produção de brita - Paracatu/MG - PA/SLA/Nº6148/2021 - ANMs: 834.961/2011 e 830.230/2009 - Classe 4(Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NOR. Algum destaque por parte do Conselho?” Geisa, Secretaria Executiva SEMAD: “Sem destaque por parte do Conselho, mas nós temos 15 inscritos para se manifestar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Então nós não iremos jogar nenhum processo em bloco hoje. Eu retorno ao início da nossa pauta.” **5. PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA**: Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “**5.1** Companhia Brasileira de Alumínio (CBA)/Projeto de Produção Sustentável de Bauxita na Zona da Mata - Lavra a céu aberto - Minerais metálicos, exceto minério de ferro - Mirai, Muriaé, São Sebastião da Vargem Alegre e Rosário da Limeira/MG - PA/Nº 03184/2019/001/2019 - ANMs: 830.776/1982; 830.755/1981; 830.751/1981;

830.752/1981; 830.758/1981; 830.756/1981; 830.754/1981; 830.707/1981; 830.706/1981 e 830.705/1981 - Classe 4(Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b). Apresentação: Suppri. Nós temos o retorno de vistas e eu vou seguir aqui o que foi na pauta. Nós vamos iniciar pelo Doutor Orsini. Doutor Orsini o senhor tem 10 minutos podendo ser prorrogado. Pois não, com a palavra.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu vou deixar essa relatoria para a nossa colega Denise Bernardes e posterior a fala dela eu faço meu comentário para aproveitar os 10 minutos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Doutor Orsini. A segunda na minha sequência é justamente a Denise. Pois não, Denise.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Bom dia a todos, não vou me alongar Yuri, porque o relato de vistas foi disponibilizado em tempo hábil no site da SEMAD. Nós fizemos a análise do processo e não vimos nenhum óbice ao pedido do empreendedor, vimos que a análise foi muito bem feita pela equipe técnica da SUPRAM e nos colocamos pelo deferimento da licença ao empreendimento.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Bom, os meus comentários, Presidente, colegas Conselheiros. É muito mais para um aspecto estratégico porque nós tivemos anteriormente aqui, na semana passada, uma belíssima apresentação da CBA com relação ao que a gente chama de avaliação ambiental integrada. No cotejamento desse processo vocês veem a quantidade de títulos minerários que estão sendo envolvidos, isso requer, e eu enfatizo isso, um trabalho muito robusto por parte da CBA que foi feito e análise também feita pela SUPRAM no aspecto relacionado a esse ponto que comento. Então eu queria mais uma vez parabenizar a CBA por esse critério que ela usa de avaliação ambiental integrada que faz parte do processo. Então isso é um ponto importante que valoriza o nosso posicionamento de deferimento para esse processo em pauta. Obrigado Presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Doutor Orsini. José Ângelo, pois não, você tem 10 minutos podendo ser prorrogado.” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Bom dia a todos. O cronômetro está marcando só 7.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Não, mas geralmente eu falo 10 minutos porque está previsto no Regimento, José Ângelo, mas com os senhores geralmente eu não fico verificando esse tempo não. Pois não, com a palavra porque para assunto complexos o próprio Regimento dá possibilidade do Presidente complementar um tempo maior, mas pode falar, tranquilo.” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Não vou gastar os 10 minutos. Bom dia a todos. O parecer de vistas foi entregue no tempo regulamentar e todos tiveram prévio acesso ao mesmo. Então vou fazer um resumo do que foi tratado. Como todos nós sabemos as atividades produtivas só podem ser executadas no território com a anuência dos seus ocupantes. O acesso do licenciamento de atividades produtivas no Estado de Minas Gerais recebe críticas por conceder um peso muito grande para representação do Poder Público que geralmente se alinha ao setor produtivo e decidem de forma conjunta. Nem sempre de acordo com as aspirações da sociedade civil. O ideal seria o estabelecimento de um consenso para minimizar as diferenças através de um diálogo amplo, participativo e produtivo, o que não temos observados. As condicionantes impostas para tentar estabelecer um bom relacionamento das empresas com a comunidade tem se mostrado ineficazes. Neste processo especificamente observamos que um item fundamental do processo de licenciamento, a audiência pública, não foi tratado adequadamente, são necessárias mudanças. Após as análises e as informações postadas na documentação do processo administrativo e ciente da preocupação da sociedade civil local, através da Associação Amigos do Iracambi, com os impactos causados pelo empreendimento no meio ambiente e as comunidades locais, transcrevemos as considerações e questionamentos da sociedade civil a seguir. Em relação à audiência pública, entende-se ter ocorrido a violação do princípio da participação popular, bem como o princípio da informação, instrumentos caros e necessários para tutela ambiental. No presente caso o empreendedor não assegurou de forma adequada que as pessoas diretamente afetadas pudessem participar do processo de construção do licenciamento ambiental, principalmente nesta fase de audiência pública, para expor suas opiniões e interesses da comunidade, de modo que o órgão licenciador pudesse expandir sua visão sobre empreendimento e determinar medidas mitigatórias realmente efetivas para as comunidades afetadas. Discorda-se da posição do parecer técnico que entende que mesmo com as dificuldades de acesso nas comunidades rurais atingidas a realização da audiência foi adequada em alcançar os objetivos. O vídeo da audiência pública comprova que grande parte das intervenções remotas feitas no dia reclamavam da mesma coisa, que o acesso era difícil, com conexão ruim, de tal maneira que o próprio Presidente da audiência relatou extraoficialmente, fato revelado na gravação, a má qualidade da conexão. Pelos motivos apresentados opinamos pela retirada de pauta do processo para que possa ser realizada uma audiência pública presencial em local adequado, na área onde reside a população atingida, ou de forma virtual, assegurando pelo empreendedor transporte e locais de acesso à internet de boa qualidade para

participação dos afetados. É o nosso parecer.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Paganini. O próximo relato de vistas é da Mariana, pela FIEMG. Doutor Thiago é que está hoje, não é, Doutor Thiago? Pois não.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Presidente, o relatório de vista foi em conjunto. Já foi lido pela Denise, a FIEMG é favorável à aprovação dos termos do parecer da Secretaria de Meio Ambiente. Obrigado Presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Doutor Thiago. Agora com o Conselho. Algum destaque por parte do Conselho? Sem destaque, passamos então para os inscritos. Senhora Andréia Silva? Fui informado que a senhora Andréia é a mesma que se inscreveu nos itens anteriores, ela informou que está na rua e não tem conexão de boa qualidade para participar da reunião. Então chamamos o próximo, senhora Luciana Dias? Senhora Luciana não está na sala. Senhora Gabriela Carolina? Também a senhora Gabriela não está na sala. Ana Paula? Também não está na sala. Senhor Jonas? Jonas Machado, pois não, senhor Jonas, o senhor tem 5 minutos, com a palavra.” Jonas Machado, Representante do Empreendedor: “Eu me inscrevi caso seja necessário algum esclarecimento, não para manifestação. Agradeço a oportunidade e continuo à disposição.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Próximo inscrito? Senhor Christian Fonseca? Também não está na sala. Oiti Vieira? O senhor Christian Fonseca está na sala? Senhor Christian, desculpa. O senhor tem 5 minutos, com a palavra. Depois eu chamo o senhor Oiti. O microfone do senhor está fechado, senhor Christian. O senhor tem que aceitar o áudio, está aberto, mas está sem áudio aqui para a gente. Ok, Jonas, o senhor Christian vai se manifestar?” Jonas Machado, Representante do Empreendedor: “Só um minuto.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ele vai falar depois. Entendi. Christian está fazendo um sinal. Tenta consertar o áudio do senhor, Christian. Porque talvez tenha algum questionamento para o senhor posteriormente. Senhor Oiti, está na sala? Eu o chamo posteriormente. Qual o outro inscrito? Senhor Bruno Malta?” Bruno Malta, Representante do Empreendedor: “Senhor Presidente, senhores Conselheiros, bom dia. Também só pela necessidade de esclarecimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Próximo. Senhora Luciana Dias? Senhor Luciana Dias não está na sala. Doutor Marcelo Azevedo?” Marcelo Azevedo, Representante do Empreendedor: “Bom dia senhor Presidente, bom dia Conselheiros. Me coloco aqui à disposição caso haja necessidade de esclarecimento sobre algum aspecto jurídico em relação ao processo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. A última inscrita, senhora Valéria Cristina? Senhora Valéria Cristina, está na sala? Senhor Valéria não está. Lê, por favor, Geisa, as pessoas novamente que não se manifestarem para ver se tem alguém para se manifestar nesse momento.” Geisa, Secretária Executiva SEMAD: “Apenas para registro, a senhora Liliane Ferreira, a senhora Cláudia Natália Leite e a senhora Elisa Araújo, elas declinaram da fala. Ainda faltam para se manifestar o senhor Christina Fonseca, o senhor Oiti, a senhora Luciana Dias, Elisa Araújo e Valéria Cristina.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Dessas pessoas, senhor Jonas, o senhor quer falar sobre em relação a equipe do senhor, se alguém vai se manifestar?” Jonas Machado, Representante do Empreendedor: “Sim, o Christian Fonseca e o Oiti Vieira só para esclarecimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Das outras pessoas que foram lidos os nomes não está na sala. Senhores Conselheiros, algum destaque por parte do Conselho? Sem destaque por parte do Conselho. Tobias? Tobias, desculpa, pois não.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Senhor Presidente, eu não estava inscrito mesmo não. Mas eu gostaria de perguntar ao senhor se vai ser passado para a equipe para responder os pareceres de vista, principalmente do...?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sim. Eu faço isso logo após ouvir dos inscritos. Aí eu volto ao Conselho e agora eu passo para a equipe caso não tenha nenhum outro destaque por parte do Conselho. Não há destaque por parte do Conselho. Então agora sim, com a equipe, Rodrigo Ribas, pois não Rodrigo.” Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMAD: “Muito obrigado, senhor Presidente. Muito bom dia, senhores Conselheiros. Eu estou falando aqui, mas eu vou esperar ligar a câmara aqui, só um minuto, por favor. Muito obrigado, senhor Presidente, senhora assessora, obrigado. Senhores Conselheiros, bom dia novamente. Nós vamos nos manifestar. Na verdade, o parecer de vistas do Conselheiro Paganini está muito tranquilo, ele não é um parecer de vistas com muitas dúvidas. O que ele colocou de dúvida para nós aqui a partir da manifestação provavelmente trazida pelo senhor Robin Le Breton, que é o Presidente da Associação Amigos de Iracambi, foi acerca da audiência pública. A primeira questão que a gente tem que esclarecer é que não foi a SEMAD que estruturou uma situação inadequada em relação às audiências públicas. Nós estamos passando, falar que acabou não é verdade, nós estamos passando ainda por um processo de pandemia em que se registram cerca de 300 mortes ao dia, mas nós já chegamos a mais de 1000 mortos ao dia no país. De maneira proativa, tanto a União quanto o Estado de Minas Gerais declararam situações de emergências em relação a pandemia. Em Minas Gerais, em março de 2020 foi promulgado o Decreto de Numeração

Especial nº 113, que cancelou uma série de atividades, inclusive as audiências públicas. Todas aquelas reuniões públicas em que havia aglomeração de pessoas foram canceladas naquele momento de maneira preventiva para que elas não pudessem acontecer, para que as pessoas ficassem protegidas da própria pandemia. Isso durou bastante tempo ainda, a gente tinha audiência pública presencial até agendada e que foi cancelada, não só nesse processo, a gente tinha em outros processos também, que foram canceladas aquela época. Bom, depois disso o CONAMA fez uma discussão, eu não vou lembrar quando foi a discussão do CONAMA, mas o CONAMA realizou um debate intenso e promulgou a Resolução CONAMA nº 494, eu acho que foi agosto ou setembro de 2020, 11 de agosto de 2020, ele promulgou a Resolução CONAMA nº 494 que previa as audiências públicas virtuais como uma maneira de exatamente levar conhecimento sobre os processos de licenciamento à população. Em Minas Gerais, na sequência disso, estabelecemos uma deliberação, não é uma deliberação, foi uma Resolução SEMAD nº 3018 em novembro de 2020, que ela completava as ações necessárias para a realização de audiências públicas em formato virtual, em formato híbrido na verdade, não foi nem só virtual. A gente pressupunha a possibilidade da realização de audiências públicas híbridas, que foi o que aconteceu nesse caso. Com a base legal que nos sustentava, nós pudemos chamar novamente a audiências públicas. O empreendedor nesse caso ele sugeriu a realização da audiência híbrida com ponto físico, presencial, e ampla divulgação na internet. Nesse ponto físico, presencial poderiam ficar, devido às restrições ainda da pandemia, é importante dizer que nós tivemos aquele acompanhamento das ondas, teve onda roxa, onda vermelha, onda amarela, onda verde. Então de acordo com a classificação regional dentro dessas ondas poderiam ter mais ou menos pessoas nas audiências públicas, nas reuniões públicas. Eu não vou lembrar qual onda que era, mas a participação máxima permitida aquela época para o município de Muriaé foi de 50 pessoas, esse era o número máximo. Para registro, estiveram 30 pessoas presentes, foram 30 participantes no ponto físico. Para não dizer que o empreendedor não apresentou oportunidade das pessoas participarem, havia 3 percursos com transporte proporcionado pelo próprio empreendedor, nos municípios de Miraf, Rosário de Limeira e São Sebastião de Vargem Alegre. Foram programadas 3 rotas para as comunidades, mas quando a gente verifica a lista de presença, uma única pessoa da comunidade de Dores da Vitória utilizou esse transporte. Então foram disponibilizados transportes públicos para as pessoas das comunidades de 3 municípios e apenas uma pessoa se dispôs a ir até o local. Como se isso fosse de maior, vamos imaginar, de maior relevância, é preciso registrar que nós tivemos 800 pessoas concomitantemente no processo, assistindo audiência pública registrada no sistema. Quando a gente faz audiência pública híbrida são registrados os valores de pessoas que entram, que saem e que participam, e quando eu falo de pessoas, eu estou simplificando, porque são pontos de acesso. Então no ponto de acesso pode ser 2 pessoas, 3 pessoas, 5 pessoas assistindo, mas nós tivemos o pico de 800 pontos de acesso assistindo a audiência pública ao mesmo momento. Além da manifestação garantida por meio de participação por voz, a pessoa ir lá e falar, nós aceitamos mais de uma forma de entrada de manifestações por escrito, que eram lidas pela própria presidência. Então se o manifestante não quisesse ou não tivesse condição de fazer a manifestação dele de público naquele momento, ele poderia mandar a manifestação dele por escrito, ela era registrada no sistema, todas as manifestações escritas foram registradas em sistema e elas eram passadas. Se não me engano, tinha um 0800, tinha WhatsApp, tinha rádio. Podia ser pela rádio atividade FM, tinha uma WhatsApp ligado e no meio do YouTube ao vivo, que podia ser feito os comentários. Então todos os comentários possíveis e todas as formas de entrada possíveis de manifestação foram apresentadas para a população para que a população pudesse se manifestar. O fato do senhor Robin Le Breton, que falou que foi um dos solicitantes da audiência pública, falar em um link ruim, é importante que se diga que nem sempre os links são bons, em qualquer lugar. E não cabe ao empreendedor, seja ele quem for, não é a CBA apenas, ser provedora de internet que é um serviço concedido, a CBA nem as outras empresas que nós licenciamos aqui são concessionárias de serviço de transmissão de internet, não existe a possibilidade de eles atuarem em relação a isso. Esse pedido que o Conselheiro fez ele vai ser virtualmente impossível de ser realizado, porque o empreendedor que realiza a audiência pública não tem como prover internet naquela região. O que ele tem como fazer é prover equipamento, e prover sistema para receber dados, agora melhorar a internet não existe a possibilidade. Agora considerando o sucesso de 800 participações concomitantes em uma audiência pública é maior do que empreendimentos muito mais vultosos. Nós temos empreendimentos, por exemplo, em Conceição de Mato Dentro, que é um conhecido, que não deve ter tido esse tanto de pessoas dentro de ginásio em uma audiência presencial. Então é importante que se relativize a penetração das audiências públicas, a tendência agora é que todas essas audiências públicas, mesmo as

presenças, tenham uma participação virtual muito maior. A DN nº 225, já trouxe a obrigação de que essas audiências sejam publicadas via rede. Então a gente tende a uma participação cada vez maior, independente da pandemia. Senhores, eu acho que eu expliquei em relação à audiência pública e se tiver mais alguma dúvida a equipe técnica está aqui, está presente, a gente está à disposição dos senhores. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Rodrigo, em relação a audiência pública, a própria DN prevê um prazo de 5 dias após feita a audiência pública para participação popular. Inclusive pode ser encaminhado ao empreendedor, e isso é colocado dentro do processo, questionamentos porventura que viesse acontecer. Houve alguma reclamação nesse sentido, tem esse questionamento?” Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMA: “Desculpe, eu não falei porque isso está no rito na DN nº 225, acontece para qualquer audiência pública. Então a gente não entrou nesse mérito. Não houve reclamação em relação a isso, a gente recebeu inclusive por conta da pandemia. O rito diz que tem que ser entregues na superintendência de responsabilidade, fisicamente ou enviado pelo correio, ou via SEI, Sistema Eletrônico de Informações. Durante a pandemia nós aceitávamos também via e-mail. Então todos os canais estavam abertos e não houve reclamação em relação à acessibilidade da audiência pública nesse caso não.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Agradeço. Então com essas considerações feitas pelo Rodrigo eu vou manter o processo em pauta, então não vou baixá-lo em diligência, Conselheiro. Eu acho que ficou muito bem explicado a participação popular, eu acho que a participação híbrida, hoje aqui a gente está tendo quase um processo híbrido, a equipe da SUPPRI está aqui conosco hoje, e a gente está tendo essa experiência com as reuniões online, uma participação muito maior de interessados, de inscritos, do que quando era físico. Então creio até mesmo que a gente deve caminhar por esse viés com as nossas reuniões aqui do Conselho. Com essas considerações, retorno ao Conselho, alguma ponderação a mais, algum outro destaque? Pois não, Verônica.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Pois é Yuri, eu só ia reforçar isso. Um dos mecanismos mais palpáveis de participação pública no processo de licença ambiental é a audiência pública. Contudo, a legislação não limita o envolvimento popular às audiências públicas. Há diferentes formas e momentos de participação. Nos termos da Normativa COPAM nº 225/2018: “A audiência pública e reunião pública, aberta e acessível, destinada a esclarecer dúvidas e recolher críticas ou sugestões acerca do processo de licenciamento ambiental, expondo aos interessados informações sobre atividade ou empreendimento objeto do requerimento de licença e oferecendo possibilidade concretas de participação na construção das decisões administrativas correspondentes.” Conforme exposto pela SUPPRI há o registro de participação presencial de 30 pessoas, e virtualmente, 800, tendo se disponibilizado ônibus de transporte, utilizado por uma pessoa apenas, bem como a previsão de 3 diferentes rotas de acesso, não tendo tido demanda. O que me parece cumprir com as exigências legais. Eu aproveito a oportunidade de fala para reforçar o discernimento e sensatez que devemos ter no uso de nossas palavras, que no mundo de hoje possuem alcance imenso, a questão ambiental deve ser tratada com respeito e integridade absolutos, não sendo papel dos Conselheiros, nem dos inscritos expertos no tema se renderem a tendencionismos sem qualquer compromisso com a verdade. Não estamos aqui para gerar pânico na sociedade, mas sim para debater de forma técnica, sem esquecer a cordialidade, os pontos levantados. Entendo a paixão no tom de fala de alguns inscritos, principalmente daqueles que não possuem formação acadêmica ou até técnica, contudo, não coaduno com manifestações de cunho maldosos que são jogadas aqui sem qualquer respaldo. A alegação de que o Poder Público se alinha aos interesses do setor produtivo de forma nem sempre a respeitar os anseios da sociedade, e aqui fica a indagação de qual parte da sociedade, pois as decisões aqui são tomadas pela maioria após um longo debate, análise tanto técnica quanto jurídica dos casos, impondo condicionantes que buscam estabelecer um bom relacionamento com as empresas, e ineficazes para a sociedade civil, além de ser leviana, é contraproducente. A discordância com as decisões tomadas não traduz a ocorrência de desrespeito ao arcabouço jurídico, muito menos à finalidade do estado que é a tutela do interesse público. Ademais, me parece esquecido o fato que a análise do licenciamento ambiental é feita por um corpo técnico composto por pessoas que merecem respeito. Fora ainda defendido que o ideal seria um diálogo amplo, participativo e produtivo, e que isso não vem sendo observado. A participação popular em um processo de licenciamento ambiental como dito se dá em diversos momentos de diferentes formas, não sendo inclusive o momento atual, o último momento, mas definitivamente sendo o momento no qual, em razão do debate feito, da participação dos inscritos, um momento o qual eu vejo todo preconizado, realizado, uma vez que representa a verdadeira forma de participação popular direta. Durante a fala dos inscritos, fora dito pelo senhor Marcos: “Como respeitar quem não respeita o meio ambiente?” Então aqui eu acrescento que seres humanos são parte do meio ambiente. Então eu deixo o

questionamento: “Como respeitar quem não respeita o outro?” Quem clama por eticidade, moralidade, educação, mas é incapaz de entregar esses valores, me soa, no mínimo, incoerente. Ironia, cinismos, tratativas pejorativas não acrescentam em nada, e a meu ver não são nem democráticas. Desviam o foco do que realmente importa. Então, pelo bem, da maior parte interessada aqui que é sociedade, e para que a gente faça chegar nela objetivamente os dados, eu peço para que sejamos mais respeitosos e técnicos. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço as palavras da Conselheira Verônica, eu acho que está coberta de razão. Ainda com o Conselho, Doutor Orsini está levantando a mão? Pois não, Doutor Orsini.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Presidente, eu queria hipotecar e assinar embaixo as palavras da nossa colega Verônica. Parabéns Verônica, eu acho que nós estamos e temos que seguir esse caminho. Como os caros colegas sabem, eu já fui vítima aqui de uma agressão muito forte por parte de determinadas pessoas, que inclusive hoje teve a presença hoje cedo. Mas aqui eu coloco a minha posição, como profissional da engenharia de Minas Gerais, e jamais permitiria qualquer tipo de intromissão agressiva, seja de qualquer pessoa. Vamos pautar aqui pela educação, vamos pautar aqui pela harmonia, e isso que é o consenso do nosso Conselho. Então jamais ser influenciados por outras pessoas que muitas vezes estão muito má informadas da situação, não conhecem em detalhes um determinado projeto. E coisa que nós estamos aqui, nesse contexto de trabalho voluntário, representando aqui a nossa Sociedade Mineira de Engenheiros, a nossa posição é contundente. Nós estamos defendendo aqui Minas Gerais, nós estamos defendendo aqui o povo de Minas também, que precisa de muitas atividades minerárias, sem as quais nós não temos os benefícios da qualidade de vida. Então, Verônica, parabéns pelas suas palavras, parabéns pela forma consciente que você coloca aqui, para os seus colegas, para o nosso Presidente Yuri, e para os representantes da SEMAD que estão aqui presentes, está ok? É isso Presidente, muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Doutor Orsini. Pois não, Tobias?” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Bom, senhor Presidente. Eu não sei se eu perdi alguma coisa aqui, mas eu não vi nenhum momento de agressão, não vi nada disso aqui, mas não é disso que eu quero falar. Gostaria que fosse levado em consideração essas falas da comunidade, muitas vezes eu fico com medo, é um receio de Conselheiro mesmo, de nós estarmos perdendo alguma informação, uma vez que a própria comunidade vem acusar que não teve a participação suficiente. Se houve a manifestação no processo, aí eu vou pensar muito na prática, houve a manifestação no processo de uma participação insuficiente? Não. Mas claro, muitas vezes a comunidade não sabe nem o que é o SEI. Então eu fico pesaroso de ver o relatório do Paganini apontar que não houve a participação e nesse momento nós não temos a comunidade aqui talvez para debater, talvez para mostrar a perspectiva dela, e a gente deixar passar alguma situação. Estou falando que a empresa está errada? Não, não estou falando isso. Estou falando que nós podemos estar cometendo um erro em impedir que a comunidade discuta, debata e participe, eu tenho um pouco de receio disso. Vocês sabem muito bem da minha atuação aqui que geralmente eu busco muito ouvir a comunidade e entender todos os lados, prova tanto do nosso relato de vistas do outro processo. Então pergunto ao Paganini o que ele tem visto disso, o que ele se dá por satisfeito, porque eu não vejo com transparência o que foi feito.” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Primeiramente queria dizer que sempre respeitei as falas dos colegas e os tratei com civilidade e respeito. No meu parecer, em ponto algum eu fui desrespeitoso e falei com a verdade. Somente descrevi o sentimento da sociedade civil em relação a esses Conselhos e o que acontece de fato. Agora, é necessária uma mudança no relacionamento estado, empreendedor e comunidade. Nós estamos vendo que essa forma de comunicação não é eficaz, certo? Condicionantes impõem fazer um Programa de Educação Ambiental com a comunidade. A comunidade não é ouvida do que ela quer, já chega uma marmita pronta, é essa aqui, eu vou fazer uma palestra na escola, e o estado aceita. As empresas não são fiscalizadas durante o ano, somente de 10 em 10 anos, analisa-se o RADA para ver se o desempenho foi bom. Nós temos várias falhas no processo e a gente não pode esconder, eu acho que devemos pensar em quem é o dono da concessão, quem pode e quem não pode autorizar o funcionamento de alguma atividade no território, que a sociedade não pode ser ignorada nesses processos. É o que eu gostaria de falar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou. Eu acho que somos, eu acho que a Verônica pode até complementar a minha fala. Quando eu até concordei com a Verônica e também eu acho que o Doutor Orsini pode atestar isso. Quando ela falou em relação ao desrespeito às falas da Verônica, eu acho que está muito mais vinculado ao que foi dito nos itens da pauta, do que o senhor Conselheiro. Muito pelo contrário, nós somos testemunhas do respeito que o senhor tem pela urbanidade, que o senhor trata não só os servidores, como os colegas também, todos os senhores aqui. Então eu creio, pelo menos a minha concordância se referia ao tom mais agressivo que

nós tivemos no item 3 da nossa pauta, e não nesse momento aqui. Muito pelo contrário, reforço mais uma vez, disse aqui em outro dia até em relação ao Tobias, as ONGs, ao senhor e aos demais Conselheiros, a urbanidade com que tem feito esse Conselho, o respeito com que tem sido tratado, mesmo discordando. Discordar não é tornar-se agressivo em relação àquela pessoa, a discordância aqui no Conselho, e a construção é salutar para o bem do meio ambiente. Então creio que essas falas se reportam ao item 3 e não aqui.” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Eu gostaria de agradecer as suas palavras, mas eu gostaria de lembrar que nós estamos discutindo o item da CBA, Companhia Brasileira de Alumínio, e não o item 3.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sim, Conselheiro, com toda razão. Pedi vênha ao senhor para me referir, mas só mesmo para esclarecer até mesmo porque eu ratifiquei a fala, a fala da Conselheira Verônica a mim. Então só para deixar esclarecido. Então voltando ao nosso item de pauta, e aí uma colocação do Tobias. Em relação às audiências públicas a gente abre o prazo de 45 dias para os solicitantes e após a solicitação que é dado 45, você tem uma ampla divulgação. Por óbvio, isso não chega a todos, como nenhum outro meio de comunicação pode chegar a todos, o jornal de uma Rede Globo talvez não chegue a todos. Mas o que nós temos que pautar aqui como eu sempre falo é sobre o princípio da legalidade. A legalidade ela foi cumprida, o próprio Ribas colocou aqui para a gente, explicou aqui em relação à audiência pública, que todos os ritos foram cumpridos, inclusive a participação daqueles que tiveram interesse ou que puderam participar. Então por isso eu mantive o processo na pauta, e acho que creio que inclusive apto para julgamento. Eu vou passar, antes de passar para o Ribas, eu vou passar rapidamente porque eu já vi que levantaram a mão, eu passo para você depois, Ribas. Verônica, Orsini e depois eu retorno ao Tobias. Pois não, Verônica.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Então Yuri, na verdade a minha fala abraçou as duas coisas. A parte do parecer que fala que o Poder Público é coadunado com as empresas, mas por isso que depois de explanar sobre essa parte, teve uma sequência lógica a minha fala. Primeiro eu falei da questão da audiência pública, depois eu falei dessa questão que se falar que o Poder Público se coaduna sem ter em tutela o interesse da sociedade. E aproveitando a oportunidade, falei, eu mencionei os ataques que foram feitos do item 3, independente de estarmos ou não discutindo o item 3, porque o item 3, pelo que eu entendi, se abarcou a vários dos processos pautados, se abarcou a reunião no geral. Então eu tomei sim a liberdade para falar neste momento sobre a forma e o tom como as pessoas do item 3, citando inclusive uma nominalmente, se retrataram, se direcionaram ao Conselho em geral. Então quanto ao tom e a forma do Conselheiro José Ângelo, eu nunca tive problema nenhum, pelo contrário, o conheço de outras Câmaras e sempre o achei muito sensato e muito cortês. Mas eu só aproveitei a oportunidade para falar um pouco sobre o item, a forma como foi colocado. Eu vou pedir daqui para frente, a gente sabe que os outros processos vão votar, inclusive nesse pode ter outras pessoas que poderiam repetir o tom. Então apenas isso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Doutor Orsini, pois não.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu só queria tirar. Falar diretamente para o meu amigo Paganini. Paganini, a minha interpretação foi exclusivamente com relação ao item 3. As suas considerações com relação ao seu relatório são precisas, você colocou de forma muito clara. Então por favor, quando eu falo em agressividade eu também represento a sociedade civil, eu estou aqui representando Sociedade Mineira de Engenheiros. Então nós somos uma sociedade civil e nós pautamos pela qualidade, pautamos pela harmonia, e pautamos pela inovação também. Então Paganini tire da sua cabeça, não foi com relação a você absolutamente, meu caro amigo. Não leva isso em consideração, porque foi exclusivamente com relação a essas participações populares, porque muitas vezes temos pessoas que fazem parte e é um direito de terem a voz aqui nessa Câmara, mas que as vezes usam de agressividades e até falta de educação com relação aos Conselheiros. Então isso que nós não podemos permitir, eu já fui vítima disso, você sabe disso, e é isso que eu me referia. Então eu não quero, e não gostaria mais que ocorresse isso na nossa Câmara, que é muito valorizada perante a sociedade, mas claro a participação popular tem que aparecer. Ela faz parte, a sociedade faz parte da base ambiental, eu falo sempre isso, nós temos o tripé, o tripé de consolidação do meio ambiente ou do ambiente, nem é do meio, do ambiente, a física, a biótica e a social, sem esses 3 não funciona, não há estrutura que funciona. Então nós temos que trabalhar com esse tripé sim, de forma efetiva e de forma brilhante, cordada, aceitando, como diz o Presidente Yuri, aceitando bem todas as críticas, e saber dialogar de forma adequada, muito obrigado. Paganini, se isso houve algum problema, por favor, me desculpa, está bom?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Doutor Orsini, o direito de se manifestar não se confunde com o direito de se desrespeitar, isso não é um direito, desrespeitar não é um direito. Pois não, Tobias.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Muito resumidamente falando eu acho que toda participação de

comunidade é válida, mas, só um minuto. Bom, a participação da comunidade como eu estava dizendo, não se confunde com a ausência da abertura pelo empreendedor, pelo estado. Eu entendo que traz para a gente aqui uma fragilidade dessa participação, mas ainda pergunto ao Paganini se esse membro, se essa pessoa reclamante, se ela não está inscrita, ou a Presidência, não sei quem confere a lista, se ela está inscrita para poder participar conosco aqui, para trazer esses questionamentos aqui, que eu entendo ser o lugar de participar. E aí Paganini, eu não sei qual que seria o entendimento nosso quanto sociedade civil, se está satisfatória a participação. Eu olhei o seu relatório vi que traz essa fragilidade para a gente, mas me preocupo bastante em não ter as pessoas da comunidade nesse momento reclamando também. Eu queria ouvir esse pessoal, saber se realmente, não sei se eu me expressei bem, mas eu acho que é válido trazer esse pessoal aqui, argumentar a eles, se eles estiverem inscritos aí para eles se manifestarem, e trazer se está satisfatório ou não. O processo em tese, olhando friamente ao processo, eu não vi problemas, mas se a comunidade não foi incluída ou se trouxe qualquer fragilidade, a gente tem que rever isso aí.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Creio até que o Ribas falou sobre essa pessoa, que eu esqueci o nome agora, eu acho que ele teve oportunidade sim. Mas eu vou passar para o Ribas logo após o Paganini. Pois não, Paganini.” Conselheiro José Ângelo Paganini: “A manifestação da sociedade civil, representada pelo Iracambi, eu transcrevi na íntegra no meu parecer, então todos têm conhecimento do que foi dito. Não sei os motivos por que o pessoal não participou, não se inscreveu para participar dessa assembleia. Então eu ficaria muito mais confortável com a participação da comunidade na reunião, não sei quais os motivos para que o pessoal esteja ausente. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Em relação aos inscritos, eu já chamei todos aqui, pelo tempo. Depois eu pergunto se tem algum inscrito que entrou, que queira falar, que se manifestou pela palavra. Não houve. Então todos aqueles que eu li aqui, os nomes, os inscritos, como os senhores presenciaram, foram chamados e não houve ninguém, nenhum que entrou posteriormente e pediu para se manifestar. Pois não, Ribas.” Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMAD: “Obrigado senhor Presidente. Muito obrigado senhores Conselheiros. Primeiro lugar eu queria agradecer a Conselheira Verônica pelas gentis palavras, pela postura sempre muito ética, muito cordata, muito amiga das equipes técnicas, colega de trabalho. A lealdade de estado se faz presente quando ela registra para os senhores que aqui estamos todos no mesmo barco, no mesmo pé, nós hoje somos todos colegas, eu e os senhores somos colegas. E aí quando a Conselheira chama atenção de que além de colegas, é claro, nós somos pessoas, somos responsáveis, nós apostamos os nossos CPFs nos nossos pareceres, nós vimos aqui discutir os nossos pareceres, nós não, diferente do que foi afirmado, nós não coadunamos com nenhuma empresa, pelo contrário, nós brigamos com muitas só que a gente não vem para cá brigar com as empresas, a gente vem para cá para defender o parecer que nós fizemos, e o processo que nós trouxemos, analisado para os senhores. Em relação à participação pública, acho que aí eu respondo mais de uma manifestação. Em relação à participação pública é importante dizer que a comunidade é garantida a participação pública a todo tempo, não existe um momento em que ela tenha obrigatoriamente que se manifestar. A gente recebe e-mail, a gente recebe ofício, a gente recebe manifestação de outras formas. Muita gente de muitas comunidades tem o meu telefone celular pessoal, o meu telefone não é institucional, ele é pessoal e essas comunidades têm e elas reclamam às vezes, elogiam outras. Em relação à audiência pública da CBA a gente recebeu elogios por e-mail, então a participação pública não se resume a um momento, mas existem momentos específicos no processo em que essa participação pública é garantida. Um desses já foi tratada aqui, desculpa José Ângelo, mas tratada equivocadamente em relação ao Programa de Educação Ambiental, não são aceitas palestrinhas na escola, já tem alguns anos em que foi alterada a Deliberação Normativa que trata do Programa de Educação Ambiental, Programa de Educação Ambiental tem uma DN específica dele, a primeira ação que o empreendedor tem que fazer para propor o programa é um diagnóstico socioparticipativo. Ele tem que visitar as comunidades, ele tem que discutir com as comunidades o Programa de Educação Ambiental, quais serão as ações, quais são os anseios da própria sociedade, para levar à sociedade um projeto que represente os anseios em termos ambientais daquela comunidade. Então não é mais palestrinha na escola, mas é verdade que era assim, por isso que a SEMAD mudou, por isso que a SEMAD criou uma DN específica para isso, então é um momento absolutamente participativo, é um diagnóstico socioparticipativo que é feito para tratar da relação em termos de educação ambiental com a própria comunidade. Antes mesmo do processo entrar, quando é feito o EIA, o EIA se faz a partir do diagnóstico, inclusive diagnóstico socioeconômico, nesse sentido, o Orsini trouxe muito bem, nós temos a tripla dimensão da análise ambiental, e não é novidade, meio físico, social e biótico. Então desde a CONAMA nº 0186 orientando os nossos trabalhos, e a gente continua fazendo

trabalhos pensando nesse tripé de relações entre um determinado empreendimento. Lembrar aos senhores que quando a gente fala que a sociedade não participa, sociedade participa de várias formas. Primeiro lembrar que a sociedade são as pessoas naturais e jurídicas que compõem a população, ela não se resume só nas pessoas que estão dentro das suas casas. Os senhores todos representam parcelas da sociedade, cada um representa o seu meio dentro da sociedade. A sociedade se faz representada dentro do nossos Conselhos das maneiras mais diversas, o que os senhores estão fazendo aqui é exatamente isso, um julgamento social de um processo administrativo, ele não é outra coisa que não isso, então a sociedade participa. A sociedade não organizada pode participar tanto da audiência pública, que eu já disse aqui, foram 800 participações virtuais na audiência pública, além das 30 participações presencias. Essas participações geraram 35 registros, desses 35, 27 quiseram falar ao vivo, e 2 desistiram durante a audiência. Foram apresentadas 8 perguntas escritas, 4 foram respondidas na hora, e outras 4 foram tratadas após, e todas estão disponíveis no site da empresa, há uma relação de mão dupla aqui. Falar que as pessoas não sabem que a audiência não vai acontecer, além é claro do que o Yuri já explicou aqui na Presidência, é aprovado um plano de comunicação. Uma audiência pública ela começa muito antes dela começar de fato, as empresas são obrigadas a apresentar um plano de comunicação que nós avaliamos, discutimos, que tem que ser o mais amplo, que tem que ter o maior atendimento possível. Por exemplo, a gente quase sempre tem carro de som nas pequenas comunidades avisando da audiência pública, cartazes, folders, banners, nós mandamos isso para as igrejas de qualquer que seja fé professada, para as igrejas, para os centros de saúdes, para os postos de saúde, além das prefeituras que representam a sociedade, as comunidades locais. Então a divulgação da audiência pública, em todos os processos, é absolutamente ampla. Depois que a audiência se realiza, todos esses dados e essas informações estão disponíveis no processo administrativo. O Conselheiro pediu vistas e ele teve acesso ao processo administrativo, então certamente ele verificou essas considerações todas no relatório. São feitos dois relatórios, é feito uma ata síntese da audiência pública e depois são apresentadas as transcrições. As transcrições, os vídeos e os áudios estão todos registrados dentro do processo, todas as audiências públicas podem ser revisitadas a qualquer momento, por qualquer cidadão, em qualquer lugar, basta solicitar. Quando, e depende, claro, da empresa, quando as empresas não mantêm em seus canais próprios, a própria audiência pública permanentemente disponível. Tem muitas audiências públicas disponíveis no YouTube, é só escrever lá audiência pública que ela vai estar disponível no YouTube. Então é importante que se diga, o estado de Minas Gerais, já há alguns anos, não é de agora, já há alguns anos vem trazendo a maior transparência e a maior penetração social possível nas suas análises, nas suas manifestações, audiência pública como uma dessas manifestações apenas. E por último, esse momento aqui hoje, a decisão, a discussão do processo que tem também a garantia de participação social. Nós tivemos, os senhores mesmo viram, nós tivemos tantos inscritos hoje, que tivemos até confusão, os inscritos sequer conseguiram participar, desistiram de participar porque se inscreveram no item errado, falaram dos itens 5, 6, 7, 8, 9 no item 3 e nenhuma das pessoas foi tolhida de fazer a sua manifestação, apesar de elas estarem inscritas no item errado. Essa Presidência tem sempre garantido a ampla participação social, e o Conselheiro Tobias fez uma pergunta importante. Conselheiro Tobias, o senhor Robin Le Breton já foi inclusive Conselheiro do COPAM, se eu não me engano, da URC Zona da Mata, como representante da Associação Amigos do Iracambi, e ele representa a Associação Amigos do Iracambi, ele não representa a sociedade de Mirai, de Muriaé, de Rosário de Limeira, ele representa um grupo socialmente organizado o que é perfeitamente legítimo. E ele não teve interesse de participar, sabendo, tanto sabia da decisão que mandou um ofício, uma manifestação por escrito que foi trazida pelo José Ângelo na condição de representante da sociedade civil. Então eu acho que nós não estamos tratando, de maneira alguma, de cerceamento de liberdade de manifestação, nem de acesso à informação. Eu acho que o processo da CBA está absolutamente instruído quanto a sua penetração social. Muito obrigado, senhores Conselheiros, desculpa a demora.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço mais uma vez as brilhantes explicações do Ribas. Passo ainda para o Conselho, algum destaque? Não havendo, coloco em votação o item 5.1. Como vota a SEGOV?” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a SEDE?” Conselheira Maria Eugênia de Monteiro de Castro e Silva: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota SEDESE?” Conselheira Joana Moraes Rebelo Horta Lopes: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota CODEMIG?” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota IBAMA?” Conselheiro Pedro Paulo Ribeiro: “Favorável” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota ANM?” Conselheiro Claudinei Oliveira

Cruz: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota SINDIEXTRA?” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota FIEMG?” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota RELICTOS?” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Eu voto contrário.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Justifique brevemente, José Ângelo.” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Pelas considerações do parecer de vistas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Como vota PROMUTUCA?” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Eu vou me abster por considerar que se votar favorável eu posso estar cometendo uma injustiça com a comunidade. Então prefiro me resguardar e me abster da votação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Como vota SME?” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota ABES?” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então processo deferido por 10 votos favoráveis, um voto contrário e uma abstenção. Passo para o próximo item da nossa pauta.”

Item 6. PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO:

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “6.1 Bemil - Beneficiamento de Minérios Ltda. - Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Unidade de Tratamento de Minerais (UTM) com tratamento a seco e Unidade de Tratamento de Minerais (UTM) com tratamento a úmido e disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração - Ouro Preto/MG - PA/Nº 00005/1978/012/2018 - ANM: 000.397/1942 - SEI/Nº 1370.01.0004288/2021-21 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NM. É um retorno de vistas e eu sigo pela nossa pauta, iniciando pelo Tobias. Pois não Tobias, o senhor tem 10 minutos podendo ser prorrogado.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Bom, como todo mundo viu o meu parecer nós tivemos uma análise juntamente com a comunidade diretamente afetada lá, a comunidade me apoiou na elaboração desses relatos de vistas. É importante colocar que a comunidade tem papel fundamental para que a gente possa debater e atingir, como eu posso dizer, na veia as fontes do problema. Nós tivemos um relatório de vistas um pouco extenso, não vou ler ele, como é de costume, todo mundo pôde ler. Com algumas perguntas, e aí eu passo essas perguntas diretamente à equipe que provavelmente vai se manifestar. E gostaria de destacar um ponto que me preocupa bastante são as condicionantes, quando a gente vê um empreendimento que descumpra condicionante, cumpre a condicionante fora do prazo e ainda tem a sua concessão de licença normalmente como se nada tivesse acontecido, de duas uma, ou a gente acaba com a legislação, acaba com a exigência que existe dentro do processo de licenciamento ou a gente faz valer o que está colocado. Vale destacar, que eu não lembro o número do decreto, que ele prevê caso uma condicionante seja descumprida causando impacto ambiental, cabe a perda da licença no momento de renovação. Muitas vezes os empreendedores deixam de fazer o monitoramento corretamente porque ele sabe que esse monitoramento vai ser acusado impacto ambiental. Então frente à quantidade de problemas, quantidade de descumprimentos ou cumprimentos fora de prazo que existem nesse processo, eu falei no meu parecer do arquivamento. Eu acredito que a melhor opção para a gente, até mesmo para servir como exemplo para outras empresas, e uma demonstração clara à sociedade que nós temos seriedade no que a gente faz, e eu falo a gente como Secretaria de Meio Ambiente, por entender que sou parte da Secretaria também como Conselheiro. Para mostrar que nós somos responsáveis, que nós temos seriedade com o que nós estamos fazendo e não aceitamos de forma simplória o descumprimento de condicionante. Muitos empreendedores levam com muita seriedade o cumprimento de condicionante, e aí eu volto a reflexão para o nosso próximo ponto de pauta. Que ele cumpriu as condicionantes e eu não pude falar nada sobre o empreendimento, como a gente coloca esses dois empreendimentos na mesma sacola? Então assim, eu acredito que as vistas de Conselho que nós temos aqui, nós não temos o que se dizer em renovar essa licença conforme nós temos feito de outros empreendimentos que cumprem as condicionantes. E eu me preocupo mais ainda quando eu vejo outros posicionamentos como se tudo tivesse perfeito, como se não tivemos problemas, respeito demais a opinião de outros colegas, mas é um completo absurdo, nós não podemos ser cegos ao empreendimento que causa o problema que causa. Presidente, frente ao que nós estamos vendo, eu gostaria que o senhor concedesse a palavra ao Edir, que foi quem me auxiliou na elaboração do relato de vistas, que por parte ele foi responsável por esse relato e responsável pelo dossiê enviado aos senhores no site da SEMAD. Por gentileza, se for possível nesse momento que ele divida comigo o meu tempo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhor Edy Carlos eu não posso chamá-lo nesse momento não. O senhor está inscrito, no momento dos inscritos eu chamo o senhor novamente. Na sequência aqui, Doutor Orsini, pois não, o senhor está com a palavra, tem 10 minutos podendo ser prorrogado.”

Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Da mesma forma que o anterior como nós fizemos um pedido de vistas conjunto, eu vou pedir Denise que faça leitura e depois nós podemos, tanto eu como o Thiago fazermos as observações necessárias.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Denise, pois não, pelo SINDIEXTRA, a senhora tem 10 minutos podendo ser prorrogado.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu não tenho muito o que acrescentar não, Yuri. A nossa análise foi feita, nós entendemos que a análise do caso, do órgão ambiental, foi muito bem feita, muito minuciosa, muito apurada. Não temos muito mais o que acrescentar. Então nós somos pelo deferimento da licença ambiental nos termos do parecer do órgão ambiental ao empreendimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Aqui na sequência, Paganini. Pois não, o senhor tem 10 minutos.” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Obrigado. O parecer de vistas foi entregue no tempo regulamentar e todos tiveram acesso ao mesmo. Nesse processo observamos a necessidade de uma análise mais criteriosa sobre o desempenho ambiental da empresa que foi efetuado pela SUPRAM com base no RADA. Esse desempenho diverge das informações fornecidas pela comunidade do entorno. Nós registramos no item 3 do parecer de vistas contribuição da sociedade civil. Estas informações podem ser comprovadas pelas fotos e vídeos. Então eu vou fazer um resumo do que foi tratado, mas antes eu peço à coordenação que coloque o vídeo que está anexo ao meu parecer. [Vídeo sobre o Item 6 da pauta].” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Bom, dando continuidade nós destacamos alguns pontos que eu vou passar a citar. O ponto 1 seria a contaminação da água do Córrego Cacheta por desmoronamento da pilha de rejeitos situadas em APP e sem regularização ambiental, nós vemos no vídeo. Ponto 2: avanço da lavra com supressão de vegetação nativa nas bordas oeste e sudoeste da cava, não sendo levadas em consideração no parecer único desse processo. 3: ocorrência de ultralançamentos de fragmentos de rocha, proveniente do desmonte primário, provocando danos da comunidade rurais ou funil. 4: monitoramento atmosférico efetuado em local inadequado, não retratando a realidade das emissões emitidas pela empresa. 5: a área de proteção das cavidades não é respeitada, a cavidade que existe não foi estudada sobre o argumento de se localizar em local de difícil acesso. A lavra da mina está avançando e acho que falta muito pouco para a cavidade desaparecer. Segundo a comunidade do entorno o PEIA está desconectada às suas necessidades. E vê, como disse o nosso amigo Tobias também, inúmeras condicionantes não cumpridas ou cumpridas fora do prazo. Diante do exposto, considerando as manifestações da comunidade, da sociedade civil local, transcrita no nosso parecer, solicitamos a retirada de pauta do processo para que as considerações acima sejam levadas em conta e o processo seja devidamente instruído. É o meu parecer.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação Conselheiro. Ainda aqui na sequência dos pareceres de vistas. É a Mariana, mas no caso aqui é o doutor Thiago. Pois não, Mariana.” Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan: “Boa tarde, Presidente. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade e justificar, o Thiago precisou se ausentar e a partir de agora eu terei o prazer de acompanhar a reunião com vocês. Bom, o nosso parecer já foi apresentado, o nosso relato de vistas, nós tivemos todo o cuidado de analisar acompanhando todas as argumentações, principalmente da sociedade que foram feitas na reunião anterior, verificamos o parecer técnico da SEMAD, com cuidado, principalmente no tocante ao desempenho ambiental da empresa e a questão do cumprimento das condicionantes impostas. Então, nós diante disso, e considerando as conclusões técnica da SEMAD nós acompanhamos a conclusão do parecer. Em resumo, é isso, muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Mariana. Doutor Orsini vai querer se manifestar?” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu queria me manifestar em função do retorno da colocação tanto da Denise quanto da Mariana. Dizer o seguinte, eu tive oportunidade, 10 dias antes dessa reunião, de estar na Fundação Gorceix a qual eu faço algumas consultorias com eles, e a Fundação Gorceix, naquela oportunidade e na reunião que tive com eles, eu tive a oportunidade de ouvir da Fundação Gorceix uma questão relacionada com a Bemil. Na qual eles prestam serviços assessoria da Bemil, tanto na parte de beneficiamento de dolomitas e dos processos relacionados com a lavra em si. E eu ouvi da Fundação Gorceix, que é uma fundação de extrema importância dentro do cenário da mineração de Minas Gerais, com representantes da Universidade Federal de Ouro Preto, então eu pude tomar conhecimento de alguns aspectos relacionados com a Bemil. Digo que fiquei surpreendido até com essa colocação que o nosso colega Paganini apresenta dessa situação meio caótica de taludes que foram desmoronados, não sei se isso foi feito nessa época das grandes chuvas que nós tivemos aqui, que não foi somente na Bemil que teve problemas, nós tivemos problemas em praticamente todas as minerações a céu aberto do quadrilátero ferrífero. Nós tivemos, e inclusive isso eu salientei naquela reunião passada nossa, na qual nós fizemos aquele comentário a respeito da degradação produzida pelas torrenciais chuvas que

ocorreram aqui em Minas Gerais. Quer dizer, os grandes eventos, intensos eventos pluviométricos que ocorreram na primeira semana do ano de 2022, que resultaram em inúmeros acidentes, tanto de inundações como de movimentos de massas na região central e principalmente no quadrilátero ferrífero. Pode ser que aquele filme que foi apresentado aqui seja dessa época, nós temos coisas até muitos piores do que foi apresentado aqui, que envolveram até determinadas comunidades, seja na região de Itabirito, por exemplo, Itabirito ficou isolado durante praticamente uma semana. E outros que nós tivemos aqui em Ouro Preto, tivemos em Mariana, tivemos problemas aqui em Brumadinho, acompanhei em Brumadinho uma série de ocorrências sobre isso tudo. Então essa questão desses movimentos de massa que ocorreram, eles foram causados pelo excesso do índice pluviométrico naquela ocasião, da primeira semana, os 10 primeiros dias do mês do ano de 2022. Mas por outro lado ouvi também um comentário da Bemil com relação à questão social. Quer dizer, a região que está vizinha, que é formado pelas comunidades vizinhas da Bemil, é cerca de praticamente 45% dos funcionários, dos colaboradores da Bemil pertencem a essas duas comunidades. A Bemil nasceu há mais de 60 anos atrás e hoje ela está reivindicando somente uma licença operacional, uma revisão da licença operacional. Então esse trabalho junto à comunidade, eu acho que a própria empresa hoje já convive com isso e convive com esse relacionamento. Então não vejo problema e no nosso relatório nós fomos muito sensatos, como disse a Mariana, fomos muito sensatos em colocar coisa de uma forma clara e não vimos problemas sérios com relação à questão do relacionamento com a comunidade do entorno. De modo que são essas as minhas considerações, referendando o nosso pedido de deferimento. Obrigado, Presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Doutor Orsini. Assim a gente finaliza com as solicitações de vistas, já adianto em relação ao pedido de baixa em diligência, retirada do processo de pauta, foi um processo analisado pela Supram Norte, como disse anteriormente eu sempre aqui nas nossas reuniões, eu escuto a equipe antes de retirar um processo de pauta, ou baixá-lo em diligência, porque a equipe que tem as condições necessárias para subsidiar a minha decisão. Como o processo foi analisado pelo Norte, nós já discutimos esse processo e a equipe tem plenas condições de sanar todas as dúvidas, inclusive os pontos aí no parecer, assim eu vou manter o processo em pauta. Retorno ao Conselho, algum Conselheiro quer fazer o uso da palavra antes de passar para os inscritos? Pois não, Paganini.” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Só reforçar, doutor Orsini, que essas estruturas construídas pela mineração têm que levar em consideração as possíveis precipitações pluviométricas máximas. O que aconteceu não tem justificativa, as empresas estão erradas, construíram pilhas e barragens de forma inadequada e o resultado foi esse. No vídeo que nós passamos pode-se observar claramente que a pilha está dentro da Área de Preservação Permanente, outra inconformidade que não foi levada em consideração.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ainda com o Conselho.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Senhor Presidente, se o senhor me permitir eu gostaria de comentar aqui. É muito estranho ver o setor produtivo, que a gente está aqui como colegas, o setor produtivo desconsiderar inconformidades, isso eu acho errado. Isso eu preciso manifestar que nas participações, por mais que os Conselheiros representem setores, me decepciona muito ser desconsiderado o que aconteceu de fato, ser desconsiderado que existem inconformidades no processo, que existem problemas no processo. E com isso eles colocam todo mundo na mesma sacola, eu acho que esse ponto está errado. Então me decepciona demais, mas assim, quem sou eu? Eu não sou ninguém, mas me estranha ver que as outras pessoas não veem situações escandalosas que estão erradas, inconformidades dentro do cumprimento de condicionantes, isso eu acho errado. Evidências claras, ação civil pública, autos de infração, nada é levado em consideração. Aí realmente a atuação aqui é meramente política, não existe atuação técnica aqui. Me desculpa o desabafo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mariana, pois não.” Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan: “Obrigada Presidente, eu queria só deixar claro, talvez não fui muito clara na minha fala. Nós não representamos, na verdade nós representamos setores sim, como o Conselheiro Tobias falou, mas isso não quer dizer que a FIEMG não representa todos os interesses que envolvem um processo de licenciamento. Nossa análise não é parcial e nós não temos sequer a intenção de que isso aconteça, a não ser que seja cometido algum equívoco que nós não temos consciência. Eu digo isso porque a FIEMG, a federação, ela defende sempre a sustentabilidade ambiental dos processos de desenvolvimento. Assim como já foi colocado em vários momentos pelo próprio Presidente da Federação, Flávio Roscoe. Nós verificamos a sustentabilidade ambiental no seu tripé, no globo que ela representa, a gente não defende só uma dessas fatias, da sustentabilidade, nós nos preocupamos muito em particular nesse processo que está pautado agora em debate, em verificar os anseios da sociedade, ouvimos e vamos continuar ouvindo sempre para ponderar as decisões da federação. Preocupamos também com o desenvolvimento, temos

todo um cuidado com as questões ambientais e estamos pautados também o que nos é apresentado em termos técnicos pela própria secretaria, no caso da SUPRAM, que sempre fez um excelente trabalho e nos traz aí todo o arcabouço de análise técnica, especialmente quanto ao cumprimento de condicionantes e ao desempenho ambiental da empresa. Então eu gostaria de deixar claro, Presidente, para que os Conselheiros por gentileza que a gente possa dar as mãos e não se frustrem, a nossa análise é uma análise completa, nós temos esse compromisso ambiental principalmente e com a sociedade. Nós estamos repousando e repousaremos os nossos votos com base principalmente em todos esses anseios, essas solicitações e análises técnicas que foram apresentadas para o caso. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigada Mariana. Ainda com o Conselho. Claudinei ou Doutor Orsini? Doutor Orsini. Pois não, Doutor Orsini.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu só queria mais uma vez colocar a nossa posição, que é uma posição sempre de harmonia. Eu conheço a Bemil há alguns anos também porque ali é passagem nossa quando nós convivemos com a nossa querida Ouro Preto, Cachoeira do Campo. E esse pessoal trabalha já há alguns anos, são 60 anos que eles estão trabalhando. Então eu fico preocupado Tobias, pelo seguinte, é porque muitas vezes o que nós estamos sentindo, eu vou dizer para vocês que esse mês de janeiro para nós foi o mês da infelicidade da topografia geológica mineira. Estou falando assim de forma porque eu estou sentindo na pele o que aconteceu aqui. Eu estive ontem, por exemplo, em uma mineração acompanhando o pessoal do Ministério Público, na região de Brumadinho, e digo para vocês, alguns casos são caóticos, os sistemas de drenagem foram simplesmente falidos. O nível que nós tivemos, que eu comentei isso naquela última reunião que nós falamos a respeito desses problemas, os sistemas de drenagens calculados com recorrência de 200 até 500 anos não foram suficientes para aguentar nada. Então nós tivemos verdadeiros colapsos e eu tenho conversado muito com hidrologistas, pessoal do melhor gabarito e tenho visto que realmente que aconteceu foram questões que se passaram, muitas vezes esses sistemas não conseguem segurar a ocorrência dessas torrenciais chuvas que passaram aí. Então eu só queria colocar isso Tobias, mais para você, porque eu acho que nós temos sempre uma coerência de intenções, coerência de pensamento e eu vejo que a gente está aqui para ajudar, a gente está aqui para ajudar a solucionar o problema, aquilo que eu falei no início, eu quero ver a mineração do futuro, eu quero ver o futuro da mineração, a mineração do futuro. Então eu vejo no caso da Bemil esse trabalho, que eles têm responsabilidade, são recorrências que devem ser corrigidas, claro, e para isso foi feito o relatório ambiental muito bem colocado que nós, nesse caso, concordamos com ele. Então é isso aí, não queria falar mais não porque não tem mais o que falar. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Doutor Orsini. Claudinei, pois não.” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Boa tarde a todos. Só deixar claro que com relação aos fatos trazidos pelo Doutor Paganini, eu verifiquei no nosso sistema, com relação à pilha ultralancamento, não existe nenhuma denúncia ou nenhum registro aqui, mas independente disso eu já acionei o setor responsável, a gente vai fazer as verificações devidas para que se possa verificar o que realmente houve. Pela imagem, para mim pelo menos, não ficou muito claro a situação, não sei onde é que está, a localização. Enfim, isso tudo precisa ser verificado, só para deixar isso claro que nós aqui da ANM vamos tomar, verificar a situação e verificar o ocorrido conforme relatado pelo Doutor Paganini. Só isso, Presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Obrigada, Claudinei. Ainda com o Conselho.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Eu não vou rebater mais o que vai sendo falado, não adianta. Eu continuo decepcionado com essa situação, mas eu quero também agradecer ao representante da ANM por desconsiderar o que foi apontado por mim no meu relatório também.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Ainda com o Conselho.” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Doutor Tobias, com certeza, pode ficar tranquilo que a gente vai levar em consideração sim.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Creio que a equipe, quando a equipe se manifestar inclusive com o auxílio que a análise foi feita também com o pessoal da central, muito dos pontos que foram levantados nos pareceres, naquele dossiê, vão ser clareados para os senhores. Ainda com o Conselho. Sem manifestação, agora eu passo para os inscritos. Eu vou pedir para colocar, porque são vários inscritos, eu vou pedir só para colocar na tela a sequência dos inscritos, nós estamos mais ou menos na hora do almoço, estamos na hora do almoço, alguns já estão inclusive almoçados, não é, Ribas? A sequência, vamos dar um tempinho, só para os senhores verificarem, essa sequência que eu vou chamar, senhores Conselheiros. Então, essa vai ser a sequência, eu já chamo a primeiro inscrita. Senhora Maria Auxiliadora. A senhora tem cinco minutos, pois não.” Inscrita Maria Auxiliadora: “Boa tarde a todos. Eu sou moradora da comunidade de Moraes. A nossa grande preocupação é com que a empresa Bemil vem fazendo aqui na nossa comunidade. A minha família é uma família centenária, há muitos anos existia uma mata com várias nascentes e nos dias de

hoje isso tudo está acabando. A mata do lado da empresa, da Bemil, ela não existe mais, as nascentes secaram, e a nossa preocupação é em relação aos animais, muitos animais estão deixando de existir nesse local. Quando eles dão a detonação, eles não têm nenhuma preocupação com as pessoas que moram aqui no local. E se isso continuar daqui há uns 10 anos, a gente se preocupa por quê? Não é só a comunidade de Moraes, de Bocaina, o pessoal aqui na região, nós somos vários, são milhares de pessoas que dependem da nascente de água. E nós sabemos que sem água não tem nenhum serviço que vai existir na face da Terra. Então nós pedimos aos órgãos responsáveis que eles olhem com muito carinho por nós aqui, porque a situação aqui é muito séria. A empresa ela vem desfrutando dos bens para ela, mas ela não se preocupa com o estrago que ela está fazendo aqui no local e é um estrago que vai prejudicar não é só nós que moramos aqui hoje não, são várias pessoas que estão vindo e que já estão aqui, nós também. O meu pai vai fazer 90 anos. Então quando a empresa chegou aqui as famílias já existiam aqui no lugar e a empresa não tem nenhuma preocupação. Hoje em dia se fala muito do meio ambiente, as detonações que dão ali, eles não se preocupam se tem pessoas idosas, se tem pessoas doentes, se tem crianças recém-nascidas, até mesmo as pessoas saudáveis, eles não se preocupam com a saúde de ninguém. Desmata, não preocupa em momento nenhum replantar o que eles tiraram, eles só estão tirando, acabando com o rio, com todas as nascentes. Então a nossa preocupação aqui é pedir aos órgãos, as pessoas vêm até o local para ver, porque só quem mora, quem está vivenciando isso daqui é que entende, que sabe o que está passando. Então nós pedimos as pessoas para virem até o local para verem o que está acontecendo aqui, porque a situação aqui é muito preocupante. É isso o que eu estou querendo falar, pedindo socorro mesmo que olhem aqui a nossa situação, e não é só de nós na nossa comunidade, são várias pessoas que vão ficar sem água. Essa pandemia está vindo, ensinando um monte de coisa para a gente, dinheiro não é tudo, vamos valorizar a natureza. A natureza é a nossa principal função de vida é a natureza, sem água ninguém vive. Então assim, o meu pedido aqui de socorro, pedindo aos órgãos que venham, que olham aqui para a nossa comunidade com carinho, porque o que está acontecendo aqui não está prejudicando só a comunidade Moraes, muitas pessoas vão ficar sem água futuramente, se isso continuar desse jeito. Então estou aqui mesmo pedindo pedido de socorro mesmo, fiquei muito preocupada com o meio ambiente, o que está acontecendo. Hoje em dia se fala tanto no meio ambiente para isso continuar acontecendo. A empresa sim, ela tem que procurar um meio que ela vai, desfrutar das coisas aqui, mas também que ela vai ter que repor o que ela está tirando, as consequências vêm, todo mundo sabe disso, está vendo o que está acontecendo no mundo inteiro em relação ao meio ambiente e a empresa não toma nenhuma precaução sobre isso. Então assim, muitos animais não existem mais aqui, vários macacos que estava ali embaixo, sumiu tudo, a gente não ouve mais barulho de macaco aqui. Então a gente pede encarecidamente os órgãos responsáveis, por favor olhe porque isso está acontecendo. Porque não é só a comunidade de Moraes, a falta de água que está na nossa região, Ouro Preto, Cachoeira do Campo, Amarantina, Santo Antônio do Leite. Isso aí vai piorar cada vez mais se nada for feito, pensa bem mesmo. Vocês que estão aí, os órgãos responsáveis, pensem bem, não fiquem pensando agora no presente, pensem daqui 10 anos, por aí, 20 anos, olha o que vai acontecer com todo mundo. Quem tem dinheiro vai para fora do Brasil e quem não tem, quem depende daqui? A minha família é uma família centenária. Então assim, ela tem que pensar que tem várias pessoas idosas que moram aqui no local, tem várias crianças alérgicas, pessoas alérgicas. Detonam lá e não quer nem saber, falaram que vai dar três horas, que vai dar três e meia, ela não está nem aí, não está preocupando, não tem nenhuma preocupação com o meio ambiente e nem com as pessoas que moram aqui no local. Então tem que haver uma cobrança mais séria mesmo, porque não é só por aqui, o mundo inteiro está sofrendo com o meio ambiente. Tanta coisa que falam com relação ao meio ambiente. Então a empresa ela tem condições de usufruir, mas pesquisando, vendo outras tecnologias, tem tanta coisa boa que pode ser usada, por que que ela não faz isso? Então assim, pelo amor de Deus, peço mesmo encarecidamente para as pessoas virem aqui no local, ver o que a gente está vivendo aqui, o que a gente está presenciando e ver se fazem alguma coisa, porque se continuar desse jeito que está aqui, a água vai secar, as matas já estão acabando. Então vamos acordar enquanto é tempo, a gente pode fazer alguma coisa, nós estamos lutando e pedindo encarecidamente que as pessoas responsáveis venham até a nossa comunidade e vejam a realidade do que a gente está falando. Eu quero agradecer, muito obrigada.”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço senhora Maria Auxiliadora. Senhora Caroline, está na sala? Senhora Caroline, pois não, a senhora tem 5 minutos. Caroline, Representante do Empreendedor: “Eu sou representante da empresa, gostaria de prestar alguns esclarecimentos sobre o que foi dito até esse momento. Primeiro que o Conselheiro Tobias mencionou sobre a questão de um representante da

comunidade, acredito que ele vá se manifestar em breve. Eu acho que é importante ressaltar que uma pessoa ela não representa a comunidade como um todo. Isso não significa dizer que a Bemil deveria ter unanimidade de alguma coisa, mas eu acho importante ressaltar que a comunidade ela precisa ser a maioria, já que a gente vive em uma país democrático. Sobre a questão do vídeo e do deslizamento que foi mostrado e noticiado, é bom a gente esclarecer que não se trata de uma estrutura como foi comentado pelo Conselheiro Paganini. Ele era um morro, um talude natural e a terra que escorreu foi em decorrência das fortes chuvas, então assim, não é uma estrutura que foi construída de qualquer forma pela empresa, a empresa presa pelos melhores projetos de engenharia na construção e na execução de todas as suas atividades. Então não se trata de uma pilha mal feita, e para isso talude tão logo o incidente ocorreu a gente noticiou o fato, dentro do nosso processo de licenciamento ambiental, tanto é que em fase de elaboração de parecer único a SUPRAM responsável pelo processo, ela cuidou de exigir da Bemil a elaboração e execução de um PRAD para recuperação dessa área. Sobre a questão da pilha que estaria em Área de Preservação Permanente, isso já foi verificado, a gente tem laudo comprovando isso inclusive foi um questionamento da própria Superintendente de Meio Ambiente, e além disso, a gente já sofreu aqui, diferente do que foi relatado pela moradora, a Bemil até em função de várias denúncias, ela é constantemente fiscalizada. Seja pela Polícia Militar de Meio Ambiente, seja pela Superintendência de Meio Ambiente, então poderia dizer que durante o ano de 2021/2022, no mínimo, por 10 vezes a Polícia Militar de Meio Ambiente esteve na sede da Bemil fiscalizando denúncias, ainda no ano de 2021, por dois momentos, no mês 7 e no mês 11, a Superintendência de Meio Ambiente através da SUPRAM Central também esteve na Bemil fiscalizando, inclusive fiscalizando essa questão dessa acusação de que uma pilha de produtos teria atingido essa Área de Preservação Permanente. Então apesar da fala da moradora, a Bemil é sim fiscalizada constantemente. Eu queria ressaltar também que no parecer dos Conselheiros é enfatizado muito a comunidade do Moraes, mas a Bemil está mais próxima e principalmente, a operação dela está bem perto da comunidade da Bocaina que também deve ser ouvida e considera. Então, são essas as minhas considerações sobre o que foi falado até o momento, mas estou à disposição para demais esclarecimentos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da senhora Caroline. Senhora Denisete de Fátima dos Santos Silva? Está na sala? Está na sala, sem áudio, eu chamo posteriormente. A senhora tem que ativar o áudio, viu senhora Denisete? Suziane Leone? Senhora Suziane? A senhora Suziane também está na sala, mas também não ativou o áudio, favor ativar o áudio. Senhora Roseane Aparecida? Está na sala. Senhora Roseane, consegue se manifestar? Estamos escutando a senhora, pois não, a senhora tem 5 minutos.” Roseane Aparecida, Representante do Empreendedor: “Eu trabalho na Bemil há 9 anos. A Bemil é uma empresa muito séria que sempre busca as melhores formas de cuidar da comunidade. Nós estamos sempre presente nos projetos pessoais e eu pessoalmente sou a pessoa responsável por estreitar um relacionamento com a comunidade. Hoje a empresa possui em seu quadro cerca de 41 funcionários que são moradores da região. Quando nós divulgamos inclusive as vagas para contratação, preferencialmente elas são para a Bocaina e só caso a gente não tenha sucesso, que nós buscamos os outros distritos. Eu acompanho a evolução da Bemil desde 1993, funcionária pela primeira vez, e ao passar dos anos eu tive o prazer de voltar para o grupo. A empresa ela existe há mais de 55 anos e ela garante ao longo de todos esses, os serviços de qualidade e acima de tudo o comprometimento com a sociedade, comunidade e meio ambiente como um todo. Justamente em respeito ao meio ambiente, a empresa ao longo de todos os anos de funcionamento, ela tem expressão de vias, pilhas, cargas, além de promover a destinação correta de resíduos em geral. A capacitação de água, inclusive de chuva, ela é realizada para reaproveitamento interno e o tratamento de efluentes é feito com empresas certificadas. Diante do exposto e muitos anos vivenciando as atividades da empresa, eu represento aqui hoje todos os funcionários da empresa, eu solicito aos Conselheiros a deliberação da aprovação do parecer emitido pela SUPRAM. Muito obrigada, boa tarde a todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da senhora Roseane. Eu solicito aos inscritos que mantenham o áudio fechado enquanto há uma fala, porque se não fica dando interferência e acaba prejudicando inclusive a gravação posterior. Senhora Suziane, a senhora tem condições de se manifestar nesse momento? Está com o áudio fechado, abra o áudio, senhora Suziane. Senhora Suziane, você consegue abrir o dela? Eu retorno à senhora Suziane daqui a pouco. Senhora Débora da Costa? Pois não senhora Débora, pois não a senhora tem 5 minutos.” Inscrita Débora Queiroz: “Tenho condições de fazer o uso da fala sim. Preciso ativar o vídeo ou só o áudio?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A senhora que decide. Quando o seu link é bom, mas se não for muito bom é melhor a senhora deixar desligado, porque a gente te ouve melhor, mas se tiver um link

bom a senhora abre áudio e vídeo” Inscrita Débora Queiroz: “Está ok. Eu vou deixar só o áudio, se tiver algum problema eu posso ligar se necessário, porque eu estou usando o celular. Então queria cumprimentá-los, eu sou arquiteta e urbanista, sou Conselheira Estadual de Patrimônio, atuo no Instituto dos Arquitetos do Brasil, sou moradora da cidade de Ouro Preto, e dialogo, participo dos debates relacionados aos problemas inúmeros que a comunidade de Bocaina, Amarantina, Moraes, convivem aí em relação da empresa Bemil. Eu queria informá-los que nos últimos anos esse assunto foi bastante discutido no Conselho de Patrimônio Municipal e foram colocadas algumas propostas relacionadas à atuação da Bemil, bem como a construção de um trevo para de alguma forma minimizar o trânsito de caminhões na cidade, nos distritos, o que até o momento não ocorreu, e um conjunto de ações para diminuir em especial a questão dos particulados na comunidade. Infelizmente esse é um problema recorrente, a gente sabe que é uma empresa que contribui para o aumento de graves problemas respiratórios da população, nas localidades em que atuam. Nos últimos anos a gente teve aí 23 nascentes secando na localidade, então algumas audiências foram realizadas nos últimos meses. E a gente vem aqui na reunião pedir aos nobres Conselheiros que venham conhecer a nossa comunidade, que venham dialogar com os Conselhos Municipais, tragam os Conselhos tanto de Patrimônio quanto de Meio Ambiente para serem ouvidos nesse espaço, e apenas após conhecer os problemas, que liberem. Eu acho que (áudio ruim) na cidade de Ouro Preto (áudio ruim).” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhora Débora, ela caiu? Nós não estamos escutando a senhora não, paralisa o tempo, por favor. Senhora Débora? Teve uma parte que nós...” Inscrita Débora Queiroz: “Oi. Vocês chegaram a ouvir até que parte?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A senhora parece que ia começar a fazer uma solicitação, um pedido e ficou ruim.” Inscrita Débora Queiroz: “Eu solicito aos senhores Conselheiros que se abduquem de deliberar, pelo menos nessa reunião e que procurem conhecer quais são os condicionantes, as medidas mitigatórias que foram solicitadas aos Conselhos Municipais, em especial essa relacionada à questão do trevo, e as questões dos particulados, os problemas de saúde que a comunidade vivem, e em especial a questão da (trecho incompreensível) sem licença em morro, supressão de árvores nativas, uma série de problemas ambientais que foram muito debatidos nos últimos anos, em especial a partir de 2019, quando é intensificado esse debate nos Conselhos Municipais. Então a minha contribuição é essa, me coloco à disposição para enviar as Atas das reuniões dos Conselhos Municipais que foram debatidas essa pauta. Agradeço a oportunidade desde já.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação da senhora Débora. Próximo inscrito, senhor Edy Carlos?” Inscrito Edy Carlos: “Inscrito Edy Carlos: “Ótimo. Boa tarde pessoal, todos me ouvem?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Boa tarde, senhor Edy Carlos, a gente está escutando o senhor. O senhor tem 5 minutos.” Inscrito Edy Carlos: “Eu gostaria de pedir um minuto e mais 5.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “1 minuto concedido pela Presidência. 5 minutos eu tenho que colocar em votação pelo Conselho. Sim pela Verônica. Sim pelo Tobias. Sim pela Maria Eugênia. Sim pelo Paganini. Ok, então 11 minutos para o senhor Edy Carlos.” Inscrito Edy Carlos: “Eu fico muito assustado com o senhor Carlos Orsini. Ele respondeu e-mail antes de qualquer decisão, respondeu e-mail que a comunidade pediu uma reunião com o Conselho, respondeu que ele estava atendo a colaborar com a empresa Bemil. A gente fica colocando culpa em tudo, coloca culpa no Covid, coloca culpa nas grandes chuvas. Mas Orsini, um pouco assustado com você como engenheiro e diz que conhece bem o empreendimento Bemil, desde 1940, Bemil é um empreendimento ainda que continua com as metodologias ambientais arcaicas colocada em 1940. Esse material proveniente, esse deslizamento, que eu fiz a filmagem ele foi proveniente de um crime ambiental. A empresa estava operando fora da ADA, no topo de um morro, como todos os Conselheiros sabem muito bem. Nessa operação foi carreando material, eu tenho fotos para comprovar isso tudo, foi carreando, e esse acúmulo de material, e eu falei lá na vistoria lá atrás, que esse acúmulo estava coberto por um capim colonial, mais conhecido para mim como um capim elefante, capim altamente agressivo, a única coisa que ele serve é para minimizar o impacto de visão aérea, ele fica verde, fica bonito e ninguém consegue entender o impacto. Então, esse material que foi acumulado lá ele foi um material proveniente de um crime ambiental, viu Carlos Orsini, você se informe primeiro do que você estiver falando, não é talude, não é nada. A empresa não poderia estar operando no topo do morro, naquela região, está bem pontuado no auto de fiscalização. Então talvez você não leu o auto de fiscalização e entendeu bem o procedimento e qual foi a denúncia. O Paganini falou em uma pilha, mas não é essa região da pilha, ali é questão de acúmulo de material que se torna uma pilha. Outro fato relevante que me assusta aqui Tobias, muito bem falado por você, é a fala do Claudinei que tem os conhecimentos da situação da Bemil. Há pouco tempo agora a Bemil passou por um

processo de servidão, eu me reuni com a ANM, a presente o diretor da ANM hoje, o Guilherme, o senhor Jânio, o senhor Leandro. Onde foi discutido sim essa reunião gravada, onde foi discutido sim uma pilha sem licenciamento ambiental que a empresa falou que não é pilha, mas para a ANM ela falou que é pilha, essa empresa foi autuada no auto de fiscalização por não ter licenciamento, olha como que a ANM tem a visão ambiental. A ANM esteve na empresa anterior ao auto de fiscalização, ela não sequer viu que a empresa estava operando fora da ADA, fora do limite licenciado, que ela tinha feito supressões, eu falo que é cavidade, mas a empresa fala que é abrigo, de qualquer forma é um crime, todos eles entram no artigo nº 29, que é crime. O que mais me assusta é o desconhecimento das pessoas que estão falando e não vem nem *in loco* conhecer, quando fala que a pilha não está dentro da APP, vocês têm foto comprovando que pilha está dentro da APP, o Superintendente da SUPRAM Central ele tem a foto, e eu chamei várias vezes para que eles venham à comunidade. E as fiscalizações ambientais ocorreram na Bemil sim, e nisso foram gerados alguns autos de infrações. Basta os senhores Conselheiros irem ao Ministério Público e ver tudo o que a comunidade leva, diferentemente como a representante da empresa fala que não é só Moraes, é Moraes e Bocaina. Quando você chega no Ministério Público, você vai ver milhões de denúncias, abaixo assinado com mais de 300 pessoas, mais de 300 pessoas dizendo não ao empreendimento pela gravidade da situação. Nesse parecer, eu não sei se é um parecer ou se é uma defesa, infelizmente, gente, a verdade vai ser dita, eu estou aqui dando o meu nome. Peço a todos que tiver dúvida, que vem *in loco*, vem discutir tecnicamente que eu posso falar eu sou da área ambiental. Um desconhecimento total dos Conselheiros, como é que a gente vai discutir uma coisa que o Conselheiro não sabe nem o que ele está falando, ele vai falar que é as grandes chuvas, que o momento é esse, mas não é, é um material proveniente de crime. Então minha fala sobre o início da fala deles é essa, e eu vou continuar falando o que eu acho do parecer. Infelizmente gente, a empresa ela não cumpre nem as condicionantes como mesmo disse no próprio, “Cumpriu, não cumpriu”, algumas foram meio, meio para lá, meio para cá. Não existe isso gente, um empreendimento comprometido ele não é algo de auto de fiscalização como teve, crimes graves gente, não estamos falando de uma empresa que instalou uma pilha gigantesca dentro da APP sem nenhum licenciamento. Olha gente, a gravidade do empreendimento, aqueles que defendem a empresa. Eu também não vi questionamento plausível. “Eu li o relatório, mas está tudo dentro do pedido”, coloque a suas pontuações do que está dentro do pedido. Lá foi discutida a questão do desmonte, bem parcial, eu vou ler para vocês aqui, rapidamente. Vou voltar aqui o meu raciocínio porque senão eu perco, fiz uma lógico de raciocínio. Exemplo disso é a condicionante 9, a condicionante 9 diz o seguinte: “Que o empreendedor deve priorizar a obra de Bocaina e Moraes”. Segundo o empreendedor ela está cumprida, realmente eu vejo trabalhadores de Moraes, trabalhadores de Bocaina. Só que nessa condicionante ninguém atentou para isso, essa condicionante ela foi suprimida, e esses funcionários que estão lá, eles estão a revel? Porque a empresa está cumprindo porque é uma condicionante, durante toda a sua licença, e agora? Eu não entendo por que esse processo está sendo discutido na Norte, porque deveria estar sendo discutido aqui na SUPRAM Central porque como eu mesmo disse, que ela deveria estar presente pela distância aqui, é muito próximo, está no fundo do quintal da SUPRAM Central, mas eu vejo desconhecimento dos senhores da região, porque papel aceita tudo. Eu fiquei assustado na hora que eu vi o PTFRA da recuperação da APP do funil. Vê as fotos gente, vê o relatório, as plantas, seis covinhas, “ah, as plantas morreram”. Gente, que nível nós estamos chegando, pessoal? As questões ambientais não estão sendo levadas a sério? Muito bonito falar bonitinho como os senhores falam aí: “Está dentro dos parâmetros”, mas venham *in loco*. Então o que acontece? Quando eu vejo que uma condicionante dessa não está instalada dentro do processo que nos resguarda o emprego do pessoal do Moraes e de Bocaina me assusta, porque é uma área que todo mundo é ADA, que tem o impacto direto, hoje está fechado, porque é uma obrigação da empresa, porque está bem escrito na condicionante, e agora daqui para a frente? Outra coisa, o documento é fraco, a página 103 fala sobre o desmonte, é a única coisa que o parecer traz de novo é o monitoramento de todos os desmontes, os pontos continuam os mesmos e já foi comprovado que a eficácia do método de detonação da empresa é ineficaz, por isso você vê, já tem 3 auto de ultralancamento. Estou falando a realidade de relatório é quadrimestral, semestral, a realidade da comunidade é todos os dias. Então vamos mudar a metodologia de desmonte, no item 5 da página 103, apresenta só uma avaliação simples do processo de vibração, ruído impulsivo, pois não apresenta o estudo básico para implantação dos pontos de medição das comunidades de Bocaina e Moraes, tem que ser feito um estudo prévio falando aqui que tem que ser os dois pontos, dois pontos não é amostragem, não é amostragem de desmonte gente, não é. Faltou solicitar o plano de fogo para desmonte controlado

com a seguinte premissas de critérios, importantes para uma correta seleção, deveria ter sido solicitado o monitoramento com a empresa certificada na ABNT, NBR, ISO/IEC 17025/2017 e todos os monitoramentos tem que ser filmados, porque a comunidade fala uma coisa, a empresa faz outra e fala outra. Então tem que filmar, tem que mudar a metodologia de desmonte, e é uma vergonha a SUPRAM Norte e a SUPRAM Central falar que a questão do particulado que envolve saúde humana vai ficar para depois em uma avaliação de um plano lá na FEAM que já foi pontuado para a empresa fazer esse plano em 2019, depois de 4 anos a empresa não fez, ainda vai ganhar mais 180 dias para fazer um plano de monitoramento que envolve a saúde humana, se eu começar a falar aqui vai ser uma série de bombardeios e tudo o que a comunidade fala, senhores Conselheiros, SINDIEXTRA já mandou até uma nota muito antes de tudo isso acontecer falando que é a favor do empreendimento. Vem aqui na comunidade, marquem reunião, registrem o que está acontecendo, conversa com uma para uma pessoa e aí vocês vão ver a realidade da comunidade o que nós estamos falando. Então assim, eu não vi argumentos plausíveis para esse documento estar sendo discutido aqui, para mim nós deveríamos estar discutindo o fechamento da empresa. Não é simplesmente revalidar uma empresa que só traz danos ao meio ambiente e sua comunidade no entorno. Gente, o que estou pedindo aqui que refaça o parecer, que faça um parecer convivente com aquilo que nós pontuamos lá. Porque a conta vai chegar de cada um que está naquele parecer, porque nós vamos lutar até o final, nós não estamos falando em fechar o empreendimento, era para estar fechando com as invalidades, mas nós estamos falando aqui de voltar esse parecer atrás e fazer tudo novamente, fazer o que é certo. A comunidade não foi ouvida, não tem fiscal do outro lado da comunidade, porque a pilha está dentro do rio, eu mostro o material caindo lá. No vídeo que foi gravado não pontuaram as questões de recuperação, porque o rio foi todo assoreado de um crime ambiental. Então eu gostaria que isso fosse tudo bem pontuado e claro no parecer. Porque foi um acidente horrível onde o rio tomou uma carga de material que não poderia tomar. Concordo com as grandes chuvas, mas não um material proveniente de crime, de auto de fiscalização e comprovado por vocês. Então é isso que eu tenho para falar, eu acho que o meu tempo está se encerrando, mas estou à disposição para esclarecer a dúvida de todos que estão presente na reunião. Estou assistindo atentamente a reunião e estou assustado de ver um parecer desses sendo discutido aqui, viu Yuri? A verdade é essa. Um abraço pessoal.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação senhor Edy Carlos. Em relação a escutar a comunidade, o senhor próprio Edy Carlos pode confirmar, na reunião passada, eu como Diretor de Controle Processual na SUPRAM Norte não fiz análise jurídica do parecer, mas tem a minha assinatura de acordo. Disponibilizamos a nossa equipe do Norte para esclarecimentos em relação a participar de reuniões com a comunidade, o senhor Edy Carlos mandou um e-mail para mim solicitando uma reunião com a equipe e essa reunião foi realizada, salvo engano, na quarta-feira às 14:00 horas da tarde. Eu não participei porque eu estava deslocando aqui para Belo Horizonte, mas tive feedback da equipe que todas as dúvidas, inclusive aquelas constantes no dossiê, foram sanadas, foram discutidas. Então por isso a manutenção do processo em pauta e no caso, foi somente o Edy Carlos que nos procurou, eu falo em relação à comunidade e todos aqueles que nos procuram, e eu falo isso por todas as superintendências, sempre são atendidas. Eu passo para o próximo inscrito, senhora Gisiane Estela? A senhora consegue se manifestar? Está na sala? A senhora Gisiane não consegue se manifestar. Sim, estamos ouvindo senhora Gisiane, pois não, a senhora tem 5 minutos, com a palavra.” Inscrita Gisiane Estela: “Boa tarde a todos, eu estou acompanhando a reunião desde o início e eu vou ressaltar um dos comentários que me chamou mais atenção e é aquilo que eu realmente sei falar sobre, em relação à comunidade, que a Bemil não se preocupa com a comunidade. Eu sou professora de arte, eu sou artista plástica, artesã, restauradora e eu faço um projeto de arte, participo de um projeto social com a Bemil que não fui eu que procurei. A Bemil me procurou e a gente estudou o assunto, as possibilidades, a carência da comunidade e eu exerço essa oficina, oficinas de arte com materiais reciclados para a comunidade da Bemil, Moraes, Funil, Arrozal, dentro dessa oficinas eu trabalho uma segunda profissão, uma profissão paralela para aquelas que já tem profissão, para as donas de casa, porque elas geram um lucro para elas esse artesanato, a gente ensina elas a utilizar o material reciclado e com isso fazer uma verba para elas, um complemento para a família. E todo o material é cedido pela Bemil, toda assistência, tudo o que eu preciso, tudo o que elas, que a comunidade precisa, é cedido pela Bemil. Então assim, eu abracei essa causa porque eu achei muito interessante, muito rica, porque eu acho que há carência da comunidade por tudo o que a gente está passando. Então a empresa tem lá os seus problemas, tem algumas divergências com algumas opiniões da comunidade, mas hoje eu estou aqui para falar de projeto social, da atenção que a Bemil dá para essas pessoas e eu falo até quando eu

vou lá na Bemil, nas reuniões e tudo, eu falo com o pessoal que eu gostaria muito que eles escutassem os agradecimentos, a alegria que elas ficam, a satisfação quando elas terminam de fazer o projeto que foi dado, a empolgação quando se trata do reciclado, porque elas têm muito acesso a isso. Então fica muito mais fácil para eles, gera para elas um retorno financeiro, uma ajuda de custos para elas. Então, eu às vezes filmo, eu tenho uma página na internet que fala desse projeto, que é o que eu faço mesmo, é arte, eu sempre filmo elas agradecendo, faço print dos agradecimentos que elas me mandam no WhatsApp, tudo é referente a Bemil, que eu falo mesmo, esse agradecimento não é para mim, esse agradecimento é para a empresa, porque ela está proporcionando para elas, para comunidade, esse benefício. Então assim, elas não faltam as oficinas, sempre tem gente querendo mais, e a gente só vai aumentando as nossas turmas porque a procura é grande e a satisfação é o que me engradece, é o que me faz vestir essa camisa e continuar nesse projeto, porque eu estou vendo o bem que está trazendo a comunidade. Então eu ouvir aqui, igual eu estou ouvindo de algumas pessoas, que a Bemil não se preocupa com a comunidade, eu não posso ficar calada, porque não é isso que eu estou vendo. Fora as outras ações sociais, não só essa, que essa que eu estou fazendo é um projeto social de grande porte, não é um projeto pequeno não, é um projeto grande, e a gente vai só trabalhando para ele crescer. Há pouco tempo ainda a Bemil, ela doa álcool, por causa do Covid em galões de plástico, e a gente está recolhendo isso para a gente refazer, para a gente reutilizar. Então tem essa preocupação de buscar aquilo que a gente está produzindo, então a gente vai resgatar, de madeira, de plástico, de lata é o que as pessoas têm em casa, é papelão, é sucata, então eu acho esse projeto muito bonito. Então eu não poderia me calar e eu queria agradecer muito à Bemil por esse projeto, que continue não só porque eu estou fazendo, mas é porque é muito bonito. Então eu agradeço, agradeço a atenção de todos, eu espero que eu tenha contribuído para imagem da Bemil porque esse projeto social e os outros que ela faz, não foi dito aqui em momento algum. Então eu estou aqui para tirar dúvidas de quem quiser, quem quiser me ligar, quem quiser ver o meu Instagram que tem o meu projeto, eu divulgo, eu faço questão de divulgar, eu não precisaria divulgar, mas eu divulgo. Porque eu acho muito bonito isso e eu vou continuar junto com a Bemil nesse projeto, e agradecendo a atenção de todos vocês. É isso que eu tinha para dizer, teria muito mais coisas, mas eu só quero agradecer. Obrigado pela participação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a senhora Gisiane. A próxima inscrita a senhora Jaqueline Rodrigues do Nascimento. Pois não senhora Jaqueline, a senhora tem 5 minutos, com a palavra.” Inscrita Jaqueline Rodrigues do Nascimento: “Diante de uma série de irregularidades, algumas das quais eu vou comentar, solicito o indeferimento ou retirada da pauta do parecer nº 14. Bocaina não se localiza em zona rural, para começar com a mais básica das contradições do documento, se fosse, eu receberia anualmente um carnê do ITR e não do IPTU. Conforme Deliberação Normativa do COPAM nº 217/2017, a Bemil se enquadra na classe 4 do licenciamento ambiental que prevê que a empresa de pequeno porte e de grande potencial poluidor. O parecer nº 14 tem informação contrastante, e a SUPRAM submeteu outro parecer em 2012 dizendo que a Bemil na ocasião era de grande porte. Então está diminuindo? Além de ficar impressão de que os dados são irrelevantes, o que se observa é uma expansão física, irregular da empresa, inclusive sobre área de sítio arqueológico, que a Bemil nega existir e praticar, exercer as atividades. O potencial poluidor é de fato crítico, a minha casa fica perto do Posto de Saúde em Bocaina, ou seja, do lado oposto onde se localiza a empresa e de onde os barulhos produzidos pelas atividades da Bemil são claramente ouvidos. Em 25 de junho do ano passado, durante audiência online da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foram mostradas gravações e fotos que atestam a ausência de controle acústico por parte da Bemil. Naquela mesma audiência a SUPRAM afirmou que faz monitoramento de ruídos e vibração, só que na prática não se observam melhorias nas condições acústicas apresentadas pela empresa no decurso de suas atividades. A poluição, aliás, não é exclusivamente sonora, não sendo incomum, por exemplo, ver os funcionários da empresa varrendo a rodovia diariamente e mais adiante nossas casas receberem poeira proveniente de resíduos das operações da empresa. Tem havido concessão de licenças ambientais sem respeitar os protocolos previstos na legislação? Por que a Bemil procurou moradores no início do mês de junho do ano passado, inclusive foi o mesmo mês da audiência na Assembleia Legislativa, para tratar do diagnóstico e elaboração de projetos socioambientais junto à comunidade Bocaina como pré-requisito para obtenção de renovação de licença ambiental, sendo que a licença da empresa já tinha expirado, mas ela continuava normalmente as operações? Contestamos o que foi falado no parecer nº 14 a respeito do diagnóstico ambiental, socioparticipativo. Houve apenas uma reunião no dia 09 de junho de 2021, conduzida pela senhora Inês Noronha, que é diplomada em arqueologia, então claro que não foi escolhida aleatoriamente. Ao contrário do que se afirma no parecer nº 14 não foi em razão da pandemia

que esse diagnóstico não foi feito, mas sim porque nós moradores dissemos à empresa, representada ali naquele momento pela senhora Inês Noronha, que nós não participaríamos na execução desse projeto enquanto a empresa não se mostrasse em dia com todas as suas obrigações. Nem mesmo essa reunião prosperou, quanto mais o projeto socioambiental, pois nós deixamos cristalino que nós não somos coniventes com os procedimentos inadequados para beneficiar a empresa com a obtenção de renovação de licença ambiental. A reunião foi gravada, autorizada por todos os participantes, pedimos que a empresa nos enviasse a gravação, que até o momento não aconteceu, mas nós fizemos os nossos próprios registros, podendo, portanto, comprovar que a afirmação no parecer nº 14 é uma inverdade. O parecer nº 14 menciona práticas de automonitoramento para a empresa, mas como uma empresa enquadrada na classe 4 do licenciamento ambiental pode realizar o automonitoramento? Nesses casos, os órgãos fiscalizadores e reguladores estão negando a si próprios a sua relevância, estamos falando de um sistema faça você mesmo? Se o automonitoramento por parte da empresa funcionasse, não teria havido restrição hídrica para a comunidade de Bocaina por quase um mês inteiro em janeiro, em decorrência de um cano quebrado que abastece a empresa e a comunidade. Nem mesmo a empresa percebeu e buscou solucionar o problema de imediato mesmo tendo sido avisada. Então, resumindo, por essas contradições e irregularidades, dentre várias outras que eu não vou ter possibilidade de mencionar aqui, em função do tempo curto, é improcedente o parecer nº 14. Eu solicito, portanto, que o COPAM não se atente a questão pelo prisma da longevidade da empresa, como foi mencionado nesta reunião, mas se paute pelas severas irregularidades desveladas e cumpra com o seu papel normativo e regulador, indeferindo o parecer nº 14. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Próximo inscrito? Senhor Sandro Eduardo? Pois não, senhor Sandro o senhor tem 5 minutos. A gente não está escutando o senhor, Sandro. Não estamos escutando. Doutor Orsini, o senhor está com o microfone ligado, fecha por favor, assim como também em relação ao nosso aqui da nossa sala. Senhor Sandro? Senhor Sandro, eu chamo o senhor daqui a pouco, o senhor verifica o seu microfone. Qual o próximo? Senhor Caio César? Senhor Caio César não está na sala. O próximo? Senhor Sérgley? Marca, por favor, Sandro e o Caio César. Pode falar Sérgley, o senhor tem 5 minutos.” Inscrito Sérgley de Matos Neves: “Só antes dos 5 minutos. A Denizete está apontada como duplicada, mas em cima também ela não falou não.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Todos marcados eu vou chamar novamente.” Inscrito Sérgley de Matos Neves: “O licenciamento que está sendo renovado é de 2012. Desde essa época, moradores da Bocaina fazem peregrinação indo ao Ministério, SUPRAM, Assembleia Legislativa e outras, buscando solucionar os problemas de trinca nas casas, poeira, barulho e outros. A primeira vez que a Associação de Moradores de Bocaina procurou o Ministério Público foi em 2015 quando a empresa começou a operar de madrugada e não deixava ninguém dormir. Daí um trabalhador da própria empresa nos procurou e disse que preferiria ver os seus filhos dormindo a ter um emprego próximo a sua casa. Mas essa operação noturna não aparece registrado em lugar nenhum, isso foi denunciado à SUPRAM em 2015 que jamais respondeu. Várias nascentes que eram usadas pelos moradores da Bocaina desapareceram. Uma delas que aparece na carta de Ouro Preto e em imagens de satélite de 2012 foi destruída pela empresa, isso foi denunciado ao Ministério Público, à SUPRAM, à audiência pública da assembleia, foi apontado o exato lugar ao fiscal da SUPRAM que esteve aqui, que fiscalizou a empresa em 2021 e isso não foi mencionada na documentação da SUPRAM que foi consultada. A reincidência de problemas respiratórios na Bocaina é 3 vezes maior do que em Rodrigo Silva, que é um distrito que não sofre impacto daqui e não existiu qualquer preocupação da empresa com a saúde das pessoas. Exceto pela doação de água sanitária e álcool gel na pandemia para tirar fotos para o licenciamento. Segundo o dono da empresa, em resposta ao Ministério Público em 2 de novembro de 2018, a contribuição da empresa com a comunidade é pagar os seus impostos e ela não poderia resolver, doar equipamentos ao Poder Público ou realizar alguma melhoria em imóveis públicos sob a pena de posteriormente ser caracterizado como algum favorecimento ou ilícito. Entretanto, durante esse período de revalidação a empresa tenta fazer o que ela não fez durante todo o seu licenciamento, que é justamente o que dizia não poder fazer. Nessa mesma resposta ao Ministério Público o proprietário disse que 42% dos seus trabalhadores moram na Bocaina, Rodrigo Silva, Moraes e Serra da Cerqueira, demonstrando claramente que não prioriza a mão de obra local que seria a população de Moraes e Bocaina. Rodrigo Silva, por exemplo está há 7 quilômetros da empresa, Serra da Cerqueira a gente tem laudo falando do impacto, está do outro lado da montanha e não sofre o impacto que a gente sofre aqui. Foi o que o Orsini usou aqui, os 45% dos funcionários, os funcionários aqui mesmo da região não chegam a essa margem que foi falado. Nessa proposta que ele diz, nessa resposta ao Ministério Público, ele diz que pretende

enclausurar as fontes de ruído e poeira, mas isso não foi observado até hoje e isso ocorrerá somente por exigência do licenciamento. Daí veio o parecer nº 14, que é o que está em análise, cheio de informações que não condizem com a realidade e de análise sem conhecimento do local analisado, que já é o que foi falado por vários moradores que é vocês virem aqui no local. Os apontamentos sobre a análise foram encaminhados à SUPRAM que parece não ter os levado em consideração. Por exemplo, a empresa cita a doação de uma garrafinha com propaganda da empresa como projeto social, diz que o time dali é identificado como da região de Bocaina e Moraes, só que o time não é de nenhum desses dois lugares, eu não conheço aquelas pessoas que estão ali. A empresa fala que doou uniforme para escolinha de futebol da Bocaina, está no parecer, mas aqui não tem escolinha de futebol, o pessoal está tentando criar uma escolinha agora, e eu perguntei lá e eles não receberam esse uniforme para a escolinha. A empresa fala que durante 3 anos realizou o curso de corte e costura, entretanto, ninguém aprendeu a costurar, a empresa não disponibilizou máquinas para tais cursos. Se vocês pegaram a conversa, o diálogo da Assembleia Legislativa eu comentei isso, e a resposta da Roseane foi que a comunidade não pediu as máquinas, como é que eles estavam ensinando esse curso de costura? A empresa fez um monte de atividades no meio da pandemia, coisa que não fez antes dela, somente para conseguir fotos e assinaturas, daí para elaboração do PEA, como a Jaqueline já falou, ela diz que não fez por causa da pandemia, quando na verdade foi porque os moradores cobraram cumprimento de condicionantes, identificação do sítio arqueológico sobre o qual a empresa está situada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhor Sérgio. Por favor, conclua. O senhor usou os 5 minutos, eu já dei um minuto adicional para o senhor, por favor conclua.” Inscrito Sérgio de Matos Neves: “Está bom, já está no fim. Uma condicionante que dizia respeito aos Parques do Centro Histórico que está há 15 quilômetros da empresa, daí ela tenta ludibriar a SUPRAM colocando imagens do seu entorno. Teria muitos apontamentos a falar, mas como a gente vê, os 5 minutos foram pobres, não dá. Com todo respeito aos funcionários que a SUPRAM merecem, ainda mais no momento em que o país vive, não dá para falar que apenas estou fazendo o meu trabalho. As pessoas que mataram judeus, negros, ciganos e os povos no campo de concentração diziam isso. Todos temos escolhas até agora parece que a SUPRAM está escolhendo não observar os apontamentos que acontecem no lugar, melhor inclusive do que a própria empresa. Pelo que deu a entender o empreendimento não tem condicionantes.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Por favor Sérgio, conclua.” Inscrito Sérgio de Matos Neves: “Tudo bem, minha fala está concluída. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Agradeço. Senhora Mônica Aparecida. Pois não, senhora Mônica, a senhora tem 5 minutos.” Inscrita Mônica Aparecida: “Sou moradora da comunidade da Bocaina. Vim falar um pouco da empresa Bemil, temos a Bemil como a empresa de oportunidade, porque na Bocaina tem muitas famílias, acredito que várias pessoas de famílias, já trabalhou ou trabalha na empresa. Então é uma empresa que oferece emprego, oportunidade, não só para Bocaina, mas como também cidades vizinhas. Com que os funcionários possam crescer, a Bemil ela faz várias doações sim. Inclusive, tem um time de futebol, o BFC, onde a Bemil doou chuteiras, bolas e camisas sim, para o nosso time. Para que possamos dar andamento ao trabalho. Também a Bemil ela trouxe para a comunidade oficinas de manicure, onde as alunas recebiam certificado, temos a oficina de pintura, da qual eu faço parte, a cada dia uma coisa nova, ótima qualidade, professora profissional, essas oficinas têm várias mulheres, donas de casa que em busca de profissões. Só tem que agradecer a Bemil por ser essa empresa que ajuda a comunidade a crescer cada dia mais. Deixo aí a minha palavra. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Próximo? Senhora Maria de Fátima. Só te alertando, a senhora Maria, a senhora tem 5 minutos, pois não. Desliga ou abaixa o som do YouTube, senhora Maria de Fátima, eu vou devolver o tempo para a senhora. Está com o microfone fechado. Abra o microfone e diminua o som do YouTube, por favor. Agora nós vamos escutá-la, pois não.” Inscrita Maria de Fátima: “Boa tarde a todos. Eu também vou falar um pouco dos benefícios que a empresa Bemil traz para a nossa comunidade. 48 anos hoje, sou testemunha de muitos benefícios, como oficinas, a construção da nossa igreja que a Bemil se impôs muito em nos ajudar. E eu gostaria de falar um pouquinho sobre o que foi falado sobre aula de costura. Que realmente a aula de costura houve sim, mas teve muitos... Sobre aula de costuras que falaram que não houve. A aula de costura houve sim, teve muitos inscritos, só que entre mais de 20 inscritos sobrou 5 pessoas, onde minha mãe é uma delas, e pessoas que se inscreviam para poder encher folha e chegava na hora da aula e não iam. Às vezes colocava alguma coisa de reciclagem, elas queriam coisas maiores. Então a minha opinião é assim, a Bemil é muito importante para a nossa comunidade sim e eu acredito que sem ela muitos moradores estariam sem emprego. Eu agradeço muito sobre as oficinas que estou participando também,

amo, cada coisa linda, a nossa professora Gi, que tem muito carinho por nós, igual ela já falou antes aí, não foi ela que procurou, foi a Bemil que procurou ela para estar fazendo para gente essas coisas maravilhosas. Então eu só tenho a agradecer, a mim e a minha família a Bemil não atrapalha não, eu acho que ela acrescenta muito na nossa comunidade. Obrigado a todos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Senhora Carla Alves? Senhora Carla Alves não está na sala. Senhora Gabriela Carolina? Também não está na sala. Senhora Ana Paula de Silva? Também não está na sala. Senhor Felipe Magé Toledo? O senhor Felipe está na sala, tem condições de se manifestar, senhor Felipe? Estamos ouvindo o senhor, o senhor tem 5 minutos, com a palavra.” Inscrito Felipe Magé Toledo: “Eu vou pedir solicitação que se caso eu passe dos 5 minutos, eu acho que não vou passar não, mas se caso eu passar que me dê mais um tempo. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Diminui o som do YouTube, senhor Felipe ou desliga o YouTube. Em votação tempo adicional. Sim pela Verônica. Sim pelo Tobias. Os demais Conselheiros. Paganini, sim. Maria Eugênia. 5 minutos adicionais ao senhor Felipe, mais 1 minuto pela Presidência, coloca 11 minutos, por favor. Com a palavra, senhor Felipe.” Inscrito Felipe Magé Toledo: “Boa tarde. Eu vou tentar falar o mais breve possível, mas para não ter interrupção, se caso eu não conseguir, por isso que eu pedi mais 5 minutos. Eu vim aqui primeiramente, eu quero parabenizar as pessoas que falaram, que eu ouvi o Edy Carlos, ouvi o Sércley, e a Jaqueline. E eu quero me impor aqui como uma vítima, um atingido desses empreendimento e deixar claro para todos aqui que essa empresa, a empresa Bemil, o mesmo proprietário dessa empresa é o proprietário das Pedreiras Irmãos Machado. E eu como morador da região há mais de 41 anos, olhando o lado das pessoas e vendo o que acontece ao longo da minha vida inteira eu presenciei pessoas sofrendo devido aos desmandos dessa empresa, e que é do mesmo proprietário. Eu quero comentar aqui também que é importante a gente falar que nossa região é uma região de pessoas simples, semianalfabetas, que sempre viveu de agricultura e que é muito difícil, quero que vocês ponham a mão na consciência e pensem, é muito difícil a gente competir com essa empresa no que diz respeito a conhecimentos técnicos, principalmente força econômica. Porque a gente sabe nessa dificuldade que todos vivem, tem hora que a gente precisa de um pão, de levar comida para dentro de casa e talvez a gente submeta a ver nossa cidade sendo destruída, nossas nascentes sendo secadas, mas a gente fica calado para tentar sustentar os nossos filhos. Porque essas empresas elas usam muito bem a capacidade financeira, de emprego, para causar discórdia em família, para a gente falar o que ela quer ouvir. E quando alguém se põe contra esses desmandos, infelizmente essa pessoa é massacrada de todas as formas, de todos os modos. E como morador, como já disse há mais de 42 anos aqui em Amarantina, 42 anos que vou fazer, eu posso afirmar que tem pessoas que ficaram doente, com tanto descaso dessa empresa, dessas empresas, e o mesmo que acontece na Bemil, já aconteceu aqui em Amarantina. Eu vou pôr aqui, gente, que no dia 08 de maio de 2020 essa empresa usou do mesmo *modus operandi* que está acontecendo agora, e eu vi pessoas depois de uma reunião dessa, depois dos votos de vocês, Conselheiros, eu vi pessoas desfalecendo em lágrimas, porque vocês deram licença ambiental para a Pedreira Irmão Machado, sem nunca ninguém nem saber o que estava acontecendo. E eu repito a data, em 08 de maio de 2020. Esse dia, se vocês recordam, era em plena pandemia que estava começando, a comunidade que hoje tem uma dificuldade imensa de acesso, e de mexer com essa ferramenta da internet, principalmente nesse Zoom, no Google Meet, essas coisas, que tem uma dificuldade imensa, imagina naquela época, ninguém. A única coisa que conseguiram foram fazer um abaixo assinado porque ficou sabendo um dia antes, e mandar para um advogado para tentar entrar e tentar falar, porque ninguém sabia como acessar isso aí. O advogado entrou, tentou falar, mas ele não conhecia muito da situação, e desse dia, vocês podem pôr isso na sua conta, quem votou. Por não ter vindo aqui, por não conhecer a situação hoje tem pessoas doentes, tem pessoas que não sabem o que fazer da vida, tem pessoas que faleceram de desgosto de ver tanto poeira, tanta carreta tirando o sono das pessoas aqui de Adamantina e hoje há um alento no meu coração em ver pessoas se manifestando contra a Bemil porque um manifesto contra a Bemil é um reflexo do manifesto contra a Pedreira Irmão Machado, que é o mesmo dono, que ao meu modo de ver, como foi dito anteriormente, parou no tempo do coronel que acha que a sua capacidade financeira de impor as suas vontades, os seus caprichos é maior do que uma vida, do que dignidade das pessoas aqui. Falam em Programa de Educação Ambiental, que é o PEA, algum representante de vocês falou que o PEA não é uma reuniãozinha de escola. Procure saber o que aconteceu no programa ambiental de Amarantina, repito, que é o mesmo processo, o mesmo *modus operandi* da Bemil, e tudo está acontecendo da mesma forma. Aconteceu uma reunião com as pessoas e gente sabe que esse PEA, Programa de Educação Ambiental, tem que ser discutido o máximo possível com os atingidos diretamente com o empreendimento e isso nunca

aconteceu aqui em Amarantina. Como não, a comunidade de Moraes não deixou acontecer lá, e aqui em Amarantina nunca aconteceu, mas pasmem, em uma reunião que a empresa fez a comunidade deixou bem claro que essa reunião não poderia ser utilizada para respaldar esse Programa de Educação Ambiental, ela passou uma lista de abaixo assinado e usou esses nomes dessas pessoas que estava lutando para ser ouvida, para que sejam feitas medidas realmente efetivas para dar dignidade, tirar o transtorno, porque tem como ser feito, ele usou essas assinaturas e levou para vocês, da SUPRAM, da SEMAD. Usando os nossos nomes para respaldar isso, e passando por nós, claro que a gente não ficou sabendo de nada, a gente só ficou sabendo depois que eles começaram a fazer esse programa, sabe onde? Onde vocês que falou que não pode ser feito, nas escolas, usando a inocência dos alunos, usando a inocência das crianças para dar materiais recicláveis e depois destruir o meio ambiente e a dignidade das pessoas. Igual esse vídeo que foi mostrado de assoreamento de córrego, do rio, de Bocaina, a gente tem registro de Boletim de Ocorrência, de entupimento do Córrego de Ponte de Pedra, que é um córrego centenário, praticamente centenário, de grande importância para subsistência das pessoas aqui, de agricultores, de pequenos agricultores que tiram o seu pão de cada dia, que planta para comer as suas hortas, e deixando mais de 5 dias para morrer as plantações. E no meu modo de pensar, isso é um modo de pressão que faz para que a gente saia da nossa terra tão amada, e deixar isso tudo para essas pessoas que só visam o lucro. Esse Programa de Educação Ambiental foi feito dessa forma e foi aprovado sem a participação dos diretamente atingidos. Eu sei que a sociedade é composta por várias pessoas, de todas as partes, igual vocês, outras pessoas que moram em cidade grande, mas vocês acham justo pessoas que não conhecem o local não conhecem essas pessoas que são diretamente atingida decidir o futuro, a história, a vida das pessoas, decidir o que vai ser da minha filha, o que vai ser dos meus sobrinhos, dos meus netos, o que vai ser da minha terra, vocês acham isso justo? Sem conhecer?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhor Felipe, conclua, por favor, senhor Felipe.” Inscrito Felipe Magé Toledo: “Eu fiz, elaborei aqui, senhor doutor. Muita coisa para eu poder falar, mas como eu vivo essa situação, eu vejo mulheres de 62 anos sendo tirado direito dela de trabalhar e de sustentar a família dela, eu não consegui. Eu vejo aqui que essas lágrimas não são de fraqueza não, eu quero deixar bem claro que essas lágrimas são de que eu vou lutar até o fim para ter a dignidade desse povo de volta e essas empresas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O som do senhor está cortando, solicito que o senhor conclua a fala” Inscrito Felipe Magé Toledo: “Pedreira Irmão Machado e Bemil está fazendo um crime com as pessoas. Muito obrigado e desculpa.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Senhora Maria José? Só alertando a senhora, a senhora tem 5 minutos. Pois não, com a palavra.” Inscrita Maria José: “Eu sou moradora de Bocaina. Eu nasci e cresci aqui desde o momento em que eu entendi por gente, eu conheço essa empresa. Fala bem dela, agora nesses últimos momentos é que está falando mal dessa empresa, mas já conheci pessoas que não estão aqui mais, que trabalharam, se aposentaram aqui na Bemil. E hoje temos também uma grande maioria que trabalha aqui são pais de famílias, são jovens aprendiz, que desenvolve a profissão aqui, tem a oportunidade de desenvolver a oportunidade de emprego, de crescer e daqui sair, trabalhar lá fora, ter experiência maior. E conhecendo a empresa que ela tem alguns projetos com a comunidade e peço a empresa que ela não se desligue, de ficar só empresa, e sim, empresa comunidade, porque a empresa não vive sem a comunidade e nem a comunidade vive sem a empresa. Porque os serviços são feitos pelos nossos parceiros aqui, então a empresa tem essa colaboração nossa aqui, e eu só tenho a agradecer a empresa aqui e continuar pedindo ela que participe com mais projetos, tanto para crianças como para adultos para ser mais experiente no dia a dia. Muito obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Senhor Eduardo Ferreira? Senhora Eduardo Ferreira não está na sala. Jordelino? Jordelino também não está na sala. Senhor Hernane Mota? Também não está na sala. Coloca a lista, por favor. Eu parei no senhor? Então aqui nós estamos voltando, não é isso? Senhor Hernane foi o último que eu chamei. Senhora Andréia Silva? Não vai se manifestar. Então sobe lá, só para a gente ler aqueles que nós tivemos oportunidade e por algum motivo de áudio não consegui.” Interlocutor não Identificado: “Você não chamou Hernani Silva não, Yuri?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Oi? Acabei de chamar, senhor Hernani Mota de Lima, ele está na sala? Espera só um momento. Eu estou no senhor Hernani. Senhor Hernani Mota de Lima está na sala? Consegue se manifestar? Então vamos lá, na sequência. O Senhor Hernani está com o nome Galaxy A01. É o senhor Hernani?” Inscrito Jordelino Xavier: “Não, é o Jordenilo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Jordelino Xavier? Pois não, pode se manifestar, o senhor tem 5 minutos.” Inscrito Jordelino Xavier: “Uma boa tarde a todos e o meu nome é Jordelino, tenho 60 anos de idade, sou morador de Bocaina, sou ex-funcionário da Bemil, trabalhei na Bemil por 34 anos. Então eu tenho que mais é agradecer a Bemil,

porque eu tirei os sustentos dos meus filhos foi de lá, e hoje apesar, nem só isso, tenho os meus filhos que trabalham lá, tenho os meus irmãos, tenho os meus parentes que a Bemil fornece a (trecho incompreensível) do lugar, do local. Então eu tenho mais é que agradecer, a Bemil não é só uma firma, a Bemil é uma escola, porque entra 20, 30 pessoas tudo como servente, e sai tudo como profissional porque eles dão oportunidade. Então eu estou aqui para agradecer em nome da Bemil que ela cresça e ajude mais, eu quero ver meus netos trabalhando lá, se Deus quiser. Desejo a todos uma boa tarde.”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação, senhor Jordelino. Volta nos inscritos, por favor. Senhor Hernani parece que não está na sala. Vamos lá para cima, vamos chamar as pessoas lá de cima e eu desço na sequência. Senhora Denizete, consegue se manifestar? Pois não.” Inscrita Denizete de Fátima:

“Eu gostaria de falar o seguinte, nós não somos contra a Bemil, nós somos contra a falta do cumprimento das condicionantes, da manipulação de documentos, porque o que eu estou vendo o tempo todo é que o que a empresa passa para a SUPRAM, passa para a Agência Nacional de Mineração, não condiz com o que a gente está vivendo aqui, entendeu? É o assoreamento do Rio Funil, por exemplo, que ele abastece 20 mil pessoas, que é a comunidade Cachoeira do Campo, Santo Antônio do Leite, Maracujá, Amarantina. Então a gente pede é o cumprimento das condicionantes, ninguém quer tirar o emprego de ninguém. As pessoas acham que doar 10 litros de álcool, dar aula de costura, é favor que a empresa está fazendo, não, isso é uma condicionante, porque ela tem que aplicar parte do que ela recebe à comunidade. Então as pessoas têm que entender isso, e o que eu vejo por parte das pessoas que estão aí para votar as condicionantes, a favor ou não da nova licença ambiental, que realmente não tem conhecimento do que acontece nas comunidades. Porque ouvir pessoas falando que isso não acontece, vão lá presencialmente e conversa com essa pessoa que falou: “Que a Bemil é linda, maravilhosa. Que a Pedreira é linda, é maravilhosa”, se realmente essas pessoas estão ligadas, se são próximas ao que está acontecendo. Porque pelo que eu tenho visto o tempo todo, é que são pessoas que estão sendo manipuladas a favor da empresa. Eu não sou contra em nenhuma das duas empresas, eu sou a favor do cumprimento das condicionantes, que as pessoas atingidas diretamente sejam ouvidas, que participem da infraestrutura das suas comunidades, porque o que a gente está vendo é as comunidades sendo destruídas com poeiras, ruídos, com ameaças e isto infelizmente, por parte de alguns dos Conselheiros, eles não estão vendo o que realmente acontece nas comunidade. É só essa a minha fala. Obrigada.”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Próxima inscrita, senhora Susiane. Susiane? Boa tarde senhora Susiane, a senhora tem 5 minutos, com a palavra.” Inscrita Susiane

Leone: “Sim. Eu sou moradora aqui do Funil, faço parte da comunidade, moro aqui há 33 anos. Eles estão falando que tem projetos, tem coisa, aqui na comunidade do Moraes e do Funil, nenhum participante, ninguém participa dos projetos deles. Não é porque os projetos são ruins não, são coisas legais, são coisas boas, porém, é que a intenção deles são segunda intenções. É para tirar foto, é para se mostrar, não é para fazer uma coisa legal na comunidade não. E a comunidade existe há 60 anos que estão falando, e por que antes nunca teve esses projetos? Há 2 anos quando começou, por quê? Esse pessoal, os Conselheiros, todos que estão aí, eu convido a vir aqui na minha comunidade, a passar uma semana aqui, visitar e viver o que nós vivemos aqui, quem mora aqui, comer poeira, pedra cai em cima da casa da gente e derruba. Dia 08 de outubro de 2020, caiu pedra na minha casa, na casa da minha mãe. O meu filho tinha 2 anos e 4 meses, hoje ele fica gritando quando vê trovão, quando vê detonação da Bemil, ele grita: “Olha o monstro mamãe, olha o monstro. Pelo amor de Deus, tira ele”. Eu tenho que correr e tirar ele do local onde ele está, com medo do monstro. Vocês acham que ele deu alguma coisa, veio aqui na casa da minha mãe, fez alguma coisa? Reformulou a casa dela? Só o telhado, não é a casa não, que não é nem pedindo o que a gente não tem direito não. É somente isso que a gente queria, o respeito da empresa com a comunidade. A gente não está pedindo nada demais, hoje eu tenho que levar minha mãe para a saúde mental, porque ela está com problema psicológico. Vocês sabem o que é isso? Vocês sabem o que não é conseguir comer direito? Conseguir dormir direito? Por medo da gente ter que sair do lugar da gente, onde a gente nasceu, aonde a gente viveu, cresceu, viveu feliz muito e queremos viver ainda. Todos vocês Conselheiros que estão aí, vocês sabem o que é isso? Não, porque cada um está nas suas casas, no seu cantinho, aonde nada perturba vocês. A Roseane estava na minha casa o dia que deu detonação, porque antes ela vinha todas as detonações que tinha, ela vinha para a casa da minha mãe, ela viu meu filho gritando “monstro”. É isso aí que vocês querem liberar? O maltrato a comunidade? Eu estou pedindo socorro por uma coisa que a gente tem direito. Igual a Denizete disse, a gente não quer tirar o emprego de ninguém, porque é triste ficar sem emprego, porém a gente pede respeito, a gente pede que seja feito o que tem que ser feito mesmo, de verdade. Vocês que podem pesquisar, façam seus

trabalhos, mas façam direito, socorram a gente. A gente só está pedindo socorro mais nada. A gente não quer dinheiro, a gente não quer nada, a gente quer paz e sossego do jeito que está a situação, daqui a pouco nós não vamos ter nada, nós não vamos ter a nossa comunidade. Onde a gente sempre viveu. Eu estou aqui, minha mãe está aqui perto de mim, ela pode falar um pouco do que ela sofreu no dia da detonação. Eu vou passar a palavra para ela. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhora Susiane, a senhora não pode passar a palavra se a pessoa não está devidamente inscrita. Qual o nome da mãe da senhora?” Inscrita Susiane Leone: “É Aparecida, Maria Aparecia Rafael.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ela está inscrita?” Inscrita Susiane Leone: “Não, ela não está inscrita.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Não, então a senhora não pode passar a palavra para ela. Com a palavra, pois não.” Inscrita Susiane Leone: “Está bom. A gente só pede isso que todos que estão aí que podem investigar, cheguem ao fundo da verdade antes de liberar qualquer coisa, procure saber se é isso mesmo. Porque de fake news a gente vive muito, a gente precisa da verdade, ajuda a gente, socorre a gente, quem pode fazer isso é vocês, e por favor, façam isso, a gente está pedindo. Porque a gente convive com doenças respiratórias, eu tenho doença respiratória, meu filho tem, é poeira que não acaba nada. Se é mentira, se a empresa está dizendo que é mentira, eu tenho conversa que eu conversei com o pessoal da Bemil para jogar água onde a estrada passa do outro lado da empresa que a poeira estava descendo toda para a minha casa. Então não é mentira, a gente não está falando mentira não, a gente está pedindo socorro, ajuda a gente quem pode ajudar porque nós não temos voz, nós somos muito poucos diante deles. Então façam alguma coisa, aqui do Funil tem 3 pessoas que trabalham lá, cadê a quantidade de gente que falou que trabalha lá? Dar mais oportunidades, tem gente desempregada, eu mesmo estou desempregada, ajuda, faz alguma coisa realmente com a comunidade, sem segundas intenções, sem precisar tirar foto para mostrar. Ajuda a gente, não deixa nada acontecer não, liberar isso sem aprofundar mais, sem saber da verdade, sem conhecimento, porque quem sofre somos nós que moramos aqui e convive no dia a dia, não é ninguém não. Porque todos vocês graças a Deus, eu garanto tem suas casas, muito boas, lugares bons, a gente também, o nosso lugar é ótimo, por isso nós não queremos perder. Ajuda a gente, a gente só pede isso. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a participação. Senhor Sandro Eduardo? Estamos ouvindo o senhor, o senhor tem 5 minutos, pois não.” Inscrito Sandro Eduardo: “Primeiramente boa tarde a todos. Boa tarde, senhores Conselheiros. Boa tarde a todos os participantes dessa audiência. Primeiramente eu queria dizer que é a primeira vez que eu participo de uma audiência, enfim meu nome é Sandro Eduardo Ferreira, brasileiro, casado, 51 anos, tenho formação na área contábil, exerço função administrativa em obras civis, montagem aeromecânica. Há 11 anos atrás eu adquiri um terreno na Bocaina e construí o imóvel. Enfim, eu tenho uma vista privilegiada na Bemil, e antes de prosseguir, assim eu sou filho de caminhoneiro, eu conheço a Bemil desde que eu me entendo por gente. Meu pai trazia bauxita para Alcântara, em Ouro Preto, um caminhão vazio, ele virava aqui no pátio e carregava para algum lugar, ou pó de pedra, enfim. Eu conheço a empresa de longa data, e o que me trouxe aqui a participar dessa audiência foi uma informação que eu tive que havia um dossiê solicitando a paralisação das atividades da empresa, eu sou trabalhador e eu sou a favor do trabalho. Eu acho que assim, problemas, todas as empresas podem ter, certo? Agora você tem que adotar ações para mitigar os problemas, não é uma atitude abrupta de paralisação de atividade que você resolve os problemas, é uma opinião minha. Eu não tenho procuração para falar pelos trabalhadores, mas eu tenho muitos amigos que são trabalhadores da empresa e considerando que a Bocaina é um, eu vou falar pela Bocaina porque é onde eu tenho a minha propriedade e eu convivo com o pessoal, aproximadamente 400 pessoas, considerando que ela tenha, o efetivo, se não me engano, ouvi falar que tem 41 trabalhadores. 41 trabalhadores você multiplica, aproximadamente, por 3 bocas em casa, então vai dar uma quantidade de gente que depende desse trabalhador. De um universo de 400 pessoas isso aí pesa, você encerrar uma atividade de uma empresa, sem considerar esse impacto social, é uma coisa preocupante. Eu sei o que é ficar desempregado, eu não desejo isso para ninguém. Eu sei que toda a atividade de alguma forma gera impacto e causa danos, para isso que existem órgãos públicos, conselhos, justamente para tratar esses impactos de uma forma racional e pedir as adequações necessárias para corrigir, mitigar, qualquer impacto que possa acontecer. Eu ouvi muita coisa, estou acompanhando aqui desde o começo aqui, e eu vejo algumas coisas do tipo, assoreamento do rio, eu vejo loteamento irregular acima do córrego aqui, que quando desce lama, passa por cima da ponte da Bocaina, e passa pela Bemil, ou seja, não é ela que está gerando esse assoreamento. Enfim, tem muita coisa que eu gostaria de falar, a Bemil, os produtos que ela gera aqui hoje, considerando hoje que o Brasil importa 80% dos seus fertilizantes. Alguns produtos dela que ela produz aqui, o calcário para correção de solo para

agricultura, o granulado para siderurgia, você interrompe uma atividade de uma empresa, isso aí gera impacto para todos os outros usuários desse material que já tem isso aí precificado no seu produto. Então assim, eu já vi a empresa atuando também em benefício do município de Ouro Preto, eu estive 4 anos na limpeza urbana em Ouro Preto, na gestão passada, e muitas vezes eu via a empresa socorrer o município com maquinário, com pedras, isso aí é muito importante. Então eu peço aos senhores Conselheiros que não tomem uma decisão abrupta interrompendo a atividade dessa empresa, ela é importante não só para gerar emprego, mas também para o município no contexto geral. É importante ter uma empresa do porte da Bemil para socorrer um município quando ele precisa, e socorre o município como um todo e atende toda a população. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação. Próximo inscrito? Senhor Caio César não está na sala. Karlla Alves também não. Gabriela não está. Também Ana Paula não está. O senhor Hernani entrou. Senhor Hernani tem condições de se manifestar? O áudio do senhor está fechado. Pois não, o senhor tem 5 minutos, pois não.” Inscrito Hernani Mota de Lima: “Muito obrigado. Eu peço desculpas pelo meu atraso, eu estava em viagem, eu parei o carro há pouco. Enfim, eu tinha entrado às 9 horas. Eu sou professor da Universidade Federal de Ouro Preto, da Escola de Minas, do Departamento de Engenharia de Minas, e eu fui envolvido nesse processo tanto Bemil como Irmãos Machado a partir de uma audiência pública da qual eu fui convidado a participar. Bem com essas referências que eu já dei sobre mim, vocês entendem aqui que eu sou da engenharia de Minas, sou pró-mineração, eu não sou contra mineração. Mas a participar dessas audiências públicas e depois eu fui à campo, conversei com a comunidade, li todos os documentos que estão *sub judice*, eu vejo que existem incoerências do ponto de vista de comportamento da Bemil, da Irmãos Machado enquanto empresa de mineração. Eu não vi em momento algum, ser citado em documento algum, ser citado o fechamento, encerramento das atividades, a comunidade não tem esse tipo de manifestação, e eu não ouvi isso aí de ninguém da comunidade. O que se quer é uma operação coerente, uma operação sensata, todos os impactos ambientais que foram listados ali, são fatos. Basta o órgão ambiental ir lá, fazer uma vistoria e ver, desde cavidade, desde assoreamento de rio, desde pilha de estéril em área de APP, isso é fato, ultralancamento, estive lá nas casas, eu vi, acompanhei isso aí, é fato. A comunidade quando me procurou, eu pedi que eles entrassem em contato com a Universidade, com a Pró-Reitoria de Extensão, porque isso é um trabalho de extensão da universidade. Eu fui o representante da Pró-Reitoria de Extensão para tratar desse assunto, para dar uma assessoria para a comunidade. Então o que eu peço aí, é uma operação, e que o órgão ambiental cobre, é uma operação correta, uma operação que respeite a comunidade na qual ela está inserida. Hoje as empresas buscam, isso é fato, vocês todos trabalham aí no COPAM, em vários processos, a tal da licença social para operar, não existe uma legislação específica sobre isso, mas é muito bem buscado. Toda mina que quer tem um desenvolvimento sustentável na região onde ela está inserida, ela busca a licença social para operar. Não se vê isso das operações da Bemil. Então eu estou falando isso aí enquanto professor da Engenharia de Minas, eu nunca fui a Bemil, nunca fui a Irmãos Machado. Minto, eu estive na Bemil depois que eu entrei nesse processo a convite de um funcionário da Bemil. Me chamou para conversar porque souberam que eu estava assistindo a comunidade com relação a todo esse processo. Então eu enfatizo aqui, não é para a suspensão das atividades da Bemil, mas que ela opere de forma respeitosa com a sociedade e que obtenha, a sociedade, a comunidade de Moraes... (áudio ruim).” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhor Hernani eu não sei se você está nos escutando, mas caiu a sua conexão aqui para a gente. Tem como entrar em contato com ele? Senhor Hernani. Está na viva voz, o senhor caiu a conexão, o senhor pode terminar a fala do senhor aqui.” Inscrito Hernani Mota de Lima: “Então para finalizar, eu estou falando, eu não falo como representante da UFOP, eu estou fazendo um trabalho pelo UFOP. Parece que teve outros comentários que a Fundação Gorceix mais a UFOP estão fazendo um trabalho na Bemil. Não, a Fundação Gorceix não tem nada a ver com UFOP. Fundação Gorceix é uma entidade filantrópica, uma fundação de apoio à universidade, e também uma empresa de consultoria, um trabalho de consultoria dela que não tem nada a ver com a UFOP. Não existe processo da UFOP vinculados a Bemil. Eu agradeço, peço desculpas, muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradecemos a participação do senhor Hernani. Nós finalizamos com os inscritos, correto?” Geisa, Secretária Executiva SEMAD: “Boa tarde senhores Conselheiros, apenas para manifestar. A senhora Cássia Luiza Pereira, inscrita, entramos em contato e ela declinou da palavra. Como o senhor Caio César, Denizete, Karlla Alves, Luciana Dias, Elisa Araújo, Valéria Cristina, Andréa Silva, Luciano. Os demais que não participaram, Gabriela e Ana Paula, nós tentamos contato e não obtivemos sucesso, eles não entraram na sala. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a assessoria pelo acompanhamento. Eu

retorno ao Conselho, algum destaque antes de passar para a equipe da SUPRAM Norte? Sem destaque, eu convido a equipe da SUPRAM Norte para se manifestar em relação aos pontos. Quem vai começar? Rafa? Pois não, Rafa? Por favor, Sabrina, coloca aquela apresentação.” Rafaela Câmara Cordeiro, SUPRAM Norte de Minas: “Mas enquanto isso eu vou falando, são dois pequenos esclarecimentos. O primeiro questionamento do parecer da PROMUTUCA era com relação ao fato do processo ter vindo para a SUPRAM Norte para análise, eu não sei se os Conselheiros lembram de algum outro processo que aconteceu isso na Câmara, mas acontece junto a SUPRAM os intercâmbios de processos, e o envio de um processo, de um processo de uma regional para análise em outra...” Conselheiro José Ângelo Paganini: “O som não está dando para entender não.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Rafaela, afasta um pouquinho o microfone de você, talvez esteja muito próximo.” Rafaela Câmara Cordeiro, SUPRAM Norte de Minas: “O envio do processo de uma regional para outra SUPRAMs ele é feito para agilizar análise dos processos e diminuir o passivo da SUPRAM. Mas esse auxílio entre as SUPRAMs ele é apenas na análise técnica e jurídica, e na elaboração do parecer único. Só que é importante destacar, como os Conselheiros já sabem, o parecer é apenas opinativo, ele não é imperativo. E ele é só mais um instrumento para auxiliar vocês na decisão. Uma das inscritas questionou a empresa, falou que ano passado ela estava operando com a licença vencida. Eu vou ler um trecho do parecer, na página 98, eu não vou nem ler, só vou citar. A LO tinha validade até 3 de dezembro de 2018, e o processo foi formalizado em 1º de agosto de 2018. O Decreto nº 47387 fala que se o empreendedor solicitar a renovação até 120 dias antes do vencimento da licença, ele é beneficiado com a prorrogação automática da licença até o julgamento final, que foi o que aconteceu com a Bemil, eles formalizaram dentro do prazo, por isso a licença continua válida até o julgamento dessa renovação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só complementando a manifestação da Rafaela, vou ler para os senhores o artigo 56 do Decreto nº 47787 de 13 de dezembro de 2019 que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o artigo 56 tem a seguinte previsão: “A SEMAD promoverá, observada a legislação em vigor, o compartilhamento de atividades de suporte, recursos materiais, infraestrutura e o quadro de pessoal com as entidades que integram sua área de competência por vinculação, objetivando a racionalização de custos, a complementaridade de meios e a otimização das ações integradas de tecnologia da informação, gestão de pessoas, monitoramento, regularização e fiscalização ambiental.” Então totalmente legal o compartilhamento de análise de processo, tem previsão expressa no decreto e isso só vem dar maior credibilidade, é um momento em que a gente troca informações de uma superintendência com a outra. Isso não quer dizer que um processo que está sendo analisado no Norte de Minas, não tenha sido também analisado aqui na SUPRAM Central, esse compartilhamento de quadro de pessoal e de pessoas, só vem a dar maior força, maior credibilidade ao trabalho desempenhado pela Secretaria. Outros pontos também que foram levantados, a jurídica do processo, a Rafaela já mencionou, foi questionado inclusive por uma pessoa que fez a inscrição, falou que a empresa continuou a operar depois da licença estar vencida. Desde a Lei Complementar nº 140/2011, informa que o empreendimento, que ele formalizou o processo 120 dias antes de finalizar a sua licença, antes de vencer a licença, o prazo será prorrogado até a manifestação final do órgão ambiental, isso também é repetido no Decreto nº 47383. Foi falado também no momento em relação aos inscritos, em relação a classificação, falou: “Mas a classificação mudou, era porte grande, agora é porte pequeno”, isso pode ter ocorrido em virtude das alterações da DN. A DN nº 74 para a DN nº 17 altera alguns parâmetros de porte e potencial poluidor e isso pode ter ocorrido também nesse empreendimento. É somente uma complementação em relação à parte que a Rafaela mencionou. Eu retorno a equipe da SUPRAM Norte. É a Maria Júlia que vai falar? Pois não, Maria Júlia.” Maria Júlia Coutinho Brasileiro, SUPRAM Norte de Minas: “Alguns esclarecimentos que estavam nos relatórios de vistas, tanto da Fundação RELICTOS quanto da PROMUTUCA e no final se tiver ainda mais alguma dúvida que a gente não tenha respondido a gente pode repassar também. Se você poder projetar, Yuri, aquele documento, eu acho que fica mais fácil o entendimento do pessoal que está acompanhando. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Maria Júlia, tem algum som aberto perto de vocês, parece que está dando, YouTube, alguma coisa ou é o microfone que está ruim? Pois não, Maria Júlia.” Maria Júlia Coutinho Brasileiro, SUPRAM Norte de Minas: “Eu não vou me atentar à leitura de todos os tópicos para não estender dado o andar da hora, mas o primeiro item já foi respondido pela Rafaela, pode ir para o item 2, por favor. Foi questionado nos pareceres sobre o Boletim de Ocorrência que foi lavrado pela polícia referente ao deslizamento de encostas, fazendo menção de que não foi feito a referência no parecer único sobre esse caso. Então a gente só queria esclarecer que os escorregamentos que foram relatados, não ocorreram na pilha de

estéril, mas na vertente oeste onde está a cava. Inclusive eu vou explicar para vocês um pouco mais à frente que essa área oeste da vertente da cava, é aquela área em que segundo as denúncias foram ampliadas sem licença. Essa área apesar de não estar dentro dessa regularização por não estar em uma ADA, aconteceu esse problema, em momento nenhum isso foi ignorado no parecer, a gente não chegou a citar no parecer o número do Boletim de Ocorrência e sim o protocolo que está nesse processo SEI, que foi feito inclusive pelo empreendedor, depois a gente chegou a conferir, era o mesmo conteúdo sim do Boletim de Ocorrência que estava protocolado no SEI. E diante dessa existência desses deslizamentos, que segundo informado aconteceram por causa da pluviosidade alta no mês de janeiro, houve sim aqueles anos de escorregamentos dessas encostas. Inclusive, pelo que foi apresentado à SUPRAM, aquele vídeo é desse período desses deslizamentos. Ainda assim, a equipe técnica da SUPRAM entendeu que aquela área tem que ser recuperada e está solicitado no parecer que o empreendedor apresente os projetos de recomposição da flora ou os programas de recuperação da área com todas as propostas e parâmetros de monitoramento, ele vai apresentar esse projeto, ele vai ter que executar esse projeto e comprovar essa execução durante toda a vigência da licença. O próximo item, que é justamente sobre esse avanço da lavra com essa supressão de vegetação. Como eu relatei, e isso está no parecer único, nós estamos tratando aqui nessa sugestão de revalidação apenas a área que já estava licenciada na Licença de Operação nº 292/2012. Qualquer área que estiver passado por intervenção irregular fora dessa ADA tem sim que ser regularizada por meio de processo específico e na fase em que se encontra. A gente quer esclarecer também que a operação em área fora dessa ADA é passível de novas autuações, porque ele já foi autuado inclusive por essas intervenções. O empreendedor é passível de sofrer as sanções administrativas cabíveis no âmbito legislação vigente. O próximo item o Pedro vai explicar.” Pedro, SUPRAM Norte de Minas: “Boa tarde. O próximo item é sobre o ultralanchamento que atingiu as casas. Aqui nesse tópico do parecer de vistas, na verdade foi abordado dois pontos, ultralanchamentos e vibração também, que o pessoal tem reclamado de excesso de vibração na comunidade. Primeiramente a gente tem que lembrar que a gente está aqui analisando uma licença que foi emitida em 2012, muitas condicionantes na época não eram usuais, como essa de monitoramento de vibração, mas a gente vai colocar nesse parecer agora, para monitorar tanto a vibração quanto o ruído que ocorre durante a vibração que a gente chama aqui de sobrepressão acústica, alguns chamam de ruído impulsivo. Com relação à ultralanchamento, o controle dele é mais durante, como está explicado no texto, é mais durante a operação. A pessoa tem que tomar as decisões com relação ao plano de fogo. O controle do ultralanchamento ele é feito mais durante a elaboração do plano de fogo, a empresa tem o plano de fogo usual, tradicional, para o tipo de rocha que ela tem, mas a depender das alterações que ocorrem durante a operação, como o uso do furo, material mais fraturado, ou então até mesmo para que lado está sendo direcionado a face do talude, porque precisa fazer umas variações no plano, como mudança da quantidade de explosivos, uma alteração na amarração dos furos para poder direcionar melhor a detonação. Então é muito difícil da gente conseguir controlar isso com uma condicionante. Apesar disso, a gente tentou de alguma forma controlar, e no final da nossa resposta tem uma sugestão de condicionante para tentar cercar essa situação que é para a empresa apresentar um relatório informando as medidas que ela tem tomado em cada desmonte para evitar o ultralanchamento. Agora com relação ao que já ocorreu, o ultralanchamento que já ocorreu, ele não tem nenhuma norma legal que a gente poderia utilizar, não sei nem se é o termo correto, mas o que a gente utiliza é uma NBR, que é uma norma infralegal e o descumprimento dela não implica em nenhuma sanção, a não ser que estivesse previsto nas nossas condicionantes. Porém, a gente consegue enquadrar o que aconteceu do ultralanchamento em um código nosso que é uma sanção administrativa, que é o Auto Infração nº 279.593/2021, que foi feito pela Central, no código de “causar qualquer intervenção de qualquer natureza que exista poluição, degradação ao patrimônio, que prejudique a saúde, segurança e o bem-estar da população”. Isso já foi feito, a gente já fez a autuação, mas além disso a empresa pode responder, seguir criminalmente a depender dos danos que ela causou. Com relação à vibração ou ruído impulsivo. Inseriu como condicionante que todos os planos de fogos e de todas as detonações sejam armazenados no empreendimento para conferência futura, mas depois do relato de vistas, a gente está sugerindo também elaborar esse relatório informando em cada plano de fogo o que foi feito para evitar ultralanchamento. O segundo ponto, que é vibrações, a gente também entende que só manter os planos de fogo, colher o melhor horário para detonações junto à comunidade não é suficiente para garantir que não está ocorrendo vibração em excesso, que possa afetar tanto o conforto da comunidade quanto até casos mais sérios como danos das edificações. Mas a partir de agora nessa próxima licença a gente já tem no nosso

parecer, no anexo 1, o monitoramento de vibração, também vai ter que constar a distância entre o ponto de monitoramento e a área de detonação, a carga utilizada pela empresa, e esse último parâmetro, que é a distância escalonada, que é um parâmetro utilizado pela própria empresa que pode ser utilizado por ela para definir qual que é a melhor carga que ela vai utilizar a depender da localização do desmonte.

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Vou pedir licença aqui e já peço desculpas por interromper a equipe. O Tobias me mandou uma mensagem aqui falou que ele tem uma reunião e ele gostaria de fazer algumas manifestações. Ele até me solicitou aqui a retirada do ponto de pauta, retirar esse processo de pauta que ele tem intenção realmente de discutir esse processo, eu adiantei para ele aqui em conversa em privado que eu não vou tirar o processo de pauta, como dito, porque eu tenho ciência que a equipe tem condições de manifestar e esclarecer os pontos. E eu sugeri a ele que manifestasse agora antes da reunião, ele tem uma reunião importante agora, nesse momento. Então eu só vou interromper a equipe para voltar a palavra para o Tobias e depois eu retorno para vocês, vocês me desculpem. Pois não, Tobias.”

Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Presidente, obrigado. Mais uma vez desculpa o pessoal da equipe. Realmente existem questões que são muito frágeis nesse processo, eu entendo o posicionamento de todo mundo, é muito preocupante o posicionamento da comunidade. E eu sei que a empresa faz algumas ações como pequenos projetos, pequenos auxílios, aqui e ali, eu entendo isso, mas a gente não está falando da matéria, agora que a gente entrou para falar da matéria com a equipe técnica. Os impactos que a empresa está causando talvez não estejam sendo suficientemente acompanhados ou mitigados ao longo da história. Não estou falando que ela não pode fazer isso de agora para frente, mas a questão é: será que se nós concedermos uma renovação de licença do jeito que está, a gente está fazendo o certo? É uma pergunta estritamente para equipe. O restante dos questionamentos que giram todos em torno dos impactos causados pelo empreendedor, eu acredito que defender o parecer nesse momento não nos traz segurança. Eu quero colocar que botar um processo em votação com a quantidade de coisas sensíveis que estão em pauta, que estão em discussão, vai trazer uma insegurança jurídica muito grande para a gente. Jurídica não, uma insegurança de um aspecto ambiental. E como o Yuri falou, eu tenho um compromisso muito importante agora às 15:00, e eu sinto que o horário de hoje nos prejudicou demais, principalmente nesse ponto que é o ponto sensível da reunião. Os demais já saíram de pauta, os outros pontos vocês já viram o meu parecer, eu não vejo sensibilidade. Mas nesse ponto específico, eu acho que cabe uma discussão mais aprofundada para aí sim, propor-se qualquer renovação de licença. Eu ainda penso mais radicalmente, que nós poderíamos sim indeferir a renovação da licença, para que esse empreendedor buscasse do zero, começasse do zero, nós não vamos impedir o trabalho dele, ele vai assinar um TAC, ele vai seguir do zero como tem que ser feito para que o processo seja de uma forma correta do começo ao fim. Agora essa renovação do jeito que está sendo feita, eu não concordo, não acho que está certo. E mais uma vez por nossa discussão nesse momento está sendo ceifada por uma delonga de reunião, eu peço mais uma vez ao Presidente, com muito respeito, eu entendo as atribuições da equipe, eu entendo a capacidade da equipe, mas eu peço que se retire o processo de pauta para que não haja prejuízo na discussão. Eu vou pedir isso 10 vezes se for necessário, é discricionário do Presidente conceder ou não, eu entendo isso, mas gostaria muito que esse processo fosse baixado em diligência, sentássemos novamente junto da equipe, talvez o empreendedor, porque o empreendedor não botou a cara, o empreendedor até agora não botou a cara, isso me preocupa bastante. Então mais uma vez, senhor Presidente, peço gentilmente para que a nossa equipe, a sua equipe da SUPRAM, desculpa, conosco da sociedade civil, junto com a sociedade para entender qual que é a melhor estratégia porque exemplos como esse destroem a política ambiental do estado. Peço, quero reiterar isso mil vezes, porque eu quero participar da discussão, quero estar junto, mas nesse momento nós vamos ser, vai ser ceifada a discussão uma vez que a reunião já se delongou demais. Obrigado.”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Entendo a posição do Conselheiro, é uma pena não poder ter o senhor aqui na discussão de todo o processo até mais, porque agora é a chance, a oportunidade que está dando a equipe para defender o seu parecer, eu não falo defender a empresa, eu falo sempre defender o parecer, nós defendemos um parecer que nós examos, que é uma opinião sobre um deferimento ou indeferimento de uma atividade, mas com todo respeito Tobias, sei que o senhor tem a sua agenda, mas acho que também nós aqui temos a nossa, acho que os demais Conselheiros também têm a sua agenda e talvez tenham até deixado também outros compromisso em virtude da nossa reunião, e as reuniões da CMI realmente são demoradas. Então nesse contexto eu mantenho o processo em pauta. Retorno a equipe, pois não, Pedro.”

Pedro, SUPRAM Norte de Minas: “Retomando a parte que estava falando do controle de vibrações, a gente está sugerindo incluir também

foi colocada a preocupação com relação à previsão dessas vibrações e desse ruído impulsivo que as detonações podem causar. A gente vai incluir esse pedaço, esse trecho no final do auto do monitoramento para que o relatório contenha essa previsão, o relatório das detonações. Antes de fazer a medição a empresa vai ter que fazer uma previsão. No final eu vou voltar passando lendo cada uma das alterações, inclusão de condicionantes. Aqui a gente deixa claro que é dever do empreendedor realizar as operações de desmonte com atenção à legislação e que o descumprimento pode causar sanções administrativas e responsabilidade civil e criminal. E aqui embaixo a gente menciona sobre a nossa sanção administrativa que foi o Auto de Infração e aplicou uma multa à empresa. Com relação a parte civil e criminal, isso está correndo no inquérito civil que está sendo conduzido pelo Ministério Público e pela Polícia Civil. Passando ao próximo ponto, que foi reclamado sobre a localização do ponto de medição de ruído, a gente entendeu que o argumento apresentado é válido, o galpão pode causar mesmo alguma interferência na capacitação desse ruído e a gente está colocando como alteração do auto de monitoramento a inclusão de um novo ponto que a empresa vai decidir junto com a comunidade. Apresentar coordenadas de localização para um ponto de monitoramento ruídos na rua João Xavier, em acordo com a comunidade de Bocaina, e acrescentar o mesmo nos pontos de automonitoramento de ruídos. Em relação à parte do material articulado também foi reclamado sobre a localização do ponto. O pessoal entende também na comunidade que as medidas de material particulado não estão retratando bem o que está acontecendo na região. A comunidade como parte envolvida solicita, além do relatório de dados, um estudo de dispersão, com direção predominante dos ventos, dimensionamento dos pontos de medição, deterioramento das fontes, (trecho incompreensível). Aqui para esse caso a gente escreveu aqui que os pontos foram definidos no processo de LAS, no licenciamento que abarcou a unidade de tratamento de (trecho incompreensível), foi feito pela Central. Com relação à permissividade dos padrões a gente não vai questionar isso porque não cabe a gente, é o que está definido na norma. Não vem ao caso de a gente questionar aqui nessa reunião. Foi apresentado no âmbito do processo levantamento das emissões, quais são os pontos de onde provém as emissões do material articulado, quais são as medidas mitigadoras que a empresa faz para cada um desses pontos. A gente enfatiza que em junho de 2019 foi publicado instrução de serviço que passou para competência da FEAM fazer a análise do impacto com relação à material particulado. Nessa mesma instrução está falando quais são as condicionantes que a gente deve colocar. No anexo I, agente condicionante tem que emitir o procedimento para a FEAM, é o texto padrão que vem na instrução de serviço. A gente fala que esse estudo que vai ser feito pela FEAM está abarcando os pontos que foram apontados no relatório de vistas com relação à estudo de dispersão, direção dos ventos, fonte de emissão e tudo mais. Mas até que esse estudo seja feito e completo lá na FEAM, na gerência da FEAM, a empresa vai continuar fazendo o monitoramento dos pontos de capacitação de material particulado e a gente também está incluindo mais um ponto que vai ser decidido com a comunidade de Moraes e Bocaina para que seja colocado também o monitoramento de material particulado que a pessoa da comunidade entenda ser mais representativo. Com relação a outra crítica que é sobre os parâmetros...” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Pessoal, desculpa eu só cortar vocês um pouquinho, teria como falar um pouquinho mais alto? Porque a voz está ficando baixa. Então às vezes prejudica aqui para ouvir, se puder falar um pouquinho mais alto ajuda. Obrigada.” Pedro, SUPRAM Norte de Minas: “Está bom, eu trouxe o microfone para mais perto e vou tentar falar um pouco mais alto também. Com relação às partículas totais em suspensão, a gente ressalta que a nova norma que está sendo utilizada como na condicionante desse parecer, que é a CONAMA nº 491/2018, ela exige, além das partículas totais em suspensão, as partículas com diâmetros menores, que são essas abaixo de 10 micrômetros e 2,5 micrômetros. Vocês gostariam que eu voltasse e lesse com calma cada uma das condicionantes que a gente está solicitando de fazer alteração e inclusão?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Vamos fazer o seguinte, Pedro. Vamos deixar as condicionantes para um momento posterior porque aí a gente faz a votação do processo e sendo deferido a gente faz a votação das condicionantes conforme previsão do Regimento Interno.” Pedro, SUPRAM Norte de Minas: “O próximo ponto é com relação às cavidades. O que a gente tem a dizer a respeito disso é que nesse processo a gente não avaliou nada de cavidade, por quê? Na licença prévia de instalação a prospecção foi analisada, validade e aprovada. Então a gente está trabalhando com base no que foi aprovado nas licenças anteriores que a constatação é de que não tinha nenhuma cavidade na área. Todas as feições que foram encontradas foram caracterizadas como não cavidade, não relevante, não aplicáveis a normas de proteção de cavidades. Agora eu vou passar para a Júlia com relação ao Programa de Educação Ambiental.” Maria Júlia Coutinho Brasileiro, SUPRAM Norte de Minas: “Com relação ao Programa de

Educação Ambiental que foi relatado tanto nos pareceres de vistas da PROMUTUCA, da Fundação RELICTOS e também dos inscritos da comunidade. Essa questão não está sendo feito para esse público, o que a gente tem que esclarecer é que todo Programa de Educação Ambiental que é executado até o momento na empresa, ele ocorre sob a luz da DN nº 110/2007. Quando esse processo foi deferido lá em 2012, era essa legislação que estava vigente. Com a publicação da DN nº 214/2017, ela vai trazer lá no artigo 14 que no caso daqueles empreendimentos que já possuem as licenças ambientais vigentes na data de publicação dessa DN, o empreendedor tem que apresentar esse PEA conforme as diretrizes dessa nova norma na próxima fase do licenciamento do empreendimento, que no caso da Bemil, é nesse fase de revalidação. Foi apresentado quando o processo foi formalizado um Programa de Educação Ambiental nos termos da DN nº 214/2017. Porém, em 2020 houve alterações nessa DN 2017 que foram dadas pela DN nº 238/2020. E quando da análise técnica do processo a agente solicitou que aquele programa que foi apresentado na formalização fosse refeito, incluindo as alterações da DN nº 238. Então, segundo documentação anexada no processo, o empreendedor procurou a comunidade, quando a SUPRAM iniciou essa solicitação de informação complementar, em julho de 2021 para fazer esses encontros, porém, decorrente da situação de pandemia Covid-19 e conforme o Memorando Circular nº 6/2021/SEMAD/SURAM nesses casos excepcionais, enquanto estivesse vigente o decreto que declarava situação de emergência de saúde pública, esses programas poderiam ser condicionados. Ainda sim nós solicitamos que o empreendedor apresentasse um escopo do Programa de Educação Ambiental. Esse escopo ele foi apresentado, foi feita toda a caracterização do público atingido, que envolve tanto a comunidade Bocaina como a comunidade de Moraes, e esse DSP ele ainda tem que ser feito em reuniões com metodologias, com uso de técnicas participativas e com as devidas devolutivas conforme determina lá na DN para elaboração dos projetos que serão executados a partir da próxima licença caso ela seja deferida. Só para esclarecer um ponto referente ao Programa de Educação Ambiental nas escolas. Não quer dizer que não pode haver Programa de Educação Ambiental nas escolas, o que acontece é que quando da DN antiga, os empreendedores, a maioria, faziam os programas somente nas escolas por já ter um espaço físico pronto, uma estrutura pronta. Na DN nova trouxe que todo público atingido de forma negativa e direta do empreendimento deve ser incluído no Programa de Educação Ambiental. Então o PEA ele pode e deve ser executado no ambiente escolar desde que essa comunidade escolar seja atingida negativa e diretamente pelo empreendimento, que é o caso da Bemil. E essa comunidade escolar ela tem que passar por um diagnóstico específico, com projetos específicos e execução também específica de projetos. Colocar a comunidade escolar dentro do Programa de Educação Ambiental não exclui a obrigatoriedade de se incluir o restante da comunidade, tanto de Bocaina como de Moraes. Inclusive o Programa de Educação Ambiental com o público interno ele foi feito, foram solicitadas adequações no projeto executivo, mas todo o DSP com curso interno, por serem trabalhadores da empresa, todos terem continuado trabalhando mesmo que na pandemia, eles conseguiram fazer esse programa. Com o público externo está condicionado no parecer que o empreendedor conclua esse DSP e que apresente os projetos executivos de todas as ações do PEA, em comum acordo com a comunidade, conforme é determinado na DN nº 214/2017. Próximo ponto é sobre a pilha de estéril. Foram feitas as colocações também no relatório de vistas da RELICTOS que foram avaliadas a estabilidade da pilha de estéril. O que consta no licenciamento e está nessa revalidação, eu reitero, da área diretamente afetada lá do processo que foi licenciado em 2012, que o empreendimento não opera pilha de estéril. Segundo informado no processo todo o rejeito, todo o material solo brita, que é subproduto da atividade está sendo disposto em cava de linha. Inclusive essa atividade de disposição em cava de linha é que está contemplada nesse processo. Então a gente relata no parecer único que conforme a fiscalização da SUPRAM Central essas pilhas não estão sendo utilizadas para disposição de rejeito dessa área que está sendo sugerida a revalidação. A gente quer destacar também que se estiver ocorrendo qualquer atividade de disposição em pilha no empreendimento, ela não está abarcada nessa sugestão de revalidação, bem como o empreendedor deverá ser devidamente autuado e ele somente poderá dispor rejeito ou estéril em pilha após passar por regularização da atividade. Sobre a localização dessa pilha de estéril, conforme também fiscalização da SUPRAM Central, foram feitos os questionamentos a empresa que apresentou um laudo com anotação de responsabilidade técnica, atestando que essa pilha não se encontra dentro da APP do curso d'água. A comunidade de Moraes ela questionou sobre a revalidação que solicitava extração da geração de brita, mas que na verdade é outro código. O que acontece? Na licença que originou essa revalidação, o código estava descrito como estação de rocha para produção de brita. Porém, todos os estudos que foram apresentados lá na licença prévia mais a Licença de Instalação e posteriormente na

Licença de Operação que foram deferidas no ano de 2012, contemplavam todas as atividades realizadas pela empresa e não só a extração de brita. Por causa disso, a SUPRAM Norte constatou essa inconsistência na descrição do código, solicitamos a manifestação da Subsecretaria de Regularização Ambiental, que nos respondeu informando que deveria ser feita nessa parte da licença a adequação do código, que essa alteração não causou nenhum prejuízo na renovação do empreendimento, uma vez que, apesar de não estar descrito no código, todas as atividades realizadas no empreendimento estavam descritas no EIA e no RIMA, bem como no PCA. Inclusive as condicionantes colocadas para Licença de Operação não são apenas referentes à extração de rochas, ela tem condicionantes referentes a todas as outras atividades que são realizadas no empreendimento. Então o que houve não foi uma operação com a licença errônea, foi um erro na descrição do código. Porém, toda a análise ela embarcou todas as atividades que estão sendo ouvidas. O próximo ponto questionado pela comunidade é sobre a existência de fossas sépticas no empreendimento. Foi apresentado no processo que todos os efluentes sanitários são tratados em sistemas de fossas sépticas seguidas de filtro anaeróbio e a disposição em sumidouro. Na licença anterior previa-se um monitoramento desses sistemas de tratamento. Porém, tem uma orientação da Subsecretaria de Regularização que para efluentes exclusivamente domésticos tratados em sistemas de fossas sépticas com a disposição final em sumidouro e que atendam algumas condições, por exemplo, ter o filtro anaeróbio, a contribuição ser exclusivamente sanitária, não é mais necessário o monitoramento. Por isso que não foi colocado nessa revalidação a continuidade do monitoramento das fossas sépticas, deixando apenas as caixas separadoras de água e óleo. Outra questão é que esse monitoramento que temos dito antes do licenciamento ele aconteceu na licença anterior, e apesar de alguns relatórios desses monitoramentos terem sido entregues fora dos prazos, e que alguns parâmetros lá no início da licença em 2012 de forma pontual ter apresentado fora do padrão, não prejudicou o restante da análise porque no decorrer da licença como um todo, nos anos seguintes, eles apresentaram dentro das normas vigentes. Ainda assim, o empreendedor foi devidamente autuado por esses parâmetros pontuais fora do padrão, bem como pela entrega fora do prazo de alguns desses relatórios de análise. Aí eu entro no próximo ponto que foi muito discutido, que era sobre o descumprimento das condicionantes. Primeiro a gente esclarece que hoje na SEMAD não tem nenhum procedimento específico que indica o que é desempenho ambiental, a gente não tem parâmetro específico para falar se o empreendimento teve ou não desempenho ambiental, a gente faz isso de forma técnica analisando as condicionantes. O primeiro item que foi questionado nos dois pareceres de vistas, é que haviam 17 condicionantes e que no parecer foram tratados apenas 11 para a LO. Realmente, para a Licença de Operação eram apenas 11 condicionantes que foram aprovados pela URC COPAM em 2012. As outras 6 condicionantes, que eu acredito que o pessoal está achando que não foi tratada, eram referentes a LP mais LI. Essas 6 condicionantes que eram referentes a LP mais LI foram tratadas na LO. E aqui na revalidação nós estamos tratando das 11 condicionantes dessa licença, mais as duas condicionantes que eram da Licença Ambiental Simplificada e foi deferido em 2019. Ainda referente a essa Licença Ambiental Simplificada que nós analisamos, foi colocado pela Conselheira Maria Teresa que a gente ignorou parte desse estudo. Essa Licença Ambiental Simplificada ela foi feita pela SUPRAM Central e ela foi reorientação de um processo de LOC que havia sido formalizado em 2015. Porém, com a publicação da DN nº 217/2017 houve o reenquadramento, a reavaliação de forte potencial poluidor desse processo e ele passou a ser enquadrado como LAR. Os TACs que estavam vinculados a essa Licença de Operação Corretiva que foi finalizada como tendo (trecho incompreensível) foram tratadas dentro do processo específico. Aqui nós estamos falando da revalidação dessa LAS, que segundo a legislação que todo o empreendimento que uma revalidação de licença com licença simplificada vinculada ela tem que ser revalidada junto. Por isso que foi incluído também na revalidação da LO de 2012 essa Licença Ambiental Simplificada que está vigente inclusive desde 2019. Ainda referente ao cumprimento de condicionante, está lá no item 5.9 do parecer, da página 44 até a página 98, todo o detalhamento do cumprimento dessas condicionantes, inclusive daquelas que estiverem o cumprimento fora do prazo. Só para esclarecer, aquelas condicionantes que foram cumpridas fora do prazo pela ausência de alguns relatórios, ou que alguns parâmetros pontualmente não apresentaram padrão, foram solicitadas ao empreendedor no decorrer do processo como informação complementar, aqui as apresentaram. Então especificamente referente às condicionantes 1 e 7, que eram referentes ao monitoramento ocorreu, como eu já disse, no início da operação do empreendimento, lá em 2012, alguns parâmetros pontualmente fora do padrão, mas no decorrer dos outros anos eles apresentaram de acordo com a norma. A mesma coisa referente a condicionante estética, além de monitoramento, teve alguns relatórios que foram entregues fora do

prazo, ainda assim a condicionante foi atendida qualitativamente. Por que ela foi colocada como descumprida? O entendimento do núcleo de análise de condicionantes, que apoiou a gente no processo, é que essa ausência de relatório colocou a condicionante como não cumprida. Porém, a gente solicitou ao empreendedor a comprovação da execução da medida e ela foi apresentada posteriormente, por isso ele também foi autuado devido a isso. Com relação à condicionante 11, ela foi cumprida também fora do prazo, que era a criação do corredor ecológico. Entendendo que seria importante para definição de quais as áreas iriam compor a reserva legal do empreendimento que estavam sendo propostas no TAC, a equipe técnica solicitou que fosse apresentada a localização desses corredores para que essas áreas de reserva legal que estão sendo propostas via cadastro ambiental rural, fossem conectadas a essas áreas já preservadas para representar ganho ambiental. O empreendedor então comprovou que ele adquiriu os terrenos para formar esse corredor. E as áreas propostas no cadastro ambiental rural, conforme planta topográfica que está anexa no processo, são todas contíguas a elas. Com relação à condicionante 10, que é referente ao IPHAN, ela foi cumprida fora do prazo, o empreendedor obteve a anuência do IPHAN, e ele protocolou em 2020 a anuência definitiva. Então ele também foi autuado por esse descumprimento da condicionante fora do prazo, mas ele apresentou posteriormente o cumprimento da mesma. As condicionantes número 2 e 8 também tiveram relatórios fora do prazo, mas ainda assim o conteúdo foi cumprido qualitativamente. Então, entendendo que, apesar de algumas condicionantes terem sido consideradas descumpridas pela entrega fora do prazo de alguns relatórios, analisando a situação ambiental do empreendimento a gente constatou que é possível continuar a operação desde que ele continue fazendo esses monitoramentos. Ele vai ter a obrigatoriedade de continuar cumprindo todos esses monitoramentos no prazo estipulado, e caso venha ocorrer algum descumprimento desse prazo, ele novamente será autuado e passará pelas sanções cabíveis dentro da legislação. Teve duas questões que foram levantadas na última reunião da COPAM que não estavam no pareceres de vistas, inclusive foi relatado também pelo senhor (trecho incompreensível) na reunião que nós fizemos no dia (áudio ruim), que ele coloca que o nosso parecer, nas palavras dele, que está na ata de reunião das linhas 271 a 278, que o nosso parecer ele não deveria ser colocado em votação devido à sua qualidade técnica. Com relação a isso, o que a gente tem a dizer que a equipe técnica e jurídica aqui da SUPRAM, apesar de a gente não ter nenhuma formação específica na área de letras, português, a gente sempre procura redigir o nosso parecer da melhor forma possível de modo que todos entendam. Pode sim, dada a extensão desses nossos pareceres ocorrer algum erro de ortografia ou de gramática, mas no geral é um parecer que tanto quem tem entendimento da área quanto o leigo, consegue entender. A gente reforça que a participação da sociedade civil ela é extremamente importante dentro do processo de licenciamento, tem que sim haver a participação dessas comunidades, mas a gente pede também, como a Verônica levantou essa discussão na reunião, que ela seja feita com respeito a todos que estão envolvidos, e que todos processos da SEMAD são feitos por técnicos qualificados e idôneos, e que quem escreveu o parecer foi a equipe técnica da SUPRAM, em nenhum momento, como foi colocado, teve participação da empresa na redação de um parecer que ele é estritamente técnico. Último questionamento que foi feito, sobre as coordenadas de localização de empreendimento, que foi levantado que poderiam não estar corretas. Eu fiz a conferência de todas as coordenadas que são colocadas no processo e só para esclarecer, quando a gente vai inserir uma coordenada no formato UTM no Google Earth, a gente tem que observar além do posicionamento de latitude no hemisfério sul e de longitude no hemisfério oeste, o dado que está sendo aplicado, que no caso do parecer conforme foi informado lá foi o (trecho incompreensível) e a grade que se localiza o empreendimento, que no caso da Bemil é a zona 23K. Então assim, quando você abre o Google Earth, coloca uma coordenada em UTM sem alterar para a zona 23K, realmente vai cair lá no oceano. Então eu acredito que foi um erro na hora de colocar a coordenada, mas todas elas foram conferidas e estão corretas e realmente são do empreendimento. Se ficou mais alguma questão eu me coloco à disposição para responder.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da Maria Júlia, do Pedro, da Rafaela. Só quero esclarecer aos senhores Conselheiros em relação às condicionantes, como a Maria Júlia colocou, somente 11 seriam pertinentes a esse processo, as demais seriam em relação à licença prévia antes de ter sido a instalação. Eu vou ler para os senhores o parágrafo 2º do artigo 31 do Regimento Interno: “Fica vedada a discussão da matéria já deliberada nas fases anteriores do processo de licenciamento ambiental, sem prejuízo do exercício do poder, dever de autotutela pelo colegiado.” Então não se discute, nós estamos tratando de uma revalidação, nós não vamos aqui colocar, e isso é dispensável no parecer técnico, uma condicionante referente à licença prévia ou a Licença de Instalação que já foi algo visto na licença anterior. Pela Presidência, e eu vou até

parafrasear o Tobias, no que pese duas técnicas da empresa ter se manifestado, eu também senti falta aqui do empreendedor, do empreendedor se manifestar. Eu sempre digo que quem tem que defender o processo, o empreendimento, é o empreendedor, o que nós fazemos aqui é defender um parecer, uma opinião exarada pela equipe técnica e jurídica da superintendência. Então eu solicito, eu posso fazer uso do artigo nº 38 do Regimento Interno e convidar o empreendedor, e a gente ouviu, também teve oportunidade de ver algumas pessoas da comunidade um pouco aflitas em relação a alguns pontos. Então eu tenho essa prerrogativa, se houver alguém da empresa para se manifestar em relação a alguns pontos da empresa, a Karoline levantou a mão. Vai ser você mesmo, Karoline? Eu peço que se manifeste então em relação a alguns pontos, porque eu realmente também assim como Tobias, eu achei que a empresa deveria se manifestar em relação a vários pontos. Então com a palavra, Karoline.” Karoline Stephane, Representante do Empreendedor: “Obrigada a palavra Yuri. Como representante do empreendimento estou ouvindo a reunião desde o início, e eu queria esclarecer todos os pontos. A Bemil desde a sua atuação ela busca a relação próxima com a comunidade, como eu já disse em outros momentos, existem as pessoas que não são a favor da mineração ou que por algum motivo pessoal não querem ver o progresso da mineração, é muito triste como representante da empresa, ouvir em uma das falas de um dos representantes da comunidade que a Bemil deveria ser fechada. Então a gente está aqui buscando o melhor que a empresa pode fazer, buscando o cumprimento das condicionantes em dia, todas as medidas mitigadoras que a gente vislumbra, e eu estou falando isso é todos os dias, a gente busca a cada dia melhorar e reduzir o impacto que a mineração causa, principalmente porque a Bemil, com o crescimento dela, ela está muito próxima, principalmente a comunidade da Bocaina. Então a gente busca já melhorarmos parte da britagem através do enclausuramento de parte dos equipamentos, os nossos funcionários eles são treinados para identificar no caso de poeira, qualquer foco de poeira, identificação, a gente melhora o equipamento, a gente procede a umidificação de todas as vias, a gente tem os canais de ouvidoria que recebem reclamações mesmo, ou sugestões de melhoria da comunidade, e a gente busca aplicar isso sempre. Sobre essas questões que foram faladas de ultralancamento, de qualidade do ar, existem os monitoramentos, isso é tudo terceirizado, um dos comentários, alguém falou: “É automonitoramento, é a própria empresa que faz e aí ela vai colocar o resultado que ela quiser”, não é isso. Todos esses automonitoramentos que são impostos através dessas condicionantes eles são devidamente contratados por empresas especializadas, terceirizadas, das quais a Bemil não tem nenhum tipo de ingerência. Então assim, a busca do empreendedor, do empreendimento como um todo, e são todos os funcionários, e eu falo em nome aqui de todos, que todos são treinados para identificar esses pontos e agir imediatamente quando eles eventualmente aparecem. Sobre o Programa de Educação Ambiental é uma busca da empresa, além dessa proximidade com a comunidade, ensinar essa questão, o que verdadeiramente é a educação ambiental, e para isso a gente vai então fazer o diagnóstico sócio participativo, porque o PEA que a gente executa hoje, ele tinha sido aprovado na concessão da LO em 2012, depois disso a gente teve uma norma que melhorou e regulamentou como se fazer. Então a comunidade não foi suprimida de opinar, nas prévias que a gente já fez, a gente já tem opinião, já colheu informação e então é condicionante desse processo que a gente faça esse diagnóstico socioparticipativo, a comunidade vai ter a oportunidade de se manifestar, em outras oportunidades eles inclusive se manifestarem sobre vários itens sociais, eles querem reforma de praça, reforma da escola, e a empresa está aberta a isso, está aberta a ajudar o entorno onde que esse impacto que a gente provoca na mineração está abrangido. Então assim, o que eu tenho a dizer é do nosso compromisso com o cumprimento das condicionantes, os monitoramentos e a obediência de todos os normativos e os limites que estão previstos em todas as normas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado Karoline. Tobias, pois não.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Enquanto performance ambiental do empreendimento. Qual que a visão da equipe técnica frente a essa quantidade de descumprimento de condicionante ou cumprimento parcial apontada pela própria equipe? Qual que é a visão deles, se isso é o exemplo que a gente tem que dar para outros empreendimentos?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou falar, até a Maria Júlia comentou essa parte, Tobias. Nós não temos normatizado o que é desempenho ambiental satisfatório. A gente tem o termo desempenho ambiental satisfatório, o Baliani acho que está até presente aqui, a SEMAD está tentando trabalhar em uma matriz, o Ribas aqui também pode com mais competência do que eu falar em relação a isso, mas o Baliani eu creio que está à frente disso, em uma matriz para promover o que seria desempenho ambiental de um empreendimento. Isso é muito complicado, porque você tem condicionantes diferentes, vou citar grosso modo, por exemplo, uma condicionante: doar camisas para o time de futebol tal, essa condicionante foi descumprida fora do

prazo. Qual foi o prejuízo ambiental levado? Nenhum, mas foi uma condicionante descumprida e ela levaria um auto de infração na mesma magnitude que fosse um descumprimento de uma condicionante, vamos supor de efetuar o automonitoramento. Então essas condicionantes, por elas terem níveis de, eu poderia usar o termo aqui, em relação à aplicação, e hoje inclusive no Decreto nº 47.383 ela já define de uma forma muito melhor o que seria a condicionante. Em relação às condicionantes, olha só o que é o artigo nº 28 do Decreto nº 47.383 traz: “O gerenciamento dos impactos ambientais e o estabelecimento de condicionantes nas licenças ambientais deve atender à seguinte ordem de prioridade, aplicando-se em todos os casos a diretriz de maximização dos impactos positivos, bem como evitar, minimizar ou compensar os impactos negativos da atividade ou empreendimento”. Esse é uma diretriz que nós temos no Decreto nº 47.383, mas na época da licença de 2012 não tínhamos, embora a gente tinha isso de certa forma já de vivência em relação aos órgãos. Então, respondendo a sua pergunta, nós não temos normatização específica falando o que é desempenho ambiental satisfatório. Então isso é visto no caso a caso. Em relação ao deferimento de uma licença, por óbvio, a equipe e o órgão ambiental pretende que todo empreendimento cumpra as condicionantes intempestivamente, caso contrário o próprio órgão ambiental não previa penalidades ou melhor, o órgão ambiental, mas sim o Decreto não iria prever penalidades para a referida situação. Eu não sei se a Maria Júlia ou Pedro querem complementar em relação à parte que eu informei do desempenho ambiental satisfatório e a equipe também quer falar sobre as condicionantes, a exposição de quais as condicionantes serão inseridas. Eu estou vendo aqui o Doutor Orsini com a mão levantada, o José Ângelo, eu vou passar para a equipe e retorno novamente ao Conselho.” Maria Júlia Coutinho Brasileiro, SUPRAM Norte de Minas: “Só reforçando com relação às condicionantes 1, 7 e 11, que no parecer foi dada como descumprida. Por que a gente não pode colocar que essas condicionantes foram cumpridas? Lá no ano de 2012, que foi o primeiro ano de vigência da licença, não foram entregues 3 relatórios completos das análises referentes à automonitoramento de efluente sanitário e efluente (trecho incompreensível), dentro dessas análises desses relatórios que não foram entregues e posteriormente o empreendedor passou a cumprir, houve pontualmente em 1 ou 2 relatórios que até estão no parecer, houve alguns parâmetros que deram fora do padrão, isso no primeiro ano de vigência da licença. No restante dos monitoramentos, isso foi entregue e estava dentro da norma, só que para a análise de cumprimento de condicionantes a gente não pode colocar que ela foi cumprida porque faltou no relatório do primeiro ano. Então a SUPRAM entende que não pode dar essa condicionante como cumprida, porém não existe cumprimento parcial da condicionantes, ou ele cumpre a condicionante na íntegra ou ele não cumpre a condicionante, isso para fins de autuação é não cumprimento da condicionante. O que a gente quer esclarecer é que isso ocorreu no primeiro ano da licença, foi feita autuação, porém no restante da licença esses relatórios foram apresentados e estavam dentro dos padrões das normas vigentes. Houve também aquelas condicionantes que foram cumpridas fora do prazo, apesar de fora do prazo foram apresentadas e satisfatórias qualitativamente e as demais foram cumpridas. Do total de condicionantes cumpridas na íntegra, ainda que fora do prazo, foram 72% delas, as outras 27%, que foi 1, 7 e 11, foram porque houve essa falta de algum relatório por se tratar de um automonitoramento. E referente à condicionante 11, está explicado também no parecer que era sobre o corredor ecológico, não foi apresentado o cumprimento dela no RADA, mas a equipe técnica, como eu disse, para verificar a conectividade das áreas de reserva legal que estavam sendo propostas nessa licença, solicitou que o empreendedor apresentasse essas áreas de corredor e isso foi sanado no processo de licenciamento, o que não excluiu o empreendedor de ser autuado por não ter cumprido a condicionante naquele prazo que havia sido determinado na Licença de Operação. Sobre os itens, a gente gostaria de fazer a leitura das condicionantes que a gente quer propor referente aos monitoramentos que são ligadas a solicitações da comunidade.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, pode dar sequência, Pedro. Depois eu passo para o Conselheiros.” Pedro, SUPRAM Norte de Minas: “A gente queria, apesar de que dessas condicionantes vão ser votadas depois, a gente entende que é importante que os Conselheiros já têm conhecimento do que a gente está propondo. A primeira seria sobre os ultralanchamentos: “Elaborar o relatório informando sobre as situações que poderem implicar em ultralanchamentos e as respectivas medidas tomadas, no relatório deve abarcar as detonações ocorridas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro do ano anterior, prazo protocolar o relatório anualmente até 31 de janeiro.” A segunda seria incluir na parte de automonitoramento de vibração e de ruídos impulsivos: “O relatório deve conter previsão de ruídos impulsivos e vibração nos pontos monitorados para cada detonação.” Que é aquele ponto que falei primeiro fazer uma previsão, qual que imagina que vai ser a vibração e o ruído impulsivo naqueles pontos monitorados até para ajustar o plano um pouco antes de

fazer os desmontes. A terceira seria: “Apresentar coordenadas de localização para um ponto de monitoramento de ruídos na Rua João Xavier, em acordo com a comunidade de Bocaina e acrescentar o mesmo nos pontos de automonitoramento de ruído. Prazo de 30 dias para apresentação do ponto e monitoramento conforme anexo II da vigência da licença.” O quarto e último é muito parecido, porém com relação a qualidade do ar: “Apresentar coordenadas de localização de mais um ponto de monitoramento da qualidade de ar, em cada comunidade, Bocaina e Moraes, e em acordo com as mesmas. Apresentar esse ponto no auto de monitoramento de emissões atmosféricas. Prazo de 30 dias para apresentação do ponto e monitoramento conforme anexo II da vigência da licença.” Então esses quatros condicionantes que a gente pretende incluir ou alterar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Pedro, depois a gente coloca no quadro, a Sabrina vai colocar. Faz isso em off depois que aí a gente depois joga aqui. Pedro de qualquer forma já leu e explicou. Eu chamo o Conselho, na sequência aqui eu acho que o Doutor Orsini levantou a mão primeiro, depois Paganini. Pois não, Doutor Orsini.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu quero fazer um pequeno resumo do que eu pude apreender dentro de todas essas discussões. Primeiramente eu faço a seguinte colocação. Enfatizar os objetivos da Bemil, uma mineradora já com os seus 60 anos, que contribui para as cadeias produtivas de Minas Gerais, seja na siderurgia, com a produção de fundentes e matérias para refratários, é bem dizer que hoje nós temos necessidade de calcário magnesiano de alta qualidade para atender os refratários, no caso aí a RHI Magnezito, que a gente conhece bem, e na agricultura, corretivos de solos, como também na construção civil, que é fornecimento de agregados de concreto. A CMI está dando oportunidade para a sociedade civil se pronunciar, muito embora também existem as audiências públicas processuais, onde esses assuntos devem ser discutidos até com mais detalhamento, porque nós estamos aqui hoje para discutir um problema de uma licença. Não só as atividades minerárias quanto as indústrias, agricultura e pecuária, devem ter a respectiva interação com a sociedade e com as comunidades vizinhas. Respeitamos todas as críticas e comentários dos inscritos, como também dos nossos colegas Conselheiros que eu os respeito muito, na pessoa José Ângelo, na pessoa de Tobias, fora os outros, claro, eu estou vendo Maria Eugênia que é outra engenheira colega nossa. Mas também nos baseamos em relatórios e pareceres da SEMAD, nessa caso da SUPRAM Norte, aliás, a SUPRAM Norte, a equipe da SUPRAM Norte tem experiências grandiosas nos trabalhos de mineração de calcário, naquela região de Montes Claros e nas regiões vizinhas, de modo que ela providenciou esse relatório para suprir também algumas necessidades no conjunto de Superintendências da SEMAD, e fez um relatório de muito boa qualidade e mais ainda defendido agora nesse momento. Então eu reconheço a qualidade e o profissionalismo dos seus servidores, atividade minerária é árdua, é desafiante e às vezes até sofrida, seja na tecnologia, nos comércios de seus produtos, mas agora mais evidente no relacionamento social, pelo conhecimento do setor há mais de 50 anos, nós tivemos e estamos tendo uma evolução principalmente quanto à sensibilidade para a responsabilidade social dos empreendedores. Então meus caros colegas, eu quero deixar aqui essa mensagem, quero deixar essa mensagem de que nós todos somos responsáveis sociais. Muito obrigado, Presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Doutor Orsini. José Ângelo, pois não.” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Eu sou forçado a reforçar a fala do Tobias e solicitar ao Presidente a retirada de pauta do projeto. A SUPRAM tentou responder aos questionamentos da sociedade propondo condicionantes extras que não resolverão as graves questões colocadas. Existe uma incoerência, as graves violações da empresa como contaminação de curso d’água, escorregamento de pilhas, lavragem em áreas não licenciadas são excluídas dessa avaliação de análise de revalidação do processo. Como licenciamento não pode ser fatiado, a FEAM sugere que esse licenciamento seja um específico para essas infrações, já que eles não constam no processo original que está sendo revalidado. Mas essas infrações ocorreram em ligação direta com operação do que nós estamos licenciando, e que nós estamos revalidando. Se não tivesse a lavra já licenciada não teria como ela expandir a lavra. Então existe uma relação muito grande entre essas infrações e a operação da empresa, e a gente tem que lembrar que a legislação proíbe o fatiamento do licenciamento e isso no meu ver seria um fatiamento desse licenciamento, você está dividindo a área legal para revalidação e você abre um outro processo para ver como é que fica. Por essas razões, entendemos que a retirada de pauta é a melhor solução para que o processo volte com o parecer mais adequado com a situação real e o desempenho da empresa. É isso que eu gostaria de colocar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pela Presidência eu mantenho o processo em pauta, Conselheiro, pelas seguintes considerações. Entendo que a equipe técnica e jurídica da Superintendência respondeu os questionamentos e os levantamentos que foram colocados não só pela população como no parecer de vistas. Por outro lado, estando apto a julgar, às vezes o que foi

colocado aqui, o parecer começar do zero, isso seria um novo processo de licenciamento e deveríamos ter o indeferimento do processo. Qual seria a utilidade prática em baixar o processo em diligência sendo que as informações quanto ao desempenho ambiental do empreendimento e o parecer serão os mesmos que discutimos aqui durante quase toda essa tarde? Então nós não temos utilidade prática na baixa em diligência, vamos discutir viabilidade ambiental do empreendimento, a superintendência entende que houve viabilidade ambiental satisfatório no que pese todas as considerações, e isso não mudará. Informações adicionais em relação ao parecer de vistas foram explicadas aqui em reunião. Então não vejo nenhuma necessidade de baixarmos o processo em diligência, porque as informações estão à mesa e eu creio que os senhores já estão aptos a deliberar sobre esse processo. Se não houver nenhum outro destaque eu vou colocar em votação. Manifestação SINDIEXTRA e Tobias. Vamos começar pela SINDIEXTRA e depois Tobias. Pois não, Denise.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Minha manifestação é muito rápida. Inicialmente, como você disse, já está na hora de colocar o processo em votação depois de exaustivamente discutido durante a tarde de hoje, quer dizer, parte da manhã e agora grande parte da tarde. Esse ponto de pauta já foi exaustivamente discutido e também analisado, e tenho que corroborar com o que o Orsini disse, mas fazer uma observação. Não só apenas a equipe da SUPRAM Norte que é muito competente, digo toda a equipe da SEMAD, todas as equipes da SUPRAM, elas sempre prezam pelo bom trabalho, pela presteza, pela análise dos processos. Então a gente sabe que tudo é geralmente sempre é feito em todos os preceitos de legalidade e tudo mais. Eu venho dizer aqui, tenho que dizer aqui, que eu estou muito satisfeita com o que eu já ouvi hoje. Porque alguns pontos eu já tinha levantado durante toda essa discussão, durante toda a manifestação dos inscritos e eu pude reparar que todos os pontos foram devidamente respondidos quando a equipe da SUPRAM manifestou. Por exemplo, sobre a questão de assoreamento de recursos hídricos, isso foi respondido, a questão dos particulados, foi respondido, várias outras manifestações que foram feitas, não só, tudo bem, foram feitas manifestações contrárias às empresas sim, mas também foram feitas manifestações a favor da empresa que também não devem ser desconsideradas. Uma das coisas mais cruciais que eu vi, que foi até você mesmo que manifestou Yuri, que foi o agendamento de uma reunião com os interessados, uma reunião que foi realizada com a equipe da SUPRAM em que todos os pontos, todos os questionamentos foram devidamente respondidos, inclusive os que constavam no dossiê que foi apresentado. Então para mim, eu como SINDIEXTRA falo, que eu já me dou por estritamente satisfeita, eu acho que nós já esgotamos toda a discussão desse processo, foi exaustivamente discutido, lido, relido. Então, eu acho que agora a gente está realmente entrar na fase de deliberação do mesmo, não adianta mais protelar, eu acho que agora a gente tem que deliberar. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a manifestação da Denise. Tobias. Ele ia entrar em uma reunião, provavelmente ele estava pelo celular, esqueceu a mão levantada.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Senhor Presidente, eu acho que já estava levantada desde a primeira hora.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então senhores Conselheiros mais algum destaque? Eu vou fazer da seguinte forma: vou colocar primeiro o processo em votação e sendo deferido, posteriormente, as condicionantes. Então em votação o item 6.1 Bemil - Beneficiamento de Minérios Ltda. Processo Administrativo SEI/Nº 1370.01.0004288/2021-21. Como vota a SEGOV?” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a SEDE?” Conselheira Maria Eugênia de Monteiro de Castro e Silva: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota SEDESE?” Conselheira Joana Moraes Rebelo Horta Lopes: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota CODEMIG?” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota IBAMA?” Conselheiro Pedro Paulo Ribeiro: “Favorável seguindo entendimento do parecer da SEMAD.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota ANM?” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota SINDIEXTRA?” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota FIEMG?” Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan: “Acompanhamos o parecer da SEMAD.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota RELICTOS?” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Eu voto contrário. Conforme parecer de vistas e manifestação da sociedade civil” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Como vota PROMUTUCA? O Tobias ia entrar em uma reunião. Coloca ausente no momento da votação. Como vota SME?” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Favorável incluindo o nosso relatório de vistas e o parecer da SUPRAM.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Como vota ABES?” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Contrário. Seguindo o que foi dito pelo Paganini.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Então processo foi deferido por 9 votos favoráveis, dois

contrários e uma ausência no momento da votação. Eu peço que coloque a condicionantes por favor. Pedro, técnico na SUPRAM, confirma para mim se são essas? Pedro?” Maria Júlia Coutinho Brasileiro, SUPRAM Norte de Minas: “São esses sim, Yuri.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Em discussão as condicionantes. Elas já foram lidas pelo técnico da SUPRAM, pelo Pedro, são novas condicionantes. Pois não, Paganini.” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Essa de ultralancamento com o relatório anual informando sobre situações que poderiam implicar em ultralancamento. Isso não controla ultralancamento, o que controlaria isso seria o tipo de explosivo usado, a forma de explosão usada, eu acho que deveria ser definido seria isso. O relatório, após lançado pedra na comunidade não vai adiantar nada, não vai resolver o problema. Então eu acho que essa condicionante a SUPRAM deveria elaborá-la de forma diferente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A equipe da SUPRAM em relação à observação do Paganini?” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Fazer monitoramento constantes das detonações atendendo a NBR, eu acho que isso caberia tranquilamente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ela é qual aqui na letra? O Claudinei digita no chat fazendo favor e envia para a gente copiar. Vamos por partes. “Elaborar relatório informando sobre as situações que poderiam implicar em ultralancamentos e as respectivas medidas tomadas.” Nós temos a crítica do Paganini, uma sugestão alternativa para a referida sugestão de inclusão de condicionante feita pelo Claudinei. Eu passo para a segunda, até a gente discutir essa: “O relatório deve conter previsão de ruídos”, mas é continuidade, Pedro, da A, Maria Júlia? Pedro, SUPRAM Norte de Minas: “Não essa daí ela vai no final do automonitoramento, quando a gente fala sobre que forma que deve ser apresentado o relatório de automonitoramento de ruído impulsivo e vibração.” Maria Júlia Coutinho Brasileiro, SUPRAM Norte de Minas: “No item 5 do automonitoramento, ruídos em vibrações das detonações. Esse texto da letra B vai ser incluído no final do item 5 do relatório de monitoramento, está na página 113 do parecer único. É uma complementação do que está sendo proposto para monitoramento de vibrações e ruídos das detonações.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Maria Júlia faz um favor então para mim, altera o arquivo e manda para gente, porque se não vai dar confusão. O arquivo que o Pedro mandou.” Maria Júlia Coutinho Brasileiro, SUPRAM Norte de Minas: “Isso, esse arquivo, no final incluir essa frase que está na letra B.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “No final da planilha?” Maria Júlia Coutinho Brasileiro, SUPRAM Norte de Minas: “No final do texto.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Entendi. Ok. Anota que não é condicionante, é alteração do automonitoramento. Tem que anotar para depois a gente não fazer confusão. E qual é a outra?” Maria Júlia Coutinho Brasileiro, SUPRAM Norte de Minas: “As outras três é inclusão de condicionantes.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Coloca o texto alternativo do Claudinei. Ele mandou, está lá no chat. Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Eu acho que precisa dar uma elaborada no português, Presidente, mas a ideia é essa.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “E o prazo, Claudinei?” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “A ideia é toda vez que ele for fazer detonação ele tem esse controle. Porque eu acho que é uma praxe usual e vai ser bom para todos os lados. Tanto para a empresa que vai comprovar que está fazendo correto e para a comunidade que vai saber o que está acontecendo. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Ele faz isso toda vez que houver detonação, mas ele vai expor isso em relatório. O relatório aqui está sendo colocado para ser anualmente, até 31 de janeiro.” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Isso tem que ser, no mínimo, mensal, eu não sei.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “É o relatório que é enviado para o órgão ambiental, que é até o dia 31 de janeiro, que é anual. O controle, conforme a NBR, é feito quando houver a detonação. O que eu estou entendendo é isso?” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Exato, é isso o que eu quis dizer.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “É só o relatório que é enviado anualmente.” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Para atender o Paganini também, caso aja fora da NBR comunicar imediatamente a SUPRAM.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Entendi. Ele tem que agir conforme a NBR, o relatório é enviado anualmente. Se houver alguma detonação fora da NBR que seja comunicado de imediato ao órgão ambiental. Algo nesse sentido?” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Exatamente.” Pedro, SUPRAM Norte de Minas: “A gente queria discutir essa A, e a proposta do Claudinei. Com relação à proposta do Claudinei a gente entende que ela está abarcada no item 5 de vibração de ruídos. A gente colocou de forma até bem explicativa para não ficar, não é tão vago, mas para detalhar, tem hora que o empreendimento, o empreendedor e as consultorias precisam que a gente dê uma detalhada nas condicionantes. A gente pediu no item 5 para monitorar a velocidade de partículas de pico, sob pressão acústica, levando em conta as medidas definidas pela NBR 9356. Com relação ao auto, também foram apresentados relatórios de acordo com o que a NBR exige, todos os itens, a gente exige que os relatórios sejam apresentados com todos os itens que têm lá na NBR, com relação à carga máxima

por espera, distância escalonada, distância até o ponto de monitoramento. Com relação à primeira, que é ultralanchamento, a NBR proíbe que exista ultralanchamento para fora da área de operação do empreendimento. Então assim, se ocorreu já está errado, se afetar a casa de alguém a gente vai fazer aquela autuação administrativa da mesma forma que já ocorreu e vai ter investigação cível e criminal. Mas a gente colocou essa primeira para ele fazer um relatório sobre as situações, agora respondendo ao Paganini, não dá para a gente estabelecer qual o explosivo que ele vai utilizar, qual a carga que ele vai utilizar, porque como eu expliquei lá no começo, isso tudo depende do que ele vai ser encontrado no momento da detonação, se o maciço está muito fraturado, se o furo teve algum desvio, se a bancada é muito baixa. Então é por isso que eu estou pedindo para ele fazer um relatório de todas as situações que ele vê durante a operação e falar para a gente quais foram as medidas que ele tomou para evitar. Por exemplo, o furo deu um desvio, a base do furo ele não colocou explosivos no começo e tampou com alguma coisa, depois que ele começou a encher, ou então a bancada era baixa ele diminuiu a quantidade de explosivos, fez uma amarração para jogar o material detonado para o outro lado que não na comunidade. Então como é uma coisa que varia de acordo com cada vez que for fazer a detonação, por isso eu achei interessante colocar um relatório.” Maria Júlia Coutinho Brasileiro, SUPRAM Norte de Minas: “Esse relatório é uma condicionante a parte além do automonitoramento das detonações que já está previsto no item 5, que já foi colocado no programa de automonitoramento, está na página 113 do parecer único.” Pedro, SUPRAM Norte de Minas: “E nele a gente fala para monitorar a vibração e o ruído impulsivo em todas as detonações que o empreendimento fizer.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, entendido. Claudinei, José Ângelo?” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Pelo que o Pedro falou aí, a condicionante dele está muito mais completa que a que eu sugeri. Não tem nem o que discutir. Só deixar claro, o que ele acabou de falar, toda vez que for fazer o desmonte para poder fazer esse controle. Deixando isso claro, para mim está tranquilo.” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Para mim tem que ser sempre que houver o desmonte. Uma coisa também que não foi colocada. Uma coisa que não foi colocada, não sei se é pertinente colocar, estabelecer horários para essas detonações. O pessoal está reclamando que a noite estão fazendo isso, à tarde. Não sei se fica livre para a empresa definir quando ela vai detonar ou se seria conveniente a gente já limitar um horário dessas detonações.” Conselheira Maria Eugênia de Monteiro de Castro e Silva: “Em relação a isso, tenho uma sugestão, eu acho pertinente, a gente ouviu muita reclamação das comunidades nesse sentido. Então eu acho que seria interessante que a empresa disponibilizasse um cronograma desses fogos. Eu acho que seria, em também em relação a isso que o Paganini comentou, eu acho que um cronograma, de acordo com o cronograma, eles apresentariam então esses relatórios, informariam incompatibilidade ou algum problema que houvesse acontecido no decorrer desses processos de desmonte. Mas acho que a apresentação de um cronograma seria importante, contendo horário, dia, um planejamento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Tem como minutar para a gente ou já consta? Pois não Maria Júlia.” Pedro, SUPRAM Norte de Minas: “Não, não consta. Mas a gente acha interessante, não exatamente a empresa já apresentar um cronograma de todas as detonações, mas a própria NBR 9653 ela fala para a empresa, em comum acordo com a comunidade, estabelecer horários de detonação. Então, por exemplo, estabelecer que não vai ter nenhum à noite, que vai ser um determinado horário, que tenha a comunicação prévia para a comunidade sobre os horários de detonação. Detonação para ninguém ser pego de surpresa. Essa é uma prática recomendada na NBR mesmo, talvez colocar alguma coisa nesse sentido.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Minuta para a gente então, Pedro, por favor. Uma condicionante nesse sentido, inclusive aí interessante como a própria norma prevê com a participação da população. Eu quero ouvir também o empreendedor em relação a essa primeira.” Karoline Stephane, Representante do Empreendedor: “Acho bom. Como o outro Conselheiro disse, essa questão do relatório é importante inclusive para a empresa demonstrar aos órgãos ambientais e demais interessados que realmente são aplicadas as melhores técnicas de desmonte. Só aproveitando a fala, em relação à sugestão de cronograma. É um pouco complicado prever um cronograma de detonação, talvez o texto seria o que o Pedro sugeriu, que é aviso prévio, que a condicionante seja em sentido que está previsto na NBR 9653 que é existir esse aviso prévio às comunidades. Mas apresentar um cronograma ao longo do tempo sobre quais os dias da detonação vai acontecer é um pouco complexo, porque tudo depende da necessidade, quantidade de vendas, tem mês, por exemplo que as detonações elas são feitas por duas vezes apenas, tem meses que apenas uma, ou outro mês apenas três. Então prever um cronograma é complicado, mas talvez seja no sentido de que a comunidade será, e como já é, a empresa já pratica isso, a gente já avisa previamente a detonação. Então seria na verdade continuar fazendo o que a gente já exerce.” Presidente

Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Talvez aí também, Karoline, um horário. As pessoas reclamaram em relação os horários, ao descanso, é complicado ter essa situação. Então não só a comunicação que já ocorre, mas também colocar uma previsão na condicionante, Pedro, de um horário específico. Eu até questiono a Karoline, se tem alguma sugestão, obviamente não vai colocar no horário de descanso, mas qual seria a sugestão, só para a gente já adiantar?” Karoline Stephane, Representante do Empreendedor: “Sim, a nossa prática é que as detonações ocorrem entre 13h00 e 15h00.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu acho que é um horário interessante para deixar aí, entre 13h00 e 15h00.” Pedro, SUPRAM Norte de Minas: “A gente mandou para você uma proposta de texto, a gente não estabeleceu esse horário das 13h00 às 15h00, a gente pediu para estabelecer em comum acordo com a comunidade em um período em que as detonações ocorreriam e sempre ter o aviso prévio.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Em relação à A. A sugestão da superintendência é permanecer com o mesmo texto, já houve a concordância da empresa também. Mais alguma observação em relação a A? Não. Em relação a inclusão do texto no anexo II, que seria: “O relatório deve conter a previsão de ruídos impulsivos e vibração nos pontos monitorados para cada detonação.” Algum destaque nesse ponto? Também não há. Vamos passar para a C. “Apresentar coordenadas de localização para um ponto de monitoração ruídos na rua João Xavier, em cordo com a comunidade de Bocaina, e acrescentar o mesmo nos pontos de automonitoramento de ruído. Prazo: 30 dias para apresentação do ponto, e monitoração conforme Anexo II, na vigência da licença.” Algum destaque por parte do Conselho e eu questiono também empresa, interessados? Ok. D. “Apresentar coordenadas de localização de mais um ponto de monitoramento da qualidade do ar, em cada comunidade – Bocaina e Moraes – e em acordo com as mesmas. Acrescentar esses pontos no automonitoramento de emissões atmosféricas. Prazo: 30 dias para apresentação do ponto, e monitoramento conforme Anexo II, na vigência da licença.” Algum destaque? Sem destaque. Então só coloca a outra Sabrina, que o Pedro mandou agora. A outra é: “Definir junto com as comunidades do entorno o horário das detonações, bem como realizar o aviso prévio às comunidades com as datas e horários. Prazo: Durante a vigência da licença.” A Jaqueline está perguntando aqui qual o horário da detonação, precisa ser definido para não haver alteração. No momento aqui a gente não está definindo porque a empresa vai definir junto com as comunidades. A gente pode colocar aqui preferencialmente entre 13h00 às 15h00.” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Eu acho que não é necessário. Acho que você chega a um acordo com a comunidade.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então vou deixar para chegar o acordo com a comunidade e a empresa vai ter que comprovar que essa consulta foi realizada, já que nós não conseguiríamos definir isso aqui nesse momento. A gente só está, na realidade, reforçando. Algum destaque dos Conselheiros. Então, em votação, é a inclusão de todas aquelas e a alteração do automonitoramento. Então em votação a inclusão das condicionantes já lidas e alteração do automonitoramento com inclusão daquele parágrafo. Como vota a SEGOV?” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a SEDE?” Conselheira Maria Eugênia de Monteiro de Castro e Silva: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota SEDESE?” Conselheira Joana Moraes Rebelo Horta Lopes: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota CODEMIG?” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota IBAMA?” Conselheiro Pedro Paulo Ribeiro: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota ANM?” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota SINDIEXTRA?” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota FIEMG?” Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota RELICTOS?” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota PROMUTUCA? O Tobias estava em reunião. Coloca ausente no momento da votação. Como vota SME?” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Como vota ABES?” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então as condicionantes e a alteração foram incluídas por 11 votos favoráveis sendo que uma ausência no momento da votação. Passo para o próximo item da nossa pauta.” **7. PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ADENDO À LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA**: Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “**7.1** Samarco Mineração S.A. - Complexo Germano - Lavra a céu aberto com tratamento a úmido minério de ferro; Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração; Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil; Linhas de transmissão de energia elétrica; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM); Obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas); Pilhas de rejeito/estéril; Estradas para

transporte de minério/estéril; Correias transportadoras; Subestação de energia elétrica; Tratamento de água para abastecimento; Tratamento de esgotos sanitários; Barragens de perenização; Dragagem para desassoreamento em corpos d'água; Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listadas ou não classificadas; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Ouro Preto e Mariana/MG - PA/Nº 00015/1984/107/2017 - ANM: 933.382/2010 - Classe 6. Apresentação: Suppri. Nós temos o retorno dos Conselheiros, eu vou começar pelo Tobias, mas o Tobias já pediu licença que ele tinha uma reunião em que ele não poderia faltar. Então eu já passo para o Doutor Orsini. Doutor Orsini, pois não.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Vamos ser rápidos no assunto. Nós fizemos uma avaliação muito grande tivemos inclusive umas reuniões de consenso, de avaliação também com a própria SAMARCO que demonstrou um trabalho muito interessante e um trabalho muito profícuo em termos de compensação florestal. Eu ressalvo esse ponto de nosso relatório que a gente especifica exatamente o nível de compensação da forma que foi estabelecida no parecer da SUPPRI e não vimos nenhum problema. De modo que o nosso parecer conjunto, Sociedade Mineira de Engenheiros, FIEMG e SINDIEXTRA, foi pelo deferimento do processo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Aqui na sequência, Denise.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “O Orsini já manifestou pelo parecer em conjunto, não tenho nada a acrescentar, conforme dito por ele, o relato de vista foi conjunto e o SINDIEXTRA também é favorável no deferimento do adendo a licença à SAMARCO.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Mariana, pela FIEMG.” Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan: “Obrigada Presidente. Falar depois do nosso colega Orsini é um grande desafio porque ele com todo o brilhantismo não deixa muito para nós. Doutor Orsini, obrigada pelas colocações. Faça das suas palavras as minhas, temos as nossas razões no relato, não pretendo me estender e acompanhamos o parecer da SUPPRI. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, agradeço a Mariana. A gente tem o Tobias, se o Tobias chegar aqui até o momento de chegar na votação, eu abro a palavra a ele. Agora com o Conselho. Não havendo destaque por parte do Conselho eu passo para os inscritos. Primeira inscrita Senhora Gilciana Carvalho, está presente?” Gilciana Carvalho, Representante do Empreendedor: “Eu me inscrevi na necessidade de algum esclarecimento por parte da SAMARCO.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Obrigado. A Cândida já manifestou aqui pelo chat falando que só vai falar se houver necessidade. Ana Paula Corrêa?” Ana Paula Corrêa, Representante do Empreendedor: “Boa tarde a todos. Inscrição apenas no caso de necessidade também.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Doutor Daniel Medeiros?” Daniel Medeiros, Representante do Empreendedor: “Presidente, senhores Conselheiros. O time da SAMARCO todo é só em caso de necessidade de esclarecimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Aqui eu não tenho como distinguir muito aqui. De qualquer forma eu vou chamar todos os nomes. Senhor Felipe Bellini? Está entrando na sala. O senhor Caio César não vai ser manifestar. Elizabeth Neire é da SAMARCO também, vai ser manifestar somente se tiver necessidade. Senhora Karlla Alves Oliveira de Andrade, está como independente, não está na sala. Senhora Vanessa Pataro Maffia, pela SAMARCO também, somente se tiver necessidade. Senhora Gabriela Carolina Vicente Alves da sociedade civil, não está na sala. Ana Paula? Também não está na sala. Senhora Ruthilene Santana, da SAMARCO somente se houver necessidade. Sonielle Pereira Paro também somente se houver necessidade. Senhor Mauricio Pellegrino de Souza somente se houver necessidade. Senhora Luciana Dias declinou na palavra, se inscreveu duas vezes aqui. Senhora Cláudia Pires, pois não senhora Cláudia, a senhora tem 5 minutos.” Inscrita Cláudia Teresa Pereira Pires: “Primeiramente obrigada pela palavra. Eu só queria manifestar que em relação aos licenciamentos vários deles são sobre um bioma de uma Mata Atlântica e o que eu vejo geralmente é que essa discussão sobre o bioma protegido, ela é relevada (trecho inaudível) de um processo que foi retirado de pauta hoje, dizia, tinha relação direta. Tinha conexão direta com o bioma Mata Atlântica também e eu fico muito incomodada com a forma como isso é repassado dentro dos processos de licenciamento de uma forma como se fosse pequena, ou seja, grande parte dessas áreas que estão sendo licenciadas, elas têm um articulação muito grande com processos de supressão vegetal nessas áreas e isso é colocado como uma coisa completamente corriqueira, que pode ser mitigada. Essa discussão das pilhas de estéril, toda essa compensação, todo esse processo de licenciamento que eu estou vendo a SAMARCO em peso, no processo, na sala. Como sociedade civil, como parte da discussão a gente fica muito incomodada com a forma que isso é feito, e já manifestando aí que em outras situações, eu estou observando a reunião desde o início da fala. (áudio ruim) pela sociedade civil, várias vezes, algumas vezes inclusive a sociedade civil quando aparece, não em bando, mas de forma individual, se é relativizado no processo de oitiva da sociedade civil, a importância

daquilo que é falado. Muitas comunidades se manifestaram aí, isso de certa forma parece irrelevante, SINDIEXTRA, FIEMG, e a Sociedade Mineira de Engenheiros, incrivelmente tem uma posição extremamente alinhada em relação à qualquer licenciamento mineral, isso preocupa muito também. Até porque grande parte dessas pessoas fazem parte (áudio ruim). Então é muito importante ressaltar também que se há sociedade, há vida. Então eu manifesto aqui o meu repúdio a forma como isso é tratado, em que se pese que a legislação é sempre citada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Senhora Cláudia. Senhora Valéria, não está na sala. Senhora Andreia Silva também não vai se manifestar aqui, já informou aqui. Senhor Felipe é SAMARCO, somente se houver necessidade. Vou chamar aqui novamente. Só lembrando, que não estavam na sala e ainda não se encontram. Senhora Karlla, Gabriela, Ana Paula e Valéria. Com essas considerações retorno, finalizando aqui com os inscritos, retorno ao Conselho. Alguma ponderação antes de passar para a equipe da SUPPRI? Sem manifestação equipe da SUPPRI, Rodrigo Ribas, querem se manifestar em algum ponto? Rodrigo me falou aqui que considerando o parecer de vistas eles não têm manifestação. Então estamos aptos a votar. Em votação, item 7.1 Samarco Mineração S.A. - PA/Nº 00015/1984/107/2017. Como vota a SEGOV?” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a SEDE?” Conselheira Maria Eugênia de Monteiro de Castro e Silva: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota SEDESE?” Conselheira Joana Moraes Rebelo Horta Lopes: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota CODEMIG? Eu volto nele. Como vota IBAMA?” Conselheiro Pedro Paulo Ribeiro: “Presidente, conforme já requisitado no chat. Eu peço licença para fazer a leitura do voto do IBAMA sobre o tema, que foi feito em redação, linha própria por tratar de um ponto muito crucial dessa questão do licenciamento. Assim, vou passar a leitura, prometo ser breve: “Prezados Conselheiros dessa CMI, inicialmente cumpro destacar que a SUPPRI colocou o presente processo em pauta para análise e votação por essa Câmara, dispensando de antemão a manifestação de anuência do IBAMA-MG quanto a requisição de autorização para supressão de vegetação da Mata Atlântica pelo empreendedor. A convicção da SUPPRI quanto a (trecho incompreensível) de anuência do IBAMA-MG se apoia nos termos do parecer jurídico da PFE IBAMA nº 46/2021, que em suas próprias razões pugnou pela dispensa da necessidade de anuência do IBAMA nos casos de supressão de Mata Atlântica em empreendimentos minerários. Isto posto cumpro frisar que não cabe a mim tecer críticas ao entendimento esposado pela Procuradoria Federal do IBAMA no citado Parecer Jurídico, porém cumpro salientar que é equivocado o entendimento da SUPPRI em acolher a tese adotada no parecer jurídico como se fosse uma decisão de administração do IBAMA, pois não é, pelo menos ainda. Com efeito, a superintendência do IBAMA-MG defende a tese de que enquanto o parecer jurídico da Procuradoria Federal Especializada não for expressamente recepcionado e aprovado pela alta administração do IBAMA ou pela alta administração do Ministério do Meio Ambiente, o mesmo possuirá apenas efeito opinativo, não se elevará à categoria de parecer vinculante para os atos de administração. Entender o contrário seria subverter a ordem das coisas, seria alçar a Procuradoria Federal a categoria de gestor da administração, usurpando da sua competência do Poder Executivo, que no caso devemos entender como MMA e IBAMA. Frente aos nossos argumentos podemos dizer com convicção que a decisão pela dispensa da necessidade da anuência do IBAMA-MG para se autorizar a supressão da Mata Atlântica pelo empreendedor não é decisão do IBAMA e nem do MMA, é uma decisão única e exclusiva da SUPPRI, que sem sombras de dúvidas acolheu a tese do parecer jurídico como se vinculante fosse, antes mesmo da manifestação formal do executivo federal nesse sentido. Por outro lado, a superintendência do IBAMA-MG julga que seria mais prudente aguardar que a questão fosse dirimida na esfera do executivo federal mediante uma manifestação do acolhimento do parecer jurídico, pelo Ministério do Meio Ambiente ou pela Presidência do IBAMA, e por consequência o mesmo fosse alçado à categoria de orientação jurídica, normativa da AGU, com a devida aprovação pelo executivo federal, pacificando o tema e trazendo maior segurança jurídica para os atos de análise e aprovação na esfera estadual dos licenciamentos ambientais minerários que impliquem em supressão de vegetação de Mata Atlântica. Inegável dizer que tal prudência também traria maior segurança para os empreendedores, pois teriam a certeza de que estariam operando em plena conformidade com ordenamento jurídico ambiental federal. O seu turno, friso que a superintendência do IBAMA-MG também continuará defendendo que o instituto da anuência para supressão de Mata Atlântica ainda é um instrumento hábil para se garantir uma melhor preservação deste bioma, já tão afetado pelas intervenções humanas. Com efeito, não há como negar que uma dupla secagem das conformidades ambientais para se permitir uma intervenção na Mata Atlântica será sempre melhor do que uma secagem. Tanto é assim que o corpo técnico do IBAMA-MG já se manifestou

contrário ao pedido de anuência da SUPPRI para o licenciamento hora em comento, conforme reações declinadas no parecer técnico nº 2/2022 no BIOMG, DITECMG, SUPSMG. Saliento também que a SUPPRI já foi devidamente cientificada na data de 22 de março de 2022 da negativa frente ao seu pedido de anuência. Bem como do inteiro teor do referido parecer de indeferimento expedido pelo corpo técnico do núcleo de biodiversidade do IBAMA-MG. Em que pese o indeferimento do IBAMA quanto ao pedido de anuência para a devida supressão de Mata Atlântica, nós do IBAMA-MG temos que a SUPPRI/SEMAD já tomou a decisão própria de dispensar as nossas anuências já recepcionando os termos do parecer jurídico como se vinculantes fosse. Assim sendo, só cabe ao IBAMA-MG respeitar o princípio da autonomia e autotutela do ente estadual licenciador frente a questão. Porém, já havendo a conclusão da análise do pedido de anuência e sendo essa conclusão pelo indeferimento do pedido em razão de que os estudos apresentados pela SUPPRI ainda carecem de informações relevantes que poderiam porventura autorizar a anuência do IBAMA para a supressão da vegetação de Mata Atlântica, só me resta voltar contrário ao licenciamento do empreendimento acompanhando o entendimento esposado do citado parecer técnico nº 2/2022. Sendo assim, voto contrário ao licenciamento do empreendimento”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Justificado o voto. Como vota ANM?” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota SINDIEXTRA?” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota FIEMG?” Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan: “Acompanhamos o parecer da SUPPRI.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota RELICTOS?” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Favorável” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota PROMUTUCA? Está ausente no momento, Tobias. Como vota SME?” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Favorável. E eu queria fazer uma observação, enfatizar e parabenizar o robusto e competente parecer da SUPPRI, foi realmente uma lição de trabalho exemplar, quero parabenizar o Rodrigo Ribas pela condução desse trabalho, de toda a equipe da SUPPRI, com 243 páginas com todos os detalhes necessários. Então eu quero colocar isso de uma forma muito clara para todos os colegas. Parabéns à SUPPRI pelo relatório que nós concordamos e pedimos o deferimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota ABES?” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Favorável” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Paulo, CODEMIG, como vota? Coloca ausente no momento. Então processo deferido por 9 votos favoráveis, duas ausências e um voto contrário. O Ribas me pediu a palavra, pois não, Ribas.” Rodrigo Ribas, SUPPRI/SEMAD: “Senhores Conselheiros, tendo em vista a leitura do voto pelo senhor Conselheiro do IBAMA. Eu vou começar mesmo sem a câmara para a gente não gastar tempo demais, a gente está bastante adiantado no horário. Nós temos uma manifestação, eu vou fazer uma manifestação breve, eu vou fazer uma leitura breve, e depois disso a Mariana vai fazer uma complementação aqui do meu lado. Em relação ao ofício que o senhor Conselheiro Pedro Paulo, do IBAMA apresentou. Primeiro Conselheiro, o senhor corre erro em achar que a SUPPRI determina alguma coisa, decide alguma coisa, desconsidera alguma coisa, as posições que a SUPPRI adota são posições institucionais apresentadas pela Subsecretaria de Regularização Ambiental a quem a SUPPRI está tecnicamente vinculada, diferente do IBAMA em Minas Gerais que desconhece a manifestação de órgão superior, nós sabemos que já há manifestação desse caso da SUPPRI de São Paulo, que acompanhou a PFE, da DILIC que acompanhou a PFE, do PPI que acompanhou a PFE, da ABEMA que acompanhou a PFE, os senhores aqui em Minas Gerais que desconhecem a orientação oriunda do órgão central. Então o senhor não pode tratar a SUPPRI, como se SUPES-IBAMA fosse. Peço, por favor então, que o senhor entenda que nós temos orientação da própria secretaria em assumir determinadas condições. Imaginei que o senhor já tivesse recebido na condição de superintendente substituto, ofício da senhora Subsecretária, que já me foi dado conhecimento que seria enviado para o senhor, mas eu acho que o senhor não recebeu, mas o senhor receberá, não tem problema não. Para os senhores Conselheiros, demais Conselheiros, só para explicar, em 21 de outubro de 2021 a SEMAD recebeu Ofício nº 278/2021 SUPES-MG, assinado pelo então Superintendente do IBAMA Minas Gerais, cientificando do Parecer Jurídico da PFE Ibama nº 00046/2021/ CONEP/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU, isso aí é a sigla para a Procuradoria Federal especializada dentro do IBAMA da Advocacia Geral da União, bem como a sua aprovação feita pelo Despacho de Aprovação nº 00649/2021/GABIN/PFE/IBAMA/SEDE/PGF/AGU, processo citado nº 02027.002502/2020-54 SEI ID 11126757. Então em primeiro lugar é preciso que diga que há um documento oficial encaminhado para nós oriundo da Advocacia Geral da União. “O referido parecer trata da hipótese de supressão de vegetação da Mata Atlântica para atividade minerária prevista no artigo nº 32 da Lei Federal nº 11.428/2006 e da exigibilidade de anuência prévia prevista no artigo nº 19 do Decreto Federal nº

6.660/2008. Sustenta que da interpretação sistemática do regime jurídico aplicável ao bioma Mata Atlântica quando se tratar de entidade minerária deve ser aplicado o artigo nº 32 da Lei Federal”, como só ia acontecer, é capítulo especial da lei, não capítulo geral. “Que estabelece regras próprias afastando aplicação do Regime Geral previsto no artigo nº 14. Dessa forma a Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA se manifestou no sentido de que anuência prévia do IBAMA, regulamentada no artigo nº 19 do Decreto 6.660/2008 não se aplica atividade minerária prevista no artigo nº 32 da Lei 11.428/2006, uma vez que está não foi classificada, naquela lei, como de utilidade pública ou de interesse social pela lei, parecer 0046/2021. Destaca-se que a própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 131 estabelece que a Advocacia Geral da União é a instituição que diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do poder executivo. A Lei Complementar nº 73/1993 nos artigo 17, combinado com o artigo 11 determina as competência da AGU, entre as quais as de fixar a interpretação de normas, elaborar estudos e preparar informações, assistir os órgãos ou entidades sob sua coordenação jurídica, cabendo ainda prestar consultoria e assessoramento jurídico”. Então de acordo com a Constituição Federal e Lei Complementar nº 73/1993 indubitável é a competência da AGU em interpretar a norma no âmbito federal. Necessário trazer à baila que o IBAMA é um órgão executor, assim como a SEMAD, assim como o SISEMA. É um órgão executor da política de meio ambiente que tem como finalidade executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente. Não é órgão legislador que possa adotar normas próprias na sua execução. De acordo com as suas respectivas competências, conforme determina o inciso 4º, artigo 6º da Lei 6.938/1981. Embora a anuência do IBAMA não seja mais cabível para o presente processo ou para qualquer outro de cunho minerário, conforme entendimento consolidado pelo órgão federal é relevante destacar que seria competência do IBAMA apenas anuir ou não sobre a possibilidade de supressão de Mata Atlântica conforme termos da lei, não cabendo em qualquer circunstância analisar os impactos apresentados nos estudos que fundamenta, o processo de licenciamento ambiental como só ia acontecer no presente processo. Eu vou passar a palavra agora para Mariana que vai fazer um finalzinho de explicação. Mariana, SUPPRI/SEMAD: “Eu gostaria só de comentar esse último parágrafo que o nosso Superintendente Rodrigo Ribas falou, a equipe da SUPPRI teve contato e leu o parecer do IBAMA de indeferimento da anuência e a gente gostaria só de reforçar que na estrutura do SISAMA, tanto o IBAMA quanto nós somos órgãos executores e não compete ao IBAMA fiscalizar a nossa atitude, muito menos a nossa análise ambiental. Então nós somos parceiros na execução da política nacional de meio ambiente, agindo em conjunto para garantir o desenvolvimento sustentável. O tom que o parecer foi escrito fazendo críticas muito pesadas, sem construir e desqualificando análise técnica que foi de alto nível pelos técnicos da SUPPRI. Então a gente discorda do posicionamento em que foi negada a anuência, todos os pontos que foram criticados estão abarcados no parecer único, e no parecer da própria LOC. Não existe lacuna técnica no nosso processo e o fato de anuir ou não, poderia ser de competência do IBAMA como foi já explicado pelo Rodrigo Ribas, nesse momento não é, mas a nossa análise está completa e está qualificada. E o pedido de anuência busca só o apoio em qualificar a nossa discussão, o que não aconteceu no parecer que foi apresentado pelo IBAMA, as críticas foram exacerbadas e sem fundamentos, e estão voltadas ao corpo técnico de outro ente federativo e isso só enfraquece o SISAMA, enfraquece a última análise o próprio meio ambiente. A gente gostaria de reforçar isso e a equipe está sempre à disposição do IBAMA para tirar qualquer dúvida que eles venham a ter, hoje ou no futuro, sobre a nossa análise técnica. Obrigada.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Agradeço ao Rodrigo pelas explicações. O Pedro levantou a mão, pois não Pedro.” Conselheiro Pedro Paulo Ribeiro: “Só queria uma réplica para as falas, poder responder o Superintendente Ribas dizendo que, desculpas de ter me equivocado, em ter imputado a decisão de dispensar as anuências do IBAMA como da SUPPRI, pois de fato ainda não recebi o Ofício da Secretária Marília tomando essa decisão. Com relação à colocação que me passou que a Superintendência de Minas Gerais seria uma superintendência rebelde que não estaria já acolhendo algo pacificado dentro do IBAMA, eu digo que aí quem está cometendo erro é o Superintendente Rodrigo, pois até hoje temos, posso dizer que temos 17 estados brasileiros em volta aqui, possuem bioma de Mata Atlântica, e até hoje nenhuma dessas superintendências nesses estados recebeu alguma comunicação formal, seja do Ministério do Meio Ambiente, seja da Presidência do IBAMA dizendo que acolheu o parecer jurídico. E defendendo a minha tese da necessidade desse assunto, esse parecer ser elevado à categoria de orientação jurídica normativa da AGU, eu cito o fato que em um passado recente, se não me engano em 2017, quando foi dispensada a anuência do IBAMA na supressão da Mata Atlântica nos empreendimentos imobiliários urbanos, esse

assunto foi levado ao MMA, ao setor jurídico do MMA para pacificação, inclusive foi redigida uma nova orientação jurídica normativa sobre o tema, e dado ampla ciência a todas as superintendências do IBAMA. Então só quero rebater esse fato, não somos levianos de sermos rebeldes, se já houvesse um controle e um comando vertical que fosse para seguir partindo da Presidência do IBAMA ou do Ministro do Meio Ambiente para seguirmos essa orientação. Apenas isso, obrigado pela atenção de todos.”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Pedro, entendido. Eu acho que essa discussão a gente deveria ter tido antes de colocar o processo em votação. O processo já foi votado, eu só quero esclarecer um ponto, algo que eu peço permissão aos senhores pelo andar da hora. O artigo nº 13 da Lei Complementar nº 140 tem a seguinte previsão: “Os empreendimentos e atividades são licenciados e autorizados ambientalmente por um único ente federativo em conformidade com as atribuições estabelecidas no termo dessa Lei Complementar. Os demais entes federativos interessados poderão manifestar-se ao órgão responsável pela licença ou autorização de maneira não vinculante, respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental.” Ou seja, mesmo com o parecer, uma anuência, mesmo que fosse necessária uma anuência, o órgão assim responsável pelo licenciamento, e aqui eu estou falando de órgão ambiental, não estou falando do estado, estou falando daquele que regulariza ambientalmente, pode se manifestar de forma contrária e pode sim autorizar um empreendimento. Dito isso eu passo para o próximo item da nossa pauta.”

8. PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA:

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “**8.1 CSN Mineração S.A. -** Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a úmido - Congonhas/MG - PA/SLA/Nº 5573/2021 - ANMs: 832.997/2002; 043.306/1956; 006.763/1953; 833.057/2002; 830.512/1982; 004.384/1945 e 003.664/1942 - Classe 6. Apresentação: Suppri. Nós não tivemos destaque pelo Conselho, mas nós temos inscritos. Quais são os inscritos? Senhor Caio César não vai se manifestar, Cláudia Natalia também não vai, a Karlla Alves Oliveira não vai. A Gabriela não está na sala. Ana Paula de Silva também não está na sala. Senhor Sandoval de Souza Pinto Filho, está na sala? Pois não? Está sem o áudio. Senhor Otto está na sala e sem áudio.” Mariana Mourão, Representante do Empreendedor: “Pelo Otto e os demais que estão presentes pela CSN a gente está aqui só à disposição para esclarecimento, ok?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então Otto e Elias somente se houver necessidade.” Mariana Mourão, Representante do Empreendedor: “Otto, Elias, Alisson e Mariana, ok?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A Cláudia Pires é sociedade civil. O João Batista somente se houver necessidade. Mariana Mourão também somente se houver necessidade. Senhora Cláudia Pires?” Inscrita Cláudia Teresa Pereira Pires: “Mesmo coisa da outra. Todos esses pareceres que vocês dão tudo com problema relacionado à lei. Ou seja, vocês votam pareceres que parecem tecnicamente perfeitos, mas na verdade eles inclusive colocam em risco biomas protegidos, essa mineração, a CSN está comprovando com esse licenciamento novamente um desrespeito à sociedade civil, a mineração da forma como é feita em Minas Gerais não poderia ser aceita pelo Estado de Minas Gerais. Os governos aceitam esse tipo de coisa, é um absurdo, nós estamos aqui para poder manifestar contrário à forma como a mineração é feita aqui, um absurdo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mariana Ribeiro Lima? Mariana vai se manifestar? Mariana? Quem é a próxima? Acabou? Coloca lá no quadro de novo. Sandoval está presente, consegue se manifestar? Pois não, senhor Sandoval, o senhor tem 5 minutos.” Inscrito Sandoval de Souza: “Gostaria de pedir extensão de prazo por mais 5 para evitar quebra de raciocínio aqui.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, em votação 5 minutos adicionais ao senhor Sandoval. Sim pela Verônica. Sim pela Maria Eugênia. Sim pelo José Ângelo. Mariana, Valter e Claudinei. Então 5 minutos adicionais mais 1 minuto pela Presidência. 11 minutos. Pois não, senhor Sandoval.” Inscrito Sandoval de Souza: “Boa tarde, senhor Presidente, boa tarde a todos os Conselheiros, vocês já devem estar bastante cansados eu vou tentar utilizar o mínimo de tempo possível. É um processo relativamente simples, uma licença ambiental simplificada de ampliação de uma planta de beneficiamento, expansão de capacidade instalada e com dispensa de EIA-RIMA. Então é um processo bem expresso, eu queria falar sobre o contexto em que essa planta se insere que é o território de Congonhas. Foi falado há pouco pelo nosso iminente Conselheiro Paganini a palavra fatiamento, que seria a fragmentação ou por assim dizer, o licenciamento ambiental fracionado, eu quero focar nesse ponto. A CSN em Congonhas vem adotando há muitos anos esse método de fracionar o seu licenciamento ambiental, esse é mais um, uma planta que já foi licenciada a mais tempo e agora está sendo ampliada. Mas na verdade o que a CSN tem feito em Congonhas, a CSN tem feito o município de Congonhas de gato e sapato. Ao ponto de vereadores se referirem à empresa na Câmara Municipal, fala de vereadores que eu tenho aqui disponível para passar para quem quiser, que a empresa é um câncer no município de Congonhas, e que a empresa também não

cumpra compromissos no município de Congonhas, isso é fala de vereador na Câmara. E a gente vai ouvir daqui a pouco, talvez, provavelmente os representantes da empresa falarem de um tal de comitê da comunidade com a CSN, que são reuniões que acontecem na empresa, enchem um ônibus de pessoas que participam de um comitê e o que se fala lá, fica lá mesmo, ninguém da comunidade, ninguém que eu digo assim, você pode procurar na cidade, fazer uma pesquisa, a grande maioria das pessoas sequer sabe que comitê que é esse, o que se fala lá de barragem, de licenciamento de usina, essa coisa toda. Poeira também é um ponto que a gente já vem tocando em todo licenciamento, audiência pública no ministério público. Eu convido os senhores Conselheiros a passarem uma tarde em Itapuã, em Congonhas mesmo para ver depois de 4 dias de sol e 2 de vento, o que acontece nessa cidade com o tamanho que essa mina Casa de Pedra vem tomando nesse licenciamento fragmentado que tem passado cada pedrinha desse licenciamento, cada tijolinho passa no COPAM, CMI e vai crescendo, crescendo e essa coisa toda, como disse o vereador, um câncer, parece que é um câncer. A questão da poeira que é muito grave, em 2020 até motivou uma força-tarefa dos órgãos ambientais municipais com a FEAM, e a gente não sabe os resultados dessa força-tarefa. Questão de barragem não precisa nem falar, já desde 2011, 2012 que a CSN alteou a barragem Casa de Pedra sem licenciamento regular e depois vem nessa peleja com o Ministério Público, 2014, 2017, agora em 2019 que ela tirou o seu processo de alteamento da barragem Casa de Pedra, 3 meses depois que rompeu Brumadinho. Intervenções na água, o que tem acontecido aqui é uma coisa absurda sobre a água. Como eu disse, eu estou falando do contexto, essa usina que está aí vai gastar da água de um processo de outorga que vem se arrastando de 2005 para diante. Foi pedido uma renovação em 2009, só que esse processo de outorga era para 700m³ e veio sendo estudado, analisado no IGAM, a empresa fazendo simulações, essa coisa toda, e quando chegou em 2020 surpreendentemente essa vazão passou de 700, que era a renovação, passou para 3130m³/h ela multiplicou por 4, praticamente. E é desse jeito que vem sendo licenciado em Congonhas, as intervenções, o Presidente falou há pouco, eu prestei muita atenção, estou na reunião desde o início, o Presidente falou há pouco de que não tem legislação para saber o que é desempenho ambiental satisfatório, alguma legislação que defina esse parâmetro. Depois até se o Presidente entender por bem de fazer um comentário a respeito desse assunto, foi o que eu entendi da fala dele. Aqui em Congonhas a gente tem, na prática, empírico, uma forma de saber o que é desempenho ambiental satisfatório, porque de 300 a 400 ônibus que saem aqui da Mina Casa de Pedra, acho que algo parecido por isso, nessa casa, 3 centenas a 4, mais da metade não moram na cidade, as pessoas de cargo melhor preferem morar em Conselheiro Lafaiete, porque o desempenho ambiental daqui não é satisfatório, aqui é uma cidade que não é gostosa de morar, não está boa de morar, então ela não presta, não serve nem para os empregados da própria empresa, os empregados de cargo melhor, se dirigem para Conselheiro Lafaiete a outra parte, a outra fração boa mora em Belo Horizonte. Então Presidente, talvez uma sugestão que fica para o estado começar a analisar, é que o desempenho ambiental satisfatório poderia começar pelo número de pessoas que trabalham na empresa que residem no próprio município, no próprio território onde a empresa está instalada, foi uma sugestão que me ocorreu depois de o senhor comentar isso. Porque a qualidade de vida tem sido extremamente depauperada ao longo dos anos com esses licenciamentos ambientais fragmentados como esse que está acontecendo agora e mais uma parte. Então eu me recorro a dois casos internacionais muito interessantes, um é na Suécia recente, Kiruna, onde eles estão afastando a cidade, tirando a cidade em cima da mina, levando para outro lugar, fazendo outra cidade. E uma mais antiga, em 2004, 2005 lá no Chile, Chuquicamata, que é muito conhecido, talvez Congonhas, a cidade dos profetas, patrimônio cultural da humanidade, uma cidade de relevância mundial que já vem sendo referenciada por artistas de toda sorte, desde lá a semana de arte moderna, 1922 ganhou uma relevância muito grande, mas a obra de Aleijadinho está aqui, a maior obra de Aleijadinho está aqui desde 1800. A exploração de ferro começou em 1900, com a (trecho incompreensível), que deu origem à CSN, talvez Congonhas também, se o licenciamento ambiental da CSN e das outras quejandas próximas ao lado dela está duas minas da Vale. De um lado da CSN tem a mina Ferro de Viga que é da Vale para cima, quando acaba a CSN já divide no território de Belo Vale com Mina Fábrica. Então eu digo o absurdo dos absurdos nessa divisa de Belo Vale com Congonhas, Mina Fábrica, a altitude de 1630m de altitude nas cabeceiras das águas que abastecem Congonhas está exatamente o Pico da Bandeira, aliás, estava, porque agora na pandemia, através de um processo de emergência de putback, licenças obtidas com o Ministério Público Federal e também a Promotoria de Ouro Preto, o Ministério Público lá em Ouro Preto, porque tem uma parte que está no território de Ouro Preto, foi licenciado para derrubar o Morro do Engenho. Então nas cabeceiras da região que abastece mais ou menos 60% da água para o município de Congonhas, pronto,

foi lá meteram o trato e está derrubando tudo, com esses processos expressos que foram feitos durante a pandemia. A COPASA se manifestou, COPASA que abastece o município de Congonhas, se manifestou favorável ao processo de outorga dizendo que tem um plano de trabalho com a CSN. Na verdade, está em elaboração, o Ministério Público está acompanhando, está fazendo perícia, essa coisa toda, mas como a capacitação é a fio, senhores, o que pode acontecer? É um município que amanhã pode dormir com água e amanhecer sem água, capacitação a fio, está pegando a outorga que era de 700m³/h e passando para 3100m³/h. Então a gente pede muita atenção, eu vi o desabafo dos companheiros de outras comunidades, e faço deles as nossas palavras, o pessoal que falou no item 3, falou com muita propriedade, embora tenha sido atacado a forma de eles terem falado, porém o teor não tem como atacar. Os senhores sabem que existem ação civil pública, do Ministério Público, contra esse processo de licenciamento, contra a formação dessa Câmara. Então eu não sei aonde a gente vai chegar, aqui só se a gente invocar mesmo a proteção do Senhor Bom Jesus de Montes Lindos, que deu origem ao município de Congonhas pelas mãos de Cristiano Mendes, lá em 1700 para ver se reverte, porque aqui eu sempre me refiro a condição ambiental de Congonhas para tentar salvar o que ainda resta. Companhia Siderúrgica Nacional, como os vereadores disseram na Câmara, tem sido um câncer no território de Congonhas e não cumpre compromissos, palavras de vereadores na Câmara Municipal de Congonhas, eles são os nossos representantes perante o Poder Executivo, perante a toda sociedade, coisa que deveria ser ouvida pelos Conselheiros, pelo COPAM. Então nos 30 segundos eu agradeço a sempre cortês, a gentileza, a forma em que o senhor conduz essas reuniões, são muito bem conduzidas e um heroísmo mesmo, um ato desses de ficar das 09h da manhã até agora, agradeço muito e peço aos senhores Conselheiros. Meu pedido é que baixe esse processo em diligência e peça a CSN para mostrar que tipo de fragmentação é essa. No parecer, na página 2, está dizendo que se trata de caracterização do empreendimento e de atividade a ser regularizada. Sobre esse ponto do parecer eu fiquei com dúvida, se o pessoal da equipe puder esclarecer ou da CSN. Aqui tem uma situação em que eu não entendi direito, está dizendo que a atividade está sendo regularizada, ou seja, dá a entender que essa planta já está montada, não sei, estou perguntando por que está escrito. Muito obrigado a vocês e eu continuo ouvindo a reunião aqui.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Agradeço ao senhor Sandoval, os elogios, eu vou passar para a equipe da SUPPRI esclarecer.” Karla Brandão Franco, SUPPRI/SEMAD: “Boa tarde a todos. Boa tarde, senhor Sandoval. Com relação a questão da fragmentação do processo, hoje a gente tem uma definição pelas nossas normativas do que é a fragmentação. Então a fragmentação enseja obrigatoriamente em ganho pelo empreendedor, seja em custos, em alteração de classe do empreendimento ou em ganho de tempo por causa da alteração da modalidade a ser caracterizada. Nesse caso a gente está falando de um complexo minerário, como o senhor Sandoval mesmo tratou, então já é um empreendimento classificado como classe 6, que é a maior classe que a gente tem pela DN, que tem um plano de controle ambiental implantado em operação. E essa atividade é uma atividade que já existe e a gente está contemplando basicamente a alteração do processo de beneficiamento sem a alteração da área diretamente afetada, na verdade com a diminuição da área diretamente afetada, mas a alteração do parâmetro. Então nós não consideramos que isso se enquadre em fragmentação. Com relação aos aspectos de desempenho ambiental, senhor Sandoval, infelizmente a gente vem tratando disso a um tempo, e a gente ainda não trouxe um resultado final, mas a gente está em fase final de conclusão do parecer único da revalidação da licença do Complexo Casa de Pedra. Nós temos dentro do processo de revalidação 22 PAs COPAM em avaliação e dentro desses PAs a gente tem processos que foram concedidos em 2007, desde 2007. Então são muitos processos e muitas condicionantes, por isso infelizmente a gente levou tanto tempo, mas a gente espera que nos próximos dois meses a gente apresente à Câmara Técnica de Mineração do COPAM o parecer único dessa revalidação com a avaliação do desempenho ambiental. E dentro desses itens a gente tem a questão da avaliação do monitoramento da qualidade do ar, como o senhor tratou, que é uma questão realmente muito sensível no município, a gente tem pelo menos 5 mineradoras que estão no entorno. E com relação ao plano de trabalho que o senhor citou, a gente teve uma reunião semana passada entre SEMAD, FEAM e o município de Congonhas. Então vale ressaltar que existe um termo de compromisso assinado entre as empresas dos município, a GESAR, Gerência de Qualidade de Ar da FEAM e o município de Congonhas, a Secretaria de Meio Ambiente, parte do recurso que foi captado por esse TAC serviu para elaboração e montagem de um supervisório na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Congonhas. Então hoje a gente atua em conjunto, diretamente: a SEMAD como regularização, a GESAR como mapeamento e acompanhamento dos plano de monitoramento de qualidade de ar no município e a Secretaria de Meio Ambiente, que

consegue viver o dia a dia e a realidade do município e trazer para a gente diversas propostas de melhorias, inclusive inclusão de condicionantes dentro do processo de renovação que foi o objetivo da nossa reunião na semana passada. Então a gente está atento a isso, mas vale ressaltar que nesse caso específico, a gente considera que não vai haver alteração nessa questão do parâmetro de qualidade do ar visto que já é uma atividade instalada que só vai haver alteração dos equipamentos instalados dentro da UTM, que é uma UTM enclausurada. Então a gente tem aí todos os controles necessários para não haver piora da qualidade do ar. Com relação ao balanço hídrico, isso é um item também que a gente sempre discute, isso também vai ser trazido dentro da revalidação. A questão do aumento da capacitação não está vinculada a este processo, mas a gente pode falar que ele foi apreciado pelo comitê de bacias como a normativa preconiza. O balanço total do empreendimento a gente vai poder trazer na revalidação para vocês em breve, mas a gente verificou que realmente para esse empreendimento não há alteração de outorga e não há nenhum tipo de impacto sobre recursos hídricos. Eu acho que era isso, mas a gente segue à disposição.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Agradeço a manifestação. Agora nós temos mais inscritos? Não, os inscritos acabaram. Tobias levantou a mão, pois não Tobias.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Senhor Presidente, estou voltando à reunião e já estou acompanhando as discussões nos últimos minutos. Por considerar que esse empreendimento realmente pode ser, deparamos com fragmentação, eu acho que realmente temos alguns itens a mais para gente discutir e internamente avaliar. Se o senhor me permitir, senhor Presidente, eu vou pedir vistas a esse processo para a gente olhar melhor esses pontos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Vistas regimental, antes de colocado em votação, qualquer Conselheiro, mesmo que após a discussão, é possibilitada as vistas. Então vistas para o Conselheiro Tobias. Mais algum outro Conselheiro acompanha? Doutor Orsini o senhor levantou a mão, vai pedir vistas em conjunto?” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Presidente eu não ia pedir vistas não, sabe? Mas eu vou pedir, porque eu acho que merece alguns esclarecimentos, principalmente até respondendo, talvez, o Sandoval foi muito feliz nas suas colocações. Mas eu vejo também no relatório, no parecer que foi feito pela SUPPRI, eu vi coisas interessante no relatório, principalmente voltados para a mudança de processo. Você tem um aumento de 5 milhões de toneladas para 10 milhões, mas em compensação essa unidade vai poder fazer com que haja a secagem do rejeito, e secagem do rejeito hoje significa não envio de material para barragens. Então isso aí Sandoval, eu frequento a sua região há muitos anos, porque eu fui o iniciador do projeto da Aço Minas em Ouro Branco, então desde 1977 que eu frequento a região, mas na área siderúrgica onde eu trabalhei, na Aço Minas. Mas eu queria dizer é o seguinte, se trata também, a gente tem que ver o lado bom também das coisas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Doutor Orsini, sem querer interromper o senhor, e já interrompendo, pelo adiantar da hora, o processo foi pedido vistas, só justifica as suas vistas.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu vou pedir vistas e estou à disposição do Sandoval para qualquer discussão estou a inteira disposição do senhor. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado Doutor Orsini, desculpe ter interrompido o senhor, mas é pelo adiantar da hora aqui mesmo para a gente dar seguimento. SINDIEXTRA, Denise e Mariana, também vistas em conjunto? Justificativa por favor, Denise e Mariana.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Yuri eu vou pedir vistas do processo tendo em vistas as colocações que foram feitas, eu acho que merece ser feito uma análise sobre o mesmo. Então por isso que estou pedindo vistas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. FIEMG também?” Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan: “Mesmos motivos, Presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então vistas em conjunto, PROMUTUCA, SME, SINDIEXTRA e FIEMG.”

9. PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA “AMPLIAÇÃO”: Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “**9.1.** Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. - Barragem de contenção de rejeitos/resíduos - categoria de classe III (Barragem b6) - Araxá/MG - PA/SLA/Nº 2863/2021 - ANM: 035.101/1946 - Classe 6. Apresentação: Supram TM. Nós não temos destaque pelo Conselho, mas nós temos inscritos. Quem são os inscritos? Eu vou ler para todos, todos os inscritos. A Nayana Marques colocou aqui só se houver necessidade. Vai querer se manifestar Nayana?” Nayana Marques, Representante do Empreendedor: “Somente se houver alguma pergunta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Leonardo duplicado. Cláudia Natalia não. Senhor Marcos Vaz? Somente se houver necessidade. Senhor Gabriela Carolina não está na sala. Ana Paula também não está na sala. Senhor Thiago Oliveira somente se houver necessidade. A Carolina Fávaro não está na sala. Senhor Leonardo Muritiba vai se manifestar? Ok, senhora Cláudia Pires, está na sala, vai se manifestar?” Inscrita Cláudia Teresa Pereira Pires: “Estou na sala, vou me manifestar de novo. 455 hectares, pedido de solicitação de licença prévia para alteamento de barragem até a cota 980 para continuidade de

disposição de rejeitos com previsão de cota de zona de autosalvamento com 30 minutos de autosalvamento para após ruptura. Depois um licenciamento que vai acompanhando tudo o que ouvi desde 9 horas da manhã hoje, está muito instrutiva esse acompanhamento dessa Câmara técnica aqui, da SEMAD, a Câmara Minerária, porque a gente vê o esforço que se faz até 17 horas para conseguir que todos os processos de mineração sejam julgado aqui com esse tipo de pretensão, coisas que estão sendo discutidas pela sociedade civil, com ampla repercussão, alteamento de barragem, supressão vegetal em área de bioma protegido com as desculpas mais esquisitas do mundo. A gente fica assim, completamente atônito de ver uma liderança técnica justificando aquilo que é injustificável do ponto de vista da manutenção da sobrevivência da vida, novamente aqui, repúdio a isso. E agora eu descobri onde que está o início de tudo, a legislação é tão condescendente com a mineração que ela abre um espaço para que seja discutida na lei de biomas protegidos essas coisas que eu estou vendo aqui. Que é mais uma vez aqui colocando a manifestação de repúdio ao alinhamento da sociedade civil em torno dessas pautas. SINDIEXTRA, FIEMG, Sociedade Mineira dos Engenheiros, eu sou uma pessoa, eu sou técnica, eu sou urbanista, eu não me alinho a esse tipo de prerrogativa técnica para justificar coisas injustificáveis, como é o caso dessas atividades minerárias que estão sendo propostas aqui, como essa agora que vai ser proposta aqui em Araxá e Patrocínio, inclusive prejudicando áreas de bacias, com justificativas também implausíveis, é muito difícil isso. Que bom que eu estou aqui para ver isso aqui para relatar para o restante da sociedade civil como que funciona essa Câmara técnica aqui. Assombrada com ela.”

Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “É realmente bom a senhora está aqui, porque pelo menos aqui na Câmara Técnica do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais, a senhora está tendo oportunidade de se manifestar. Eu, pelo menos, desconheço outro estado em Minas Gerais que possibilite um Conselho estar se manifestando em relação a um empreendimento e a população se manifestar no momento da votação. A exemplo da União. Então eu desconheço outro momento ou outro estado que possui essa possibilidade, que dá essa possibilidade a qualquer interessado, desde que inscrito, a se manifestar. Lembrando que não é somente nesse momento que aquelas pessoas interessadas podem se manifestar, se nós servidores aqui, eu sou servidor público efetivo desde 2006. Se estou trabalhando até esse horário porque o meu nome, o meu cargo é servidor público. Então eu tenho obrigação de estar trabalhando em prol da sociedade, lembrando que os princípios constitucionais da legalidade, pessoalidade, moralidade e eficiência fazem com que nós servidores estejamos aqui com a equipe disponível para a senhora e para todos aqueles que tenham interesse de participar da reunião, estar debatendo sobre o processo. Qual é o próximo inscrito? Senhora Aparecida Ferreira, não está aqui.”

Aparecida Ferreira, Representante do Empreendedor: “Somente se houver necessidade, estou aqui, senhor Presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Encerramos assim com os inscritos. Eu passo a palavra ao Conselho. Sem manifestação. Passo a palavra à SUPRAM Triângulo.”

Rodrigo Angelis Alvarez, SUPRAM Triângulo Mineiro: “Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Conselheiros. Sem manifestação, estamos à disposição, mas como não houve destaques, podemos prosseguir com o andamento. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok Rodrigo. Então em votação o item 9.1 Mosaico Fertilizantes P&K Ltda. Como vota a SEGOV?”

Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a SEDE?”

Conselheira Maria Eugênia de Monteiro de Castro e Silva: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota SEDESE?”

Conselheira Joana Moraes Rebelo Horta Lopes: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota CODEMIG?”

Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O IBAMA está ausente no momento. Pedro? Está ausente no momento. Como vota ANM?”

Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota SINDIEXTRA?”

Conselheira Denise Bernardes Couto: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota FIEMG?”

Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan: “Acompanhamos o parecer.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota RELICTOS?”

Conselheiro José Ângelo Paganini: “Vou abster.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Justificativa brevemente José Ângelo.”

Conselheiro José Ângelo Paganini: “É por não estar confortável por aprovar alteamento de barragem.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Justificado. Como vota PROMUTUCA?”

Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Eu vou me abster também por se tratar de um alteamento de uma barragem muito antiga e que não traz conforto para aprovação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Como vota SME?”

Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Como vota ABES?”

Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Abstém pelos mesmos motivos do Tobias” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Então o processo foi deferido por 8 votos

favoráveis, 3 abstenções e uma ausência no momento da votação. Passo para o item 11” **11. PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE OPERAÇÃO:** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “11.1 Paracal - Paracatu Calcário Ltda./Fazenda Grutinha - Extração de rocha para produção de brita - Paracatu/MG - PA/SLA/Nº6148/2021 - ANMs: 834.961/2011 e 830.230/2009 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NOR. Nós temos alguns inscritos, a gente vai passar por eles. Senhora Regina Célia, ela está entrando, daqui a pouco eu a chamo. Senhora Cláudia Nathália Leite não está na sala. Senhora Gabriela Carolina não está na sala. Ana Paula também não está na sala. O Licínio Xavier não vai se manifestar. A Liliane Ferreira dos Santos está duplicado e não vai se manifestar. Senhora Regina Célia Gonçalves está duplicada, está entrando. Senhora Luciana não vai se manifestar. Senhora Cláudia Pires.” Inscrita Cláudia Teresa Pereira Pires: “Depois dessa manifestação do último voto do Presidente, eu não preciso me manifestar mais. Estou satisfeita.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Não vai se manifestar. Senhora Regina Célia se manifestou aqui só para esclarecimentos. Senhora Elisa também não vai se manifestar. Senhora Valéria Cristina não está na sala. Senhora Liliane Ferreira dos Santos não vai se manifestar. E a Andreia Silva Luciana também não vai se manifestar. Encerramos com os inscritos, retorno ao Conselho. Algum destaque?” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Só para pontuar aqui que apesar de um relatório pequeno, foi um relatório muito bem feito. Eu tenho que parabenizar a equipe de superintendência do noroeste. Fez um relatório resumido, direto, sem muita redoma. Eu acho que é mais ou menos isso aí que a gente tem que fazer, trabalhar de forma direto e pontual, e deixar claro aqui que apesar de ter cumprido uma condicionante fora do prazo, não é uma condicionante que altera ou traz qualquer prejuízo como nós vimos anteriormente em outros processos. Vale a ressalva para o empreendedor e para a equipe técnica deles que as condicionantes devem ser cumpridas dentro dos prazos, mas está tudo tranquilo com o processo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok Tobias, mais algum Conselheiro, destaque? Pois não Doutor Orsini” Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu queria referendar as palavras do Tobias porque eu tive lendo também, avaliando o relatório, eu achei o relatório, o que ele falou foi muito interessante, um relatório bem resumido e focado na questão. Então Tobias, eu também concordo com você pela praticidade do relatório feito pela SUPRAM Noroeste e evidentemente caracterizando bem todo o posicionamento da solicitação da licença.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Senhor Orsini. Paulo Eugênio, não sei se o senhor está levantando a mão? Não havendo mais destaque, coloco em votação o item 11. 11.1 Paracal - Paracatu Calcário Ltda. PA/SLA/Nº6148/2021. Como vota a SEGOV? Eu retorno à Verônica. Como vota a SEDE?” Conselheira Maria Eugênia de Monteiro de Castro e Silva: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota SEDESE?” Conselheira Joana Moraes Rebelo Horta Lopes: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota CODEMIG?” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota ANM?” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A Verônica está votando aqui pelo chat como favorável. Como vota SINDIEXTRA?” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota FIEMG?” Conselheira Mariana de Paula e Souza Renan: “Acompanhamos o parecer.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota RELICTOS?” Conselheiro José Ângelo Paganini: “Favorável” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota PROMUTUCA?” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota SME?” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Como vota ABES?” Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Favorável” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então processo deferido por 11 votos favoráveis e uma ausência no momento da votação.” **12. ENCERRAMENTO.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores Conselheiros, encerramos aqui com a nossa pauta do dia de hoje. Agora são 17h14min, agradeço em nome da Secretaria, em nome da população, a presença de todos os senhores aqui, Conselheiros e servidores que ficaram conosco até este momento. Que Deus abençoe a todos.”

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Yuri Rafael de Oliveira Trovão

Diretor de Controle Processual da Supram Norte de Minas e
Presidente da CMI



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Rafael de Oliveira Trovao, Diretor**, em 27/05/2022, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **47266830** e o código CRC **C378010B**.

Referência: Processo nº 1370.01.0022360/2022-81

SEI nº 47266830